

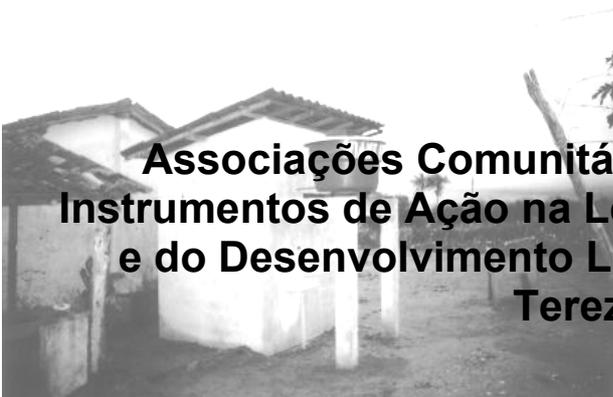
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais



RICARDO SEVERINO DE OLIVEIRA



**Associações Comunitárias Rurais e Urbanas Como
Instrumentos de Ação na Legitimação da Gestão Ambiental
e do Desenvolvimento Local: O Caso do Município de
Terezinha – PE**



Recife, Fevereiro - 2004

RICARDO SEVERINO DE OLIVEIRA

Associações Comunitárias Rurais e Urbanas Como Instrumentos de
Ação na Legitimação da Gestão Ambiental e do Desenvolvimento
Local: O Caso do Município de Terezinha – PE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado de
Gestão e Políticas Ambientais da Universidade
Federal de Pernambuco para obtenção do título de
Mestre em Gestão de Políticas Ambientais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vitória Régia Fernandes Gehlen

Recife
2004

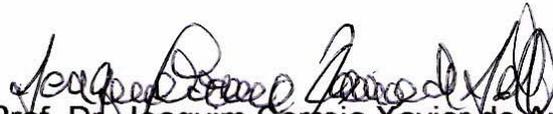
RICARDO SEVERINO DE OLIVEIRA

Associações Comunitárias Rurais e Urbanas Como Instrumentos de Ação
na Legitimação da Gestão Ambiental e do Desenvolvimento Local: O Caso
do Município de Terezinha – PE

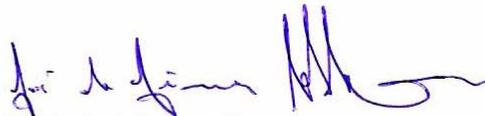
BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Vitória Régia Fernandes Gehlen
Deptº de Serviço Social/ Universidade Federal de Pernambuco
Orientadora



Prof. Dr. Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto
Deptº de Ciências Geográficas – Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dr. José de Lima Albuquerque
Deptº de Letras e Ciências Humanas - Universidade Federal Rural de Pernambuco



Prof. Dr. Henrique Oswaldo Monteiro de Barros
Fundação Joaquim Nabuco

A minha Mãe e Avó (in memoriam) pelo exemplo de vida e a meus amigos que depositaram todo amor, orgulho e confiança, indispensáveis na realização deste estudo.

“Desponta a nova civilização que será de agora em diante não mais regional, mas coletiva e planetária, e, esperamos, mais solidária, mais ecológica, mais integradora e mais espiritual”.

Leonardo Boff (1998)

Agradecimentos

A Deus, pelo dom da vida, por me ajudar a vencer as dificuldades e que me inspira a ser uma pessoa melhor a cada novo dia.

À Coordenação do Curso de Mestrado de Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco, na pessoa do Prof. Dr. Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto, pelo apoio para conclusão deste curso.

À Gerência Geral do Projeto Renascer – PRORURAL, na pessoa da Dra. Brenda Pessoa Braga, por ter me liberado das minhas atribuições para assistir as aulas das disciplinas do curso.

À equipe da Unidade Técnica Regional/Projeto Renascer/PRORURAL de Garanhuns, Maria Alves (Cida), Iara Montebelo, Manoel Mendes, João Bosco, Chico Oliveira, Góis Leite, Paulo Henrique, Marcos Dias, Murilo Cabral e Nilza Leite, pela acolhida e colaboração na realização deste trabalho.

À Prof^ª. Dra. Vitória Gehlen, pela orientação, apoio e atenção dispensada.

À Prof^ª. Hersília de Oliveira pela amizade, estímulo e sugestões dadas a este estudo.

Aos docentes e colegas do mestrado pela contribuição para a minha formação profissional e na elaboração desta. Em especial as funcionárias do mestrado Solange e Anabela pelo suporte administrativo sem o qual nada teria sido feito.

A todos os membros das diretorias das Associações Comunitárias Rurais e Urbanas do município de Terezinha, pela colaboração na realização deste estudo.

A todos os meus amigos de Terezinha, em especial, Alexandre, Dinalci e Maria José (Lilita), pelo maravilhoso convívio, pela colaboração constante e pela amizade.

À minha mãe, Benedita Oliveira (in memoriam), que me ensinou valores essenciais como responsabilidade, respeito, força de vontade e amor.

À minha prima Dulcineide Oliveira (Ninha), a Ana Maria Mota, a Márcia Aguiar e ao Marcos Valença pela valiosa ajuda na tabulação dos dados, digitação e formatação e principalmente pelo carinho e amizade.

A todos os meus amigos e familiares, pela paciência, estímulo e compreensão nos momentos que precisei me ausentar do convívio para realização deste estudo. Finalmente, minha gratidão sincera a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a conclusão de mais uma etapa de minha vida.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	06
LISTA DE ABREVIACÕES	08
LISTA DE MAPAS, FIGURAS E QUADROS	09
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	10
RESUMO	13
ABSTRACT	14
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	16
Justificativa	20
Objetivo Geral	22
Objetivos Específicos	22
Procedimentos Metodológicos	23
PRESSUPOSTO TEÓRICO	
Algumas Questões Acerca do Desenvolvimento Sustentável	29
Uma Contextualização do Desenvolvimento Local e da Exclusão Social	34
A Questão da Descentralização	37
Algumas Reflexões Sobre Participação	40
A Organização Social: Formas e Concepções	42
O Projeto de Combate a Pobreza Rural II	45
O Papel dos Conselhos no Projeto de Combate a Pobreza Rural	47
O Papel das Associações no Projeto de Combate a Pobreza Rural	48
ESTUDO DE CASO	
Caracterização do Município de Terezinha	51
- História do Município	51
- Aspectos Físicos	52
- População	54
- Economia Local	57
- A Questão da Saúde	62
- A Questão do Saneamento Básico	63
- A Questão Educacional	65
- As Instâncias Municipais de Participação.....	66

- Breve Descrição do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC de Terezinha	67
Resultado da Pesquisa	69
- A Forma de Trabalhar a Terra – Produção e Comercialização	70
- Renda Familiar	81
- Condições de Vida	82
- Questões Ambientais Desenvolvimento Sustentável / Desenvolvimento Local	88
- Instrução / Escolaridade	94
- Organização	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
- Alguns Desafios Que Precisam Ser Superados	118
- Recomendações	118
BIBLIOGRAFIA	120
ANEXOS	
- Questionário	
- Fotografias	

LISTA DE ABREVIações

%	- Percentual
ABECUSTE	- Associação Beneficente e Cultural Santa Terezinha
ABS	- Número Absoluto
ASA	- Articulação do Semi-Arido
BIRD	- Banco Mundial
CNPJ	- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONDEPE	- Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
DH	- Desenvolvimento Humano
DLIS	- Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
DOP	- Desenvolvimento Organizacional Participativo
DS	- Desenvolvimento Sustentável
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUMAC	- Fundo Municipal de Apoio Comunitário
FUMAC - P	- Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto
ha	- Hectare
IBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	- Índice de Condição de Vida
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDH - M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPA	- Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
NR	- Não Respondeu
ONU	- Organização das Nações Unidas
P1MC	- Programa Um Milhão de Cisternas
PCPR II	- Programa de Combate a Pobreza Rural II
PIB	- Produto Interno Bruto
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL	- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural / Projeto Renascer
PSF	- Programa Saúde da Família
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	- Secretaria de Planejamento de Pernambuco
SM	- Salário Mínimo
SR	- Sem Resposta
STR	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS	- Sistema Único de Saúde
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE MAPAS, FIGURAS E QUADROS

MAPAS	- Mapas de Mesorregião do Agreste Pernambucano, Distribuição Espacial da População Rural e Urbana	55
FIGURA 1	- Ilustração de Pernambuco por Macrorregião e Municípios do Agreste Meridional de Pernambuco	52
QUADRO 1	- Temas do questionário com seus respectivos objetivos	25
QUADRO 2	- Universo de entrevistados	26
QUADRO 3	- Metas do PCPR II	46
QUADRO 4	- Tipo de subprojeto financiável	47
QUADRO 5	- Localização das associações pesquisadas	54
QUADRO 6	- População residente por sexo e zona	55
QUADRO 7	- Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	56
QUADRO 8	- Índices de Exclusão Social	57
QUADRO 9	- Situação da Renda	57
QUADRO 10	- Classes do Rendimento Mensal dos Chefes de Família por Domicílio em Salários Mínimos	58
QUADRO 11	- Quantidade Produzida por Culturas Agrícolas	59
QUADRO 12	- Efetivo dos Rebanhos	59
QUADRO 13	- Estabelecimento Agropecuários	60
QUADRO 14	- Empregados no Setor Formal e Estabelecimentos por Setor de Atividades	61
QUADRO 15	- Número de Estabelecimento em Saúde	63
QUADRO 16	- Forma de Abastecimento de Água dos Domicílios	64
QUADRO 17	- Destino do Lixo Domiciliar	64
QUADRO 18	- Quadro sobre Educação	65
QUADRO 19	- População Alfabetizada e Analfabeta	65
QUADRO 20	- Estabelecimento e Matrículas no Ensino Fundamental e Médio ...	65
QUADRO 21	- Composição da Diretoria do Conselho FUMAC	67
QUADRO 22	- Associações Beneficiadas por Tipo e Valor do Projeto	68
QUADRO 23	- Percentual de Entrevistados por função na Diretoria	69

LISTA DE TABELAS E GRAFICOS

Forma de trabalhar a terra - produção e comercialização

TABELA 01 – Na sua opinião, a fertilidade da terra na área da comunidade é:	70
TABELA 02 – É realizado algum trabalho para se manter a fertilidade do solo?	70
TABELA 03 – Como?	71
TABELA 04 – Existe algum trabalho de combate a pragas e doenças das culturas?	71
TABELA 05 – Vocês utilizam água para irrigação?	72
TABELA 06 – A associação já teve acesso a crédito para produção?	72
TABELA 07 – Vocês já tiveram assistência técnica?	73
TABELA 08 – Caso sim, de quem?	73
TABELA 09 – Em que ano?	73
TABELA 10 – Para fazer o que?	74
TABELA 11 – Vocês já tiveram alguma capacitação na área de projeto produtivo?	74
TABELA 12 – Existe horta caseira na comunidade?	75
TABELA 13 – Tem área de pasto / palma?	76
TABELA 14 – Qual o tamanho desta área?	76
TABELA 15 – Existe algum tipo de processamento de alimento na comunidade?	77
TABELA 16 – Caso sim, de que tipo?	77
TABELA 16.1 – O que?	78
TABELA 17 – Existe algum tipo de produção artesanal?	78
TABELA 18 – Caso sim, de que tipo?	78
TABELA 19 – Quais os instrumentos de produção que são utilizados na área da comunidade?	79
TABELA 19.1 – Outro quais?	79

Renda familiar

TABELA 20 – Qual a renda mensal média que as famílias conseguem através da produção agrária?	81
TABELA 21 – As famílias têm outras fontes de renda?	81
TABELA 22 – Caso sim, quais são as outras fontes de renda que as famílias tem?	82

Condições de vida

TABELA 23 – A maioria das famílias possui água potável em suas casas?	83
TABELA 24 – Caso sim, de que forma esta água é obtida?	83
TABELA 25 – Qual o tipo de fogão é comum?	83

TABELA 26 – A maioria (+70%) dos moradores possui televisão em casa?	84
TABELA 27 – Qual o número aproximado de pessoas na comunidade?	84
TABELA 28 – A maioria das casas possui filtro de água para beber?	85
TABELA 29 – A maioria das famílias acha que estão melhor hoje, que há 10 anos atrás?	85
TABELA 30 – Existe algum posto de saúde próximo à comunidade?	87
TABELA 31 – Caso não, qual à distância?	88

Questões ambientais desenvolvimento sustentável / desenvolvimento local

TABELA 32 – As pessoas da comunidade utilizam algum tipo de recurso natural?	88
TABELA 33 – Caso sim. De que tipo?	89
TABELA 34 – O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar da agricultura orgânica?	89
TABELA 35 – As pessoas da comunidade conhecem a agricultura orgânica?	89
TABELA 36 – Caso sim, elas a utilizam?	90
TABELA 37 – Como?	90
TABELA 38 – O que o(a) Sr(a) entende por desenvolvimento sustentável?	91
TABELA 39 – O que o (a) Sr (a) entende por desenvolvimento local?	92

Instrução / Escolaridade

TABELA 40 – Qual a sua escolaridade?	95
TABELA 41 – Na opinião, em qual nível de escolaridade se enquadra à maioria dos moradores da comunidade?	95
TABELA 42 – Existe escola na comunidade?	95
TABELA 43 – Caso não, qual a distância aproximada da escola?	96
TABELA 44 – Existe transporte escolar fornecido pela Prefeitura?	96
TABELA 45 – Quantas crianças acima de 7 anos estão fora da escola aproximadamente na comunidade?	96

Organização

TABELA 46 – Como se gerou a organização?	98
TABELA 47 – Há quantos anos a associação existe?	98
TABELA 48 – Qual o ano de fundação?	99
TABELA 49 – Qual é o número aproximado de membros da associação?	99
TABELA 50 – Associação está com seus documentos organizados?	100
TABELA 51 – Caso não, o que esta faltando organizar?	100
TABELA 52 – A associação possui um cadastro atualizado dos seus membros?	100
TABELA 53 – A participação dos membros nas reuniões da entidade é?	101

TABELA 54 – A reunião da associação é?	102
TABELA 55 – Qual a sua opinião a respeito do Conselho FUMAC?	102
TABELA 56 – A comunidade tem alguma outra forma de organização?	103
TABELA 56. 1– Caso sim, de que tipo?	103
TABELA 57 – A associação possui alguma parceria com outra entidade?	104
TABELA 57. 1 – Caso sim, que tipo de entidade?	104
TABELA 58 – A associação possui diretoria e comissões?	105
TABELA 59 – A associação possui alguma taxa de contribuição dos seus membros?	105
TABELA 59.1 – Caso sim, como é aplicado este recurso?	105
TABELA 59.2 – Outras Quais?	106
TABELA 60 – Existe algum tipo de registro de receita/despesa?	106
TABELA 60.1 – Caso sim, de que tipo?	106
TABELA 61 – Quais as atividades que são desenvolvidas pela associação na comunidade?	107
TABELA 62 – A diretoria da associação costuma se reunir para preparar as reuniões?	108
TABELA 63– Caso não por que?	108
TABELA 64 – A diretoria da associação já foi renovada em sua composição?	108
TABELA 65 – As Atas das reuniões costumam ser elaboradas e escritas em livros próprio na hora da reunião?	109
TABELA 66 – A maioria das pessoas da comunidade sabe da existência do Conselho FUMAC?	112
TABELA 67 – As pessoas da comunidade em sua maioria conhecem o Projeto Renascer/PCPR?	112
GRÁFICO 01 - Na sua opinião, quais os fatores que limitam/dificultam a questão da produção?	80
GRÁFICO 02 - Outros, quais?	80
GRÁFICO 03 - O que é feito com o lixo?	86
GRÁFICO 04 - O que feito do esgoto?	86
GRÁFICO 05 - Qual o destino dos dejetos?	87
GRÁFICO 06 - Na sua opinião, quais os principais problemas ambientais de Terezinha?	93
GRÁFICO 07 - Na sua opinião, quais as principais potencialidades ambientais de Terezinha?	94
GRÁFICO 08 - Quantas mulheres participam em média das reuniões da associação?	101
GRÁFICO 09 - A associação da qual o (a) Sr (a) faz parte, já foi beneficiada pelo Projeto Renascer/Prorural?	110
GRÁFICO 10 - Caso sim, com que tipo de projeto?	110
GRÁFICO 11 - Na sua opinião, se o Projeto Renascer acabasse, a associação continuaria existindo?	111

RESUMO

O presente estudo procura analisar a concepção/compreensão e a prática cotidiana dos conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local no âmbito das associações comunitárias rurais, mas especificamente de suas diretorias, que formam o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Terezinha, Agreste Meridional de Pernambuco. O método adotado para o desenvolvimento dessa pesquisa teve um caráter quantitativo e qualitativo, tratando-se de um “estudo de caso”. Este estudo contou com o uso de várias técnicas simultâneas, tais como: a pesquisa bibliográfica; a observação de campo; a pesquisa documental e aplicação de questionário. O trabalho envolveu 10 associações que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Fundo Municipal de Apoio Comunitário - FUMAC - do município de Terezinha. Nos últimos anos, os conselhos municipais assumiram o papel de analisar e sugerir ações de políticas públicas que possam contribuir, no enfrentamento da exclusão social, na geração de renda e melhoria da qualidade de vida das comunidades através das associações. A pesquisa verificou que os Conselhos repassam aos seus membros e dirigentes das associações uma noção do que significa os conceitos anteriormente citados, contribuindo para que as questões ambientais locais sejam compreendidas e discutidas. Porém, o entrave para que estas questões sejam assimiladas e postas em prática de modo “sistemático” é a dificuldade de repasse de informação entre as diretorias e seus associados. Assim, muitas das atividades de gestão ambiental são desenvolvidas através dos saberes culturais comunitários.

ABSTRACT

This study tries to analyze the conception/ comprehension and the daily practice of the sustainable development and local development concepts in the rural community associations, more specifically of their directory (group or body of directors), which together make the “Conselho Municipal de Desenvolvimento de Terezinha”(which can be understood as a city development counseling board for the town of Terezinha), Meridional Agreste area of the State of Pernambuco. The chosen methodology for this research had quantitative and qualitative approaches, making it a “case study”. This study used many simultaneous techniques, like: bibliographical research; field observation; documental research and questionnaires. This research took in consideration 10 associations which make the “Conselho Municipal de Desenvolvimento do Fundo Municipal de Apoio Comunitário” FUMAC – of the Terezinha town. In later years, city “conselhos” (city counseling boards) took the role of analyzing and suggesting public policy actions that can contribute in the fight against social exclusion, income generation and quality of life improvement in the communities through the associations. This research took note of the fact that the “conselhos” spread a notion of the concepts above to its members and associations leaders/ heads, which contributes to the comprehension and discussion of the local environmental issues. But, the problem of understanding and putting these concepts into action in a systematic basis comes from the difficulty in the information flow from the association leaders to its members. Therefore, many of the environmental management actions put to action comes from the empirical knowledge of the community.

APRESENTAÇÃO

O presente estudo se constitui em dissertação do Curso de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Ao se estudar a atuação das associações comunitárias rurais e urbanas que integram o Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC, buscou-se analisar o nível de compreensão das diretorias das Associações Comunitárias Rurais e Urbanas do município de Terezinha - PE, com relação aos conceitos de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento local, verificando como eles utilizam este conhecimento nas suas atividades cotidianas e na gestão das associações, possibilitando assim, a elaboração de estratégias de atuação visando transformar as associações e os Conselhos FUMAC em espaços públicos de discussão e de gestão ambiental no âmbito dos municípios.

O trabalho é composto por três capítulos. Assim organizados: no primeiro capítulo, apresenta-se o tema e indica-se o caminho metodológico, explicando como foram desenvolvidas as estratégias para a realização da pesquisa; no segundo, aborda-se a fundamentação teórica, subdividida em seis partes abrangendo algumas questões a cerca do desenvolvimento sustentável, Uma contextualização do desenvolvimento local e da exclusão social, questões relacionadas a descentralização, participação e organização social, além de algumas explicações acerca do Projeto de Combate a Pobreza II e sua atuação junto aos conselhos e associações.

No terceiro capítulo, analisa-se as características do município no que se refere aos seus aspectos geográficos, históricos e socioeconômicos, trazendo ainda os resultados das informações levantadas nas associações em relação às questões de produção, da comercialização, da renda das famílias, da escolaridade, da organização, além das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local.

INTRODUÇÃO

A Região Nordeste do Brasil tem sido alvo de vários estudos nas mais variadas áreas de conhecimento. Muitos pesquisadores sociais têm se dedicado a analisar os processos sociais ocorridos ao longo da história dessa região, como por exemplo, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Manoel Correia de Andrade, entre outros. Todos estes autores direta ou indiretamente trazem reflexões a respeito do processo histórico de dominação e exploração das elites oligárquicas tradicionais em relação ao grande número de excluídos que formam a população nordestina.

Ao longo da história da região, observa-se claramente a utilização que a classe política regional fez, e ainda faz, com relação ao fenômeno da seca, atrelando-a a situação de exclusão e alienação sócio-política do povo. Nesse contexto, durante muitos anos, foram elaboradas e difundidas ações voltadas para o 'combate' a seca, ao invés de iniciativas bem sucedidas de convivência com o semi-árido. Na verdade, a escassez de água foi usada para mascarar práticas assistencialistas e eleitoreiras que foram se cristalizando ao longo da história.

As áreas rurais do Nordeste do Brasil necessitam de ações urgentes com relação a políticas mais eficientes de apoio a produção e convivência com o semi-árido. Porque é exatamente nessas áreas que se concentra um considerável número de pessoas em situação real de pobreza e exclusão social.

De acordo com BEZERRA (2000:20),

“o crescimento econômico da região tem sido muito significativo, mas seu ponto fraco continua sendo um problema ecológico, habitualmente denominado de seca. E não há, evidentemente uma dimensão do subdesenvolvimento da região relacionada, a esse ponto fraco, de forma direta, do que a agropecuária. Qualquer ação integrada que vise o aumento da produtividade agrícola deverá enfrentar o problema do gerenciamento dos recursos hídricos na grande mancha semi-árida, que abrange 70% de áreas do Nordeste e 63% de sua população”.

Observa-se nas últimas décadas a existência de algumas 'manchas' ou 'pólos onde ocorreu um forte dinamismo econômico'. Fora dessas 'manchas', a pobreza prevalece fortemente enraizada e a dificuldade de se gerar mudanças permanece

como algo ligado à cultura sócio-econômica das zonas canavieiras e do sertão do semi-árido. A modernização é restrita, seletiva e acaba mantendo um padrão já existente de dominação tradicional. (ver BEZERRA, apud ARAÚJO, 2002).

As precárias condições de vida da população da região Nordeste quase sempre são separadas da questão social e atribuídas aos fatores físicos associados às secas, porém, a organização social e política regional vêm interferindo de maneira negativa no desenvolvimento do Nordeste. A situação de calamidade pública registrada durante cada período de seca tem-se tornado uma rotina constante na vida dos nordestinos. (ANDRADE, 1986).

Na região do agreste de Pernambuco, muitos municípios estão próximos a algumas manchas de dinamismo econômico e ao mesmo tempo apresentam sérios problemas sociais por não conseguirem se inserir no processo de desenvolvimento destes municípios mais ricos. Um exemplo disso é o município de Terezinha, alvo deste estudo, que mesmo localizando-se numa área próxima a Garanhuns e a Bom Conselho, dois importantes municípios da região, não conseguiu melhorar a sua situação sócio-econômica local, apresentando um baixo Índice de Desenvolvimento Humano e uma forte exclusão social.

No Estado de Pernambuco, como em grande parte do Nordeste brasileiro, são registrados elevados índices de pobreza, particularmente concentrada no meio rural e nos municípios de pequeno e médio porte. Apesar das potencialidades e da modernização econômica de Pernambuco, nas últimas décadas, o quadro de pobreza persiste e a distribuição da renda se manifesta de forma bastante desigual. Pernambuco é um Estado com acentuada concentração territorial da economia e forte desigualdade espacial nas condições sociais da população, que se manifesta também na enorme fragilidade das instituições públicas municipais do interior, reduzindo a capacidade dos atores locais promoverem as mudanças necessárias ao desenvolvimento local.

A Região de Desenvolvimento do Agreste Meridional possui 26 municípios, com uma população rural, segundo o IBGE (2003) de 274.838 hab, sendo, portanto, a segunda região do Estado em número de pessoas que residem no meio rural. É a

região que concentra a maior quantidade de municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de todo Estado¹.

Desde a década de 70, do século passado, quando as principais manifestações a respeito da crise ambiental foram colocadas, tanto o governo como as organizações não governamentais abraçaram a idéia de tentar difundir um novo modelo de desenvolvimento associado ao uso sustentável dos recursos naturais e que possibilitasse a justiça social. Surge um dos conceitos mais pesquisados, analisados e criticados que é o desenvolvimento sustentável, cujo significado mais aceito por todos que o estudam é de que ele “visa explorar os recursos da natureza para atender a demanda atual, se preocupando em deixar uma parcela desses recursos para as gerações futuras” (BRUNDTLAND, 1991).

O desenvolvimento sustentável é apontado por vários autores como sendo uma das alternativas para o enfrentamento das questões de exclusão social. Dessa forma, segundo ARAÚJO (2002), “cabe considerar que o novo estilo de desenvolvimento, tendo por base a sustentabilidade, exige mudança importante nos padrões básicos de organização da economia, e da sociedade e das suas relações com a natureza, o que traz grandes dificuldades técnicas, políticas e culturais no momento de sua aplicação”.

Portanto, ainda segundo ARAÚJO (2002), “considerando a rigidez estrutural do modelo social e dominante no Brasil, o desenvolvimento sustentável parece ser um objetivo a ser alcançado no médio e longo prazo, sendo, neste caso, tratado como um processo meta a ser alcançado no futuro, resultante da reorientação do estilo de desenvolvimento, enfrentando e redefinindo a base estrutural da organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente”.

O desenvolvimento sustentável para alguns autores: ARAÚJO (2002), BECKER (1999), BEZERRA (2000), BOFF (1999), BRANDENBURG (1999), BUARQUE (2002), CUNHA (2003), DIAS (2002), FRANCO (2000), FURRIELA (2002),

¹ Os municípios que estão nesta situação são: Águas Belas, Caetés, Iati, Itaíba, Paratama, Salóá, Tupanatinga e Terezinha.

GADOTTI (2001), GOMEZ (1999), GONÇALVES (2002), GUIMARÃES (2001), LEIS (1999), MARRUL FILHO (2002), MERICO (2001), NOBRE e AMAZONAS (2002), PHILIPPI JR. (2002), REIGOTA (1998), SACHS (1999), deverá criar as condições para se atingir uma sociedade mais igualitária, ou melhor, uma sociedade menos injusta, pois a equidade social é uma característica inerente da sustentabilidade.

Esse estudo busca analisar a concepção e a prática dos conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local no âmbito das diretorias das associações comunitárias rurais que formam o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC.

Os Conselhos Municipais assumiram um papel de analisar e sugerir ações de políticas públicas, priorizando projetos e propondo o desenvolvendo de atividades que possam contribuir na geração de renda e melhoria da qualidade de vida das comunidades através das associações.

De acordo com OLIVEIRA (2001),

“as políticas, programas e projetos elaborados e implementados por alguns organismos internacionais e nacionais que visando o alcance do desenvolvimento sustentável, têm forte embasamento na participação das comunidades nas decisões, participação essa que deve incluir, de forma equitativa, todos os atores sociais envolvidos”.

A autora considera também que

“existem mecanismos culturais que têm o poder real de excluir certos atores sociais, a consolidação da participação equitativa requer que sejam definidas ações muito específicas para facilitar sua inclusão, particularmente dos chamados “novos atores”, que, como mulheres e jovens, foram postos em evidência pelo processo de modernização. A perspectiva de gênero, por exemplo, é um processo de definição daquelas ações especialmente destinadas a viabilizarem a organização desses segmentos excluídos pelas instituições promotoras do desenvolvimento social agrícola.”

Justificativa

Os conselhos municipais têm se apresentado no cenário nacional como instrumentos de cooperação e parceria do Estado na discussão, priorização e monitoramento de programas e projetos. As associações comunitárias rurais e urbanas são componentes de grande relevância na estrutura da maioria dos conselhos, porque representam o cidadão que tem a oportunidade de levar as suas sugestões, críticas e reivindicações para instâncias maiores que podem acatar, negar ou negociar soluções possíveis para problemas antigos, como a fome, falta de habitação, saneamento básico, a seca, entre outros que atingem a maioria dos municípios brasileiros.

Ao analisar como os membros das diretorias das associações comunitárias rurais compreendem os conceitos, como desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local, procurou-se inicialmente avaliar o resultado de trabalhos que foram desenvolvidos tanto no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento -FUMAC, como também no Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável – DLIS. Estes trabalhos visaram fortalecer o capital humano e social local através de cursos, treinamentos e oficinas voltados para pensar o município na perspectiva do conceito de sustentabilidade e de enfrentamento dos principais problemas sócio-econômicos e ambientais.

Além de verificar a percepção dos conceitos que vêm sendo trabalhados ao longo do período e de forma sistemática, esta pesquisa buscou investigar o nível de organização e de planejamento dos membros das diretorias das associações, e avaliar o conhecimento dos membros das diretorias das associações com relação ao PRORURAL, através do PCPR II analisando como vem se dando o processo de consolidação do capital social local, viabilizado graças aos resultados alcançados através de projetos de infraestrutura e sociais que foram discutidos, priorizados e aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC.

A investigação sobre as condições de vida e a forma de produzir e comercializar na percepção dos membros das diretorias das associações comunitárias (9 rurais e 1 urbana) do município de Terezinha pretende contribuir no diagnóstico da real situação das comunidades de um dos municípios que possui o IDH mais baixo da região do Agreste Meridional pernambucano.

Foram escolhidas as associações comunitárias que formam o Conselho do Projeto Renascer - FUMAC de Desenvolvimento Municipal de Terezinha – PE em função dos seguintes critérios:

- Associações criadas entre 1995 e 2002;
- Conselho com 10 associações representadas;
- Associações com subprojetos aprovados pelo PCPR II.
- Associações sem denúncias;
- Município com bons resultados na Implantação do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável - DLIS.
- Associações que já receberam treinamentos e oficinas relacionadas aos conceitos tratados neste estudo.
- Conselho avaliado com conceito bom pelo PRORURAL.
- Município inserido no Plano Integrado de Desenvolvimento Local do Governo do Estado.
- Município que apresenta baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, 0,565.

Portanto, os resultados desta pesquisa poderão servir de base para planejar ações e estratégias de atuação junto às associações comunitárias rurais que são a essência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento - FUMAC existentes nos 178 municípios atendidos pelo Programa de Combate a Pobreza Rural II – PCPR II, através do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRORURAL/Governo do Estado de Pernambuco.

Objetivo Geral

Verificar o nível de compreensão das diretorias das Associações Comunitárias Rurais e Urbanas do município de Terezinha - PE, com relação aos conceitos de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento local, analisando como eles utilizam este conhecimento nas suas atividades cotidianas e na gestão das associações, possibilitando assim, a elaboração de estratégias de atuação contribuindo na transformação das associações e dos Conselhos FUMAC em espaços públicos de discussão e de gestão ambiental no âmbito dos municípios.

Objetivos Específicos

- a) Investigar o nível de conhecimento das diretorias das Associações Comunitárias Rurais e Urbanas do município de Terezinha - PE, a respeito dos problemas e potencialidades ambientais do município;
- b) Analisar o que as diretorias das Associações Comunitárias compreendem acerca do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC e se as pessoas da comunidade conhecem o referido conselho.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi realizada em nove associações comunitárias rurais e uma associação urbana, do município de Terezinha, localizado no Agreste Meridional, a uma distância de 250.9 Km do Recife. Concentrando-se na área rural do município. A escolha do município ocorreu devido ao fato dele possuir um baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e por ter um Conselho avaliado com conceito bom, pelo Projeto Renascer, tendo recebido alguns treinamentos na área de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local.

O método adotado para o desenvolvimento dessa pesquisa teve um caráter quantitativo e qualitativo. O método quantitativo permite mensurar informações obtidas usando recursos estatísticos para o tratamento desses dados (OLIVEIRA 2001) que podem ser observados e comparados entre si (HAGUETTE 1990). O qualitativo, como argumenta HAGUETTE (1990) valoriza as especificidades de fenômenos em termos de suas origens e de sua razão de ser”, ou como relata OLIVEIRA (2001), “visa atender situações complexas ou estritamente particulares”.

Para RICHARDSON (1999), “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”.

“O estudo de caso é o método que supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso” (BECKER, 1993).

Segundo OLIVEIRA (2001), citando YIN, “o estudo de caso é a estratégia preferida quando são abordados o como e o porquê, quando o investigador tem pouco controle sobre os eventos, e quando o foco é sobre um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida cotidiana”.

A realização dessa pesquisa contou com o uso de várias técnicas simultâneas com o objetivo de permitir uma análise mais apurada do objeto de estudo. As técnicas utilizadas foram:

- a) a pesquisa bibliográfica – que permitiu apreender as várias sugestões e conhecimentos científicos que já foram sistematizados sobre o tema ou fenômeno (OLIVEIRA, 2001).
- b) a observação de campo - que auxiliou na coleta e resgate de informações da realidade local no qual se insere o objeto de estudo, contribuindo para a formulação de resultados.
- c) a pesquisa documental - também foi utilizada, através de documentos diversos e relatórios do Projeto Renascer.
- d) aplicação de questionário – “é um instrumento de coleta de dados, cuja função é descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social, podendo ser aplicado através de um contato direto ou por correio”. (RICHARDSON,1999).
- e) a entrevista não estruturada – através de uma conversa orientada, visa conseguir informações detalhadas que podem ser trabalhadas numa análise qualitativa. (Ibid).

Em relação às entrevistas não estruturadas, é interessante destacar que foram selecionadas as informações mais importantes, sofrendo os devidos recortes, sendo organizados de acordo com os temas elaborados para o questionário.

A estrutura do questionário foi composta de questões abertas e fechadas, o qual visou absorver as informações de acordo com a compreensão dos entrevistados sobre os temas propostos. Em relação aos benefícios de ambos os tipos de questões, pode-se dizer que as perguntas fechadas são mais simples de codificar e de passar os dados para o computador e facilita o total preenchimento do questionário etc. Já as abertas, oferecem mais liberdade ao entrevistado, possibilitando que ele construa sua própria resposta. (RICHARDSON,1999).

O referido questionário foi composto de 94 questões, tendo sido dividido em temas, com questões abertas e fechadas correspondendo a cada tema especificamente. Os temas propostos foram:

QUADRO 1 – Temas do questionário com seus respectivos objetivos

Temas	Objetivos
Forma de trabalhar a terra – produção e comercialização	Colher informações a respeito dos assuntos ligados a produção e comercialização na área de influência da associação.
Renda familiar	Identificar o conhecimento dos presidentes das associações em relação a situação da renda dos moradores e sócios da entidade da qual eles fazem parte.
Condição de vida	Medir o conhecimento dos entrevistados em relação aos serviços prestados a comunidade e a qualidade de vida das pessoas.
Questões ambientais – desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local	Verificar entre outras coisas, quais os recursos naturais mais utilizados pela comunidade, na visão dos entrevistados, assim como, as suas impressões a respeito dos dois conceitos citados, os problemas e as potencialidades ambientais do município.
Instrução (escolaridade)	Identificar a escolaridade do entrevistado e percepção deles quanto o nível de escolaridade das pessoas da comunidade e o acesso aos serviços de educação.
Organização	Compreender a estrutura organizacional das entidades, assim como, as impressões do entrevistado a respeito do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC e do Projeto Renascer.

A pesquisa de campo ocorreu com o apoio do Secretário do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC que fez anteriormente uma articulação junto aos Presidentes das Associações. A contribuição do Secretário foi muito importante, devido ao seu conhecimento na área rural do município, facilitando a localização dos entrevistados e colaborando na aplicação do questionário.

Cabe lembrar que, com base nas informações fornecidas pelo Secretário do Conselho, foi elaborado um roteiro de visitas às associações, otimizando o tempo e as distâncias, visando realizar o trabalho junto ao público-alvo num espaço de tempo satisfatório.

Na aplicação do questionário, foram realizadas visitas aos sítios onde estão localizadas as associações rurais e visitas à cidade, onde se procurou manter contato com os entrevistados informando a respeito dos objetivos do trabalho e os sensibilizando para o preenchimento do questionário. A visita às comunidades serviu para conhecer a realidade na qual as associações estão inseridas e, ao mesmo tempo, fazer observações sobre as suas características.

No diagnóstico foram aplicados 27 questionários, em 10 associações comunitárias do município que participam do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC.

Quadro 2 – Universo de entrevistados

Nome da Associação	Tipo de Associação	Número de sócios*	Questionários Aplicados
Associação Beneficente e Cultural Santa Terezinha - ABECUSTE	Urbana	50	03
Associação Comunitária Rural Manoel Vieira de Melo	Rural	47	03
Associação Comunitária Rural José Alves Pequeno	Rural	40	03
Associação Comunitária Rural Santo André	Rural	49	03
Associação Comunitária Rural São Francisco de Assis	Rural	60	03
Associação de Desenvolvimento Comunitário Tertuliano Bezerra de Carvalho	Rural	75	01
Associação Comunitária Rural Oliveira Pereira Lopes	Rural	30	03
Associação Comunitária Rural Antônio Alves de Araújo	Rural	45	03
Associação Comunitária Rural José Pereira Lopes	Rural	40	02
Associação Comunitária Rural Manoel Melo de Carvalho.	Rural	47	03
TOTAL	01 – Urbana 09 – Rurais	483	27

* Informações fornecidas pelos Presidentes das associações.

A impossibilidade de trabalhar com todos os membros das associações envolvidas estimulou a necessidade de diagnosticar apenas uma parcela do universo de membros de cada entidade, sendo assim, foram escolhidos os três principais cargos da diretoria das associações: o presidente, o secretário e o tesoureiro. De acordo com Marconi 1985, citado por OLIVEIRA (2001),

“O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte ou amostras, de total forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos relativos a esta parte, poder inferir, o mais legitimamente possível os resultados da população total, se esta fosse verificada”.

A escolha da amostragem se deu de forma não probabilística, ou seja, é aquela na qual o pesquisador decide aleatoriamente o tamanho da amostra, determinando este valor em função do universo, contudo, sem uma estrutura especificada (OLIVEIRA 2001). Apesar da amostra ter sido realizada de uma forma não probabilística, pode-se afirmar que a amostragem escolhida atendeu aos objetivos dos estudos e referendou os resultados obtidos.

Uma outra técnica utilizada foi à observação de campo, pois ao longo do ano de 2003 foram realizadas várias visitas às reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC, totalizando 12 reuniões, além de visitas realizadas em algumas das associações do município. É importante lembrar, que esta observação ocorreu de forma participante, a qual, de acordo com RICHARDSON (1999), é aquela onde:

“O observador não é apenas um expectador do fato que está sendo estudo, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado... E tem mais condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária das comunidades do que o observador não participante”.

De posse dos questionários e da realização da observação de campo, iniciou-se o processo de análise. Foi solicitado aos entrevistados para se identificarem e todos autorizaram a colocação dos seus nomes no questionário.

O primeiro passo na análise foi organizar os questionários por associação, depois numerá-los. Em seguida, as respostas foram sistematizadas por questão em uma

folha específica para isso. Posteriormente, nas questões fechadas, foi realizada a contagem das respostas dadas e nas questões abertas foi executada a codificação, também manual, que consistiu em classificar os dados agrupando-os, atribuindo um número a cada significado. Na verdade, o ato de codificar é modificar o que é de caráter qualitativo para o de quantitativo, objetivando auxiliar a etapa de tabulação e forma de expressão e compreensão dos dados (OLIVEIRA, 2001).

Em outro momento, as codificações foram tabuladas como forma de facilitar a análise das informações, permitindo sintetizar o que foi observado pelas categorias e representados através de gráficos (OLIVEIRA, 2001). A tabulação foi manual devido ao pequeno número de questionário, pois como afirma OLIVEIRA (2001): este tipo de tabulação exige “menos tempo e esforço, lida com pequenos números de casos e com poucas tabulações mistas, sendo menos dispendiosos”.

De posse dos resultados estes foram apresentados de forma absoluta e relativa, sendo os percentuais calculados em calculadora simples, tendo seus valores sofrido um arredondamento para serem exibidos através de números inteiros, contudo não causando com isso nenhum prejuízo aos resultados da pesquisa.

_____ PRESSUPOSTO TEÓRICO

PRESSUPOSTO TEÓRICO

Algumas questões acerca do Desenvolvimento Sustentável

A maioria das pessoas quando indagadas sobre a temática do desenvolvimento, freqüentemente associam a sua definição a questão do crescimento. Da mesma forma, a nossa classe dirigente, política e empresarial, durante muitos anos, usou o discurso desenvolvimentista com base apenas em fatores econômicos, apoiados pelo aumento do PIB e por nossa renda per capita.

Os teóricos que defendem este modelo conservador e ultrapassado vêm resistindo, como um vício, em alguns setores da nossa economia e do setor público. Contudo, com o questionamento do antigo paradigma, houve um significativo avanço no que se refere à valorização dos outros capitais que compõem a estrutura do desenvolvimento, como é o caso do capital natural, social e humano.

Ao longo das duas últimas décadas, estamos observando a falência do modelo tradicional de desenvolvimento, pois o seu caráter estritamente econômico, causou o aumento do desequilíbrio ambiental associado com a expansão da pobreza e da marginalização sócio-cultural.

Há uma diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento. Desde os anos 80, a estagnação econômica aprofunda a pobreza, mas o crescimento econômico amplia a desigualdade. ARAÚJO (1995) se refere a isto da seguinte forma:

“A herança é um país com uma economia altamente dinâmica e uma sociedade fraturada. Para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil é um país desenvolvido e desigual. Eu não concordo: não somos um país desenvolvido. É impossível conceber um país desenvolvido que tenha a fratura social do Brasil”

O conceito de desenvolvimento sustentável nasceu de um contexto, onde a exploração dos recursos naturais ocorria naturalmente e os efeitos dessa exploração estavam começando a trazer danos sérios a qualidade de vida das cidades e de alguns países. E ao mesmo tempo era preciso justificar a continuação desse modelo com uma nova roupagem, ou melhor, um novo discurso que amenizasse a

inquietação dos movimentos ambientalistas que cobravam mudanças radicais no uso dos recursos naturais. Nesta linha de pensamento GUIMARÃES (1995) diz: "Há claramente um risco: o desenvolvimento sustentável transformado em um mero *slogan* ou apenas numa tentativa de enverdecimento do modelo de desenvolvimento vigente."

O avanço mais palpável na divulgação desse conceito, só veio ocorrer em 1987 quando foi divulgado o Relatório Brundtland, elaborado pela ONU, que definia desenvolvimento sustentável como o "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades".(BRUNDTLAND, 1991)

Um número cada maior de autores² vem se dedicando a estudar as questões ambientais, a falência do atual modelo de desenvolvimento e sua relação com desenvolvimento sustentável.

² ARAÚJO, Tânia Bacelar de – Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan /Fase, 2002;
BECKER, Dinizar Fermiano et al (org.) – Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade? 2ª edição, editora da UNISC, Santa Cruz do Sul, 1999.
BEZERRA, M. C de L & MUNHOZ, T M T – Gestão dos Recursos Naturais: Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira – Brasília: IBAMA, 2000.
BOFF, Leonardo – Ecologia: grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Zied, Ed Ática, 1999.
BUARQUE, Sérgio C. – Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento, Rio de Janeiro, ed. Garamond, 2002.
CAPORAL, Francisco Roberto – Agroecologia: Enfoque Científico e Estratégico para Apoiar o Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre: EMATER – RS/ ASCAR, 2002.
CUNHA, Luís Henrique & Coelho, Maria C. Nunes – Política e Gestão Ambiental, in CUNHA, Sandra B (org) – A questão ambiental: diferentes abordagens, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
FRANCO, Augusto. Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável. 2ª Ed. Brasília: Instituto de Política. 2000.
FURRIELA, Rachel Biderman – Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente, São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
GONÇALVES, Carlos Walter P. – Natureza e Sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade, In: QUINTAS, José Silva (org), Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente. 2ª ed, série ampliada. Brasília: IBAMA, 2002. (Coleção Meio Ambiente, Série educação ambiental).
GUIMARÃES, Mauro – Educação Ambiental e a Gestão Para a Sustentabilidade in SANTOS, José E. dos & SATO, M – A Contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora, São Paulo: Ed Rima, 2001.
LEIS, Héctor Ricardo - A modernidade Insustentável, as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes: Santa Catarina: UFSC, 1999.
MARRUL FILHO, Simão – Do desenvolvimento para além do desenvolvimento. In: QUINTAS, José Silva (org), Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2ª ed, série ampliada. Brasília: IBAMA, 2002. (Coleção Meio Ambiente, Série educação ambiental).
NOBRE, Marcos & AMAZONAS, Maurício C. – Desenvolvimento sustentável: A institucionalização de um conceito, Brasília: Ed. IBAMA, 2002.

A questão que se coloca hoje não é mais a contradição entre desenvolvimento e preocupação ambiental e sim como o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado. É necessário responder a três indagações para gerar um consenso operacional entre grupos com respostas fundamentalmente diferentes: o que tem que ser sustentado? para quem? por quanto tempo? Segundo SACHS (1993), “os problemas da pobreza e do meio ambiente podem ser sanados ou evitados; não há quaisquer limites ecológicos ou falta de tecnologia que impeçam sua superação. Conclui-se, assim, os obstáculos são sociais e políticos”.

Na verdade, implantar este conceito na nossa prática diária pressupõe uma transformação no comportamento pessoal e social, além de mudanças concretas no processo de produção e consumo. E nesse contexto é preciso provocar uma discussão contínua e o envolver toda a sociedade. Diante desse cenário, o desenvolvimento sustentável permanece um processo embrionário. (BEZERRA, 2000)

No estudo referente ao desenvolvimento sustentável é necessário mencionar também o conceito de sustentabilidade, o que segundo BEZERRA (2000), tem sua inspiração na ecologia e está vinculado a capacidade de recomposição e regeneração dos ecossistemas. Entendendo-se por ecossistema, de acordo com CRIVELLARO (2001), como sendo:

“um conjunto de organismos que interagem entre si e com o ambiente físico numa determinada área, constituindo uma unidade funcional. Essas interações resultam na formação de estruturas bióticas(vivas) bem definidas, como, por exemplo, uma floresta, um rio ou um oceano. Um ecossistema apresenta três componentes básicos: a comunidade (os organismos produtores, consumidores e decompositores); o fluxo de energia (no qual o sol é a fonte de energia que move o ecossistema) e a ciclagem de materiais, como a água e nutrientes (carbono, nitrogênio, fósforo) que circulam pelas partes vivas e não-vivas, sendo reutilizados inúmeras vezes”.

SACHS, Ignacy - Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento, In: VIEIRA, Paulo Freire (Org) – Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: A contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: PALLOTTI, Florianópolis: APED, 1999.

SORRETINO, Marcos – Desenvolvimento Sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta, In: LOUREIRO, Carlos F. B et all – Educação ambiental: repesando o espaço da cidadania, São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Paulo Freire et al. – Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs, Editora PALLOTT/APED, Porto Alegre, 1998.

Entretanto, alguns teóricos começaram a relacionar a sustentabilidade também a aspectos sociais, relacionados ao ser humano, surgindo assim, as chamadas dimensões, as quais BEZERRA (2000), citando SACHS (1993) e GUIMARÃES (1995), apresenta da seguinte forma:

“Sustentabilidade ecológica – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques de capital natural, incorporados às atividades produtivas.

Sustentabilidade ambiental – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o qual implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.

Sustentabilidade social – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de exclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimentos a questão de saúde, educação, habitação, e seguridade social.

Sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.

Sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macrossociais”.

Duas dessas dimensões servem de base como linha de orientação para as análises que se seguem ao longo desse trabalho. São elas: a dimensão social e a dimensão política. As outras dimensões surgem como um suporte na compreensão e discussão dos resultados apresentados

Os aspectos relacionados à questão de gênero³ são também mencionados nesta pesquisa, porém fazendo parte da dimensão de sustentabilidade social, pois ainda cabe dentro dessa classificação, “os critérios de igualdade de gênero, reconhecendo-se a incorporação plena da mulher na cidadania econômica (mercado), política (voto) e social (bem-estar) como um valor em si mesmo, que se coloca, portanto, acima de considerações econômicas”. (GUIMARÃES, 2001)

³ O conceito de gênero aqui utilizado diz respeito à relações sociais, historicamente construídas e de contexto específico, estabelecidas entre homens e mulheres e que vão implicar na maneira como uma determinada sociedade se organiza para produzir social, material e politicamente, influenciando nas normas, valores, sentimentos, modo de agir e pensar das pessoas (GEHLEN, 1999) .

A demanda do segmento da sociedade que se encontra a margem do processo de desenvolvimento atual, esperando por ações práticas inspiradas na sustentabilidade social e política cresce a cada dia. No que se refere a característica política da sustentabilidade, em especial GUIMARÃES (2001) argumenta que esta, encontra-se

“Vinculada ao processo de aprofundamento da democracia e de construção da cidadania. Este resumo, em nível macro, à democratização da sociedade e, em nível micro, à democratização do Estado. O primeiro desses objetivos pressupõe o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de ativos e de análise de suas organizações e a capacitação para a tomada de decisões. O segundo se concretiza pela abertura do aparato estatal ao controle cidadão, pela incorporação do conceito de responsabilidade política na atividade pública”.

Dessa forma, um dos caminhos possíveis de fazer com que seja viabilizada tanto a sustentabilidade social como a política é através da aplicação de uma gestão ambiental ética e responsável, onde mais e mais cidadãos possam se inserir no processo de discussão, planejamento e tomadas de decisão com relação as questões ambientais, tanto locais como as globais.

Entende-se por gestão ambiental como sendo

“um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre o meio físico natural e construído. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também como se distribuem na sociedade os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes.” (QUINTAS, 1997),

Enquanto BEZERRA (2000), argumenta mais detalhadamente o mesmo conceito como

“um conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ações e procedimentos para proteger a integridade dos meios físicos e bióticos, bem como, a dos grupos sociais que deles dependem. Esse conjunto inclui, também, o monitoramento e o controle de elementos essenciais à qualidade de vida, em geral, e à salubridade humana, em especial. Suas atividades envolvem o monitoramento, o controle, e a fiscalização do uso dos recursos naturais, bem como o processo de estudo, avaliação e eventual licenciamento de atividades potencialmente poluidoras. Envolve, também, a normatização de atividades, definição de parâmetros físicos, biológicos e químicos dos elementos naturais a serem monitorados, assim como, os limites de sua exploração e/ou as condições de atendimento dos requerimentos ambientais em geral”.

A aplicação da gestão ambiental definida tanto por QUINTAS (1997), como por BEZERRA (2000), pressupõe uma prática que pode ser melhor visualizada quando trabalhada num nível local, num espaço territorial delimitado, onde as ações de monitoramento e avaliação dos impactos estejam sob o controle dos gestores locais que participaram ativamente do processo. Sendo assim, a compreensão do desenvolvimento sustentável deve abranger também a sua relação com a concepção do local.

Uma Contextualização do Desenvolvimento Local e da Exclusão Social

No início da década de noventa, do século passado, começa a surgir um 'novo' adjetivo para o termo desenvolvimento, ou seja, era o momento de agregar ao conceito a questão do local como uma alternativa para refletir potencialidades regionais e territoriais inseridas no avanço da globalização. Na concepção de FRANCO (2000), desenvolvimento local "é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esses fatores para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade sócio-territorial delimitada".

Um argumento semelhante é utilizado por BUARQUE (2002), que define desenvolvimento local como

"um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local."

Em FRANCO (2000), encontra-se uma outra versão de desenvolvimento, agora denominada de Desenvolvimento Local Integrado e sustentável - DLIS, apresentado como a melhor alternativa para reverter o quadro de exclusão e miséria de muitas regiões do país, cuja definição é "uma metodologia, *latu sensu*, que visa promover o desenvolvimento das unidades sócio-territoriais delimitadas por meio de um conjunto de práticas".

Ainda segundo FRANCO (2000), essa metodologia é fundamentada nas seguintes ações:

“Capacitação para a gestão local; a criação de uma nova institucionalidade participativa (conselho, fórum, agência ou órgão similar, de caráter multissetorial, plural e democrático, encarregado de coordenar o processo de desenvolvimento na localidade); diagnóstico e planejamento participativos; a construção negociada de uma demanda pública da localidade (em geral materializada na forma de uma agenda local de prioridades de desenvolvimento); a articulação da oferta estatal e não estatal de programas e ações com a demanda pública da localidade; a celebração de um pacto de desenvolvimento na localidade (ou similar, tendo por base a agenda local pactuada); o fortalecimento da sociedade civil (por meio do estímulo à ação cidadã, do apoio a construção de organizações sem fins lucrativos, sobretudo de caráter público, da celebração de parcerias entre os poderes constituídos e tais organizações e da promoção do voluntariado); o fomento ao empreendedorismo (por meio da capacitação, crédito e do aval impulsionar e apoiar a criação e o desenvolvimento de novos negócios sustentáveis, com fins lucrativos mesmo); e a instalação de sistemas de monitoramento e avaliação”.

A metodologia de DLIS foi elaborada para sistematizar e orientar o trabalho dos multiplicadores no sentido de planejar suas ações no município escolhido para o desenvolvimento do programa. Assim, a estratégia DLIS foi dividida em etapas que se relacionam através de um mecanismo de interdependência, ou seja, para que uma etapa posterior venha a ocorrer adequadamente é preciso que a anterior tenha sido bem executada, pois a metodologia segue um processo evolutivo lógico.

Ao acrescentar mais alguns aspectos ao conceito de desenvolvimento SEN (2000), incorpora questões humanitárias ao conceito e argumenta

“o desenvolvimento humano é um processo visando ampliar as possibilidades ofertadas aos indivíduos. As necessidades fundamentais são de ter uma vida longa e sadia, de adquirir conhecimentos e de ter acesso aos recursos necessários para dispor de um nível de vida decente. O DH tem dois aspectos: o primeiro corresponde aos campos das possibilidades tais como a melhora da saúde, dos conhecimentos e das aptidões; o segundo, ao uso que os indivíduos fazem das potencialidades que adquiriram, voltadas para produção, lazer, atividades culturais, sociais ou políticas. No conceito de DH a renda é somente um dos elementos procurado pelos indivíduos. “A insuficiência de renda é uma das manifestações da miséria, e se refere mais aos meios que aos fins”.

A contribuição de SEN (2000) para o conceito de desenvolvimento está na concepção de que os problemas relacionados aos aspectos econômicos não são o único ponto que precisa ser revisto quando se pensa na transformação do atual modelo de desenvolvimento. É preciso que o homem, enquanto cidadão livre possa ter condições de usar o conhecimento adquirido de uma forma mais satisfatória e voltada para o seu aperfeiçoamento cultural, político e social. E para que tal objetivo seja alcançado é preciso combater, ou pelo menos, minimizar o quadro de exclusão social, na qual se encontra atualmente um bom número de pessoas no Brasil e em especial nos estados que formam a região nordeste.

Nesse sentido, é importante compreender o termo exclusão social e para isso são necessários vários enquadramentos, visto que se trata de um conceito que pode ser analisado como um fenômeno, como um processo e como uma lógica que tem várias interpretações. (SPOSATI, 1999).

Para SPOSATI (1999), a exclusão social é “relativa, cultural, histórica e gradual. Isto significa que a exclusão social pode variar entre países, em diferentes momentos de um mesmo país, como também variar na sua graduação em mesmo momento”.

Além das características apontadas acima, pode dizer que a exclusão também é polar, ou seja, existe uma situação contrária, denominada inclusão e quer dizer, segundo SPOSATI (1999) “que não existe um estado puro de exclusão, mas sempre a exclusão em relação a uma dada situação de inclusão.

Na definição de alguns autores e na concepção de muitas pessoas, a exclusão social é apenas um sinônimo de pobreza, contudo, é preciso entender que a exclusão abrange valores culturais, discriminações e não só aspectos relacionados à retenção de bens, enquanto a pobreza está fortemente ligada ao caráter econômico. Em outras palavras, o pobre é o que não tem, já o excluído pode ser rico, mas discriminado em função da cor negra, gênero, idade etc. (SPOSATI 1999).

Portanto, neste trabalho a exclusão social será compreendida de acordo com SPOSATI (1999), como “uma situação de privação coletiva que inclui pobreza,

discriminação, subalternidade, a não equidade, a não acessibilidade, a não-representação pública como situações multiformes”.

Uma das alternativas apontadas para o enfrentamento da exclusão social, pode ser encontrada na estratégia política da descentralização das ações do governo, onde determinados assuntos ligados a área da assistência social, são agora planejados, executados e monitorados em nível de estados e municípios, possibilitando assim, uma perspectiva maior de eficiência com esse tipo de política pública.

A Questão da Descentralização

A discussão a respeito do termo descentralização começou a ressurgir no cenário brasileiro a partir da promulgação da Constituição de 1988, que através de alguns princípios defendia uma nova ordem político-administrativa, onde a sociedade pudesse assumir um papel mais ativo na formulação e execução das políticas públicas, principalmente através dos estados e municípios.

A questão da descentralização tem aparecido ao longo da história da humanidade e é possível encontrá-la já no *Espírito das Leis* de Montesquieu e na *Democracia da América* de Tocqueville. (TABOR (1991), citado por STEIN (1997)).

Em STEIN (1997), é possível encontrar algumas definições a respeito do que poderia ser descentralização na visão de alguns autores, da seguinte forma:

“A descentralização implica a existência de uma pluralidade de níveis de decisão exercida de forma autônoma pelos órgãos independentes do centro”. (ROVERSI-MONACO, 1993).

“É entendida enquanto um processo de distribuição de poder que pressupõe, por um lado, a redistribuição dos espaços de exercício de poder (ou de objetos de decisão), isto é, das atribuições inerentes a cada esfera de governo e, por outro, a redistribuição dos meios para exercer o poder, ou seja, os recursos humanos, financeiros, físicos” (UGA, 1991).

“É um movimento que trata de uma redefinição de centros de poder que, se bem colocados primordialmente no interior do aparelho do Estado, direta ou indiretamente se articulam com a sociedade em geral”. (LOBO, 1988).

Na concepção de BUARQUE (2002), que na essência é muito similar a dos autores citados anteriormente por STEIN, tem-se que a descentralização é:

“Concebida como transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre os quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão às unidades territoriais de menor amplitude e escala. Representa uma efetiva mudança da escala de poder, conferindo à unidades comunitárias e municipais capacidade de escolhas e definições sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos”

No estudo a respeito da descentralização é preciso distinguir bem este termo de um outro denominado desconcentração, visto que, algumas vezes os dois são usados como sinônimos, quando não são.

A desconcentração pode ser compreendida pela ação de delegar competência sem deslocar o poder decisório (TOBAR, apud, STEIN,1997). Uma outra definição diz que se trata de um processo de dispersão físico-territorial de instituições do governo inicialmente localizadas de forma concentrada (UGA, apud, STEIN,1997). De acordo com BUARQUE (2002) a diferença entre os dois conceitos é que

“A descentralização representa a transferência de autonomia e efetivo poder decisório entre instâncias, independentemente de esta se dar dentro da mesma instituição - unidades centrais de órgãos centrais – ou entre instâncias diferentes – das instâncias centrais para as locais; e desconcentração representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos sem transferência da autoridade e autonomia decisória”.

No presente estudo é importante deixar claro a distinção de ambos os conceitos, pois eles foram importantes na análise dos resultados e no entendimento do papel das associações no Conselho Municipal de Desenvolvimento-FUMAC de Terezinha, assim como do conselho em relação à estratégia de funcionamento do Projeto Renascer no Estado.

Na mesma linha de raciocínio, é importante entender um outro conceito trazidos por JOVCHELOVITCH(1998) e BUARQUE(2002) que se refere ao termo municipalização que para a primeira autora trata-se de uma “articulação das forças do município como um todo para a prestação de serviços, cujos co-responsáveis

seriam a Prefeitura e organizações da sociedade civil. A municipalização deve ser entendida como o processo de levar os serviços mais próximos à população, e não apenas repassar encargos para as Prefeituras”. (JOVCHELOVITCH, apud JOVCHELOVITCH, 1998). Enquanto que para o segundo autor,

“é uma forma de descentralização administrativa das políticas e dos mecanismos de intervenção pública para o plano municipal com transferência efetiva da capacidade decisória para o município como espaço de poder local. Representa, portanto, um caso particular de descentralização, correspondente a um corte espacial de menor amplitude na organização político-institucional e administrativa brasileira (inferior ao âmbito estadual ou microrregional)”. (BUARQUE, 2002)

A contribuição da descentralização tanto pode ocorrer no enfrentamento das questões de exclusão social, como pode também desempenhar um papel significativo na popularização da gestão ambiental junto às comunidades rurais e urbanas. Porque segundo BEZERRA (2000),

“descentralizar decisões e ações no âmbito da gestão de recursos naturais significa, acima de tudo, criar espaços de oportunidade para que as soluções dos problemas possam ser equacionadas local e regionalmente. Trata-se de permitir que agentes governamentais locais, com poder de decisão, assumam, em conjunto com agentes sociais, a construção de uma pauta de atividades que leve à gestão sustentável dos recursos naturais”.

É preciso lembrar que a descentralização pode acarretar algumas deformidades em relação ao jogo político local, transferindo mais poder a um determinado grupo dominante, que entre outras coisas, pode centralizar as decisões em função dos seus interesses. Em BUARQUE (2002) encontra-se uma explicação de como ocorre esse processo e, além disso, esse mesmo autor sugere um aspecto positivo, que justifica a implantação de uma estratégia de descentralização das políticas públicas. Segundo ele:

“A descentralização tem um efeito contraditório sobre a democracia e a participação: de um lado, transfere autoridade e responsabilidade decisória para as forças políticas dominantes nos microespaços, tendendo a reforçar as estruturas de poder local; de outro lado, contudo, estimula o envolvimento e interesse das comunidades e dos atores sociais, promovendo a consciência da sociedade e reeducação política no município e na comunidade. Assim, prepara as condições para uma efetiva e profunda mudança da cultura política e ajudando na consolidação da democracia e da gestão participativa”.

Entende-se por atores sociais como grupos sociais e segmentos diferenciados da sociedade que formam conjuntos relativamente homogêneos, de acordo com a sua posição na vida econômica e sócio-cultural, que por sua prática coletiva criam identidades, interesses e visões de mundo em comum, buscando espaços para influenciar as relações de poder (BUARQUE, 2002).

Diante desse contexto, é fundamental trazer a discussão dos conceitos de sustentabilidade, exclusão social e descentralização, relacionando-os ao conceito de participação.

Algumas reflexões Sobre Participação

A concepção de participação vem se alterando no decorrer da história. Nos anos 60 do século passado, sob a influência do modelo desenvolvimentista, conceituava-se participação como apoio e integração aos planos de desenvolvimento, ou seja, a possibilidade de a população desenvolver por iniciativa própria, atividades que pudessem contribuir para estimular o processo de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2001a).

OLIVEIRA, 2001a, trás alguns conceitos acerca do termo participação. Cita FARIAS (1982), o qual argumenta que participar supõe um processo que implica tomar parte nas decisões. Cita ainda, AMMANN (1981), onde participação deve ser vista como *"o processo mediante o qual os membros de uma sociedade tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens e serviços da sociedade"*. (FARIAS, AMMANN, apud, OLIVEIRA, 2001a).

Ainda de acordo com OLIVEIRA (2001a), "na perspectiva da integração, a participação popular é considerada como fator preponderante para o sucesso dos programas de desenvolvimento". Embora em seguida, AMMANN (apud, OLIVEIRA, 2001a) afirma que buscar a participação, dentro dos limites de adesão aos planos de desenvolvimento, é limitar o seu alcance e correr o risco de criar ilusões na população em torno do significado mais amplo da participação".

Participação não significa apenas, presenças em reuniões, freqüência em encontros, mas a possibilidade de intervir, mobilizar, dinamizar ações e recursos.

De acordo com OLIVEIRA (2001a)

“durante muito tempo, em vários países, e sobretudo no âmbito das ciências sociais, a participação foi identificada como associativismo. Segundo tal concepção, quanto maior fosse o grau de associativismo de uma população, mais eficientemente estaria ela inserida no processo participativo, como se apenas o fato de possuir organizações por si só configurasse uma participação política”.

Partindo desse pensamento, MEISTER (apud AMMAN, apud OLIVEIRA 2001a) define participação social como "associação voluntária de duas ou mais pessoas em uma atividade comum onde elas não buscam, exclusivamente, benefícios pessoais e imediatos". Desse modo, encarava-se a reunião dos indivíduos como um modo de participar, sem que fosse questionado se as associações existentes estariam ou não facilitando o acesso da população aos processos decisórios da sociedade”.

O processo de participação representa, na visão de DOWBOR (apud BUARQUE, 2002) “uma mudança de sociedade governada por ‘representantes’ para uma sociedade na qual a direta participação dos cidadãos tem uma importância crescente”.

No que se refere à relação da participação com as formas de gestão dos recursos naturais, BEZERRA (2000), afirma que

“a gestão dos recursos naturais somente poderá ser implementada com a participação dos diferentes atores sociais que, direta ou indiretamente, atuam no processo de utilização dos recursos naturais. É essencial estabelecer mecanismos que permitam essa participação, desde a definição do objeto da gestão até a execução das atividades de monitoramento e fiscalização, passando pelos processos de licenciamento e pelos critérios e limites a serem adotados”.

Além disso, BEZERRA (2000), alerta para a importância da disseminação e acesso à informação, pois segundo ela, participação e parceria dependem de condições específicas para ocorrer, entre elas, a informação qualificada.

“Não basta, entretanto, que as instituições públicas responsáveis pelas diversas fases da gestão divulguem e disseminem dados e informações. Para a efetivação dessa participação, é preciso que as informações derivadas do exercício da gestão possam ser adaptadas aos diferentes públicos a que se destinam, criando as condições de comunicação necessárias ao entendimento dos meios e dos objetivos da gestão pretendida”.

Ainda no tocante ao envolvimento dos atores sociais na questão da gestão ambiental, FURRIELA (2002), chama atenção para um aspecto importante, segundo ela:

“não basta assegurar legalmente à população o direito de participar da gestão ambiental, estabelecendo-se conselhos, audiências públicas, fóruns, procedimentos e práticas. Existe hoje uma apatia geral com relação a participação e um grande descrédito dos políticos e instituições. É preciso, portanto, conscientizar, capacitar, organizar e mobilizar a sociedade para seja motivada a participar de modo eficaz. Essa participação implica a negociação política, a utilização de estratégias de apoio, de forma a se chegar na melhor forma de gerenciar os recursos ambientais”.

Como observa FURRIELA (2002), a participação dos diversos atores precisa ocorrer de fato no processo de gestão ambiental e um dos requisitos para que isso ocorra, é a organização. Sendo assim, faz-se necessário entender as formas de organização, principalmente as do meio rural, destacando-se as associações, um dos objetos centrais deste estudo.

A Organização Social: Formas e concepções

As organizações populares através de um longo processo de lutas e conquistas, marcaram a sua presença no século XX. A maioria das mudanças que ocorreram e continuam acontecendo, especialmente nas esferas sociais, só puderam ser viabilizadas graças ao processo de organização, onde as pessoas perceberam que suas reivindicações por melhores condições de vida passava pelo sentido de busca coletiva das mudanças, pois segundo GEBARA, citado por OLIVEIRA (2001a), “inúmeras vezes, constatou-se que as conquistas sociais foram obtidas por meio da organização popular. Sem organização, não parece haver mudanças duradouras e realmente significativas”.

As organizações no meio rural do Brasil sempre existiram, contudo de uma forma desarticulada e sem obter resultados satisfatórios. Foi a partir da década de 40, do século passado, através dos movimentos de luta pela conquista e posse da terra, que as experiências começaram a ser conhecidas por um público cada vez maior.(CORRÊA, apud, OLIVEIRA, 2001a).

A história das experiências organizativas dos trabalhadores rurais permitiu a esse seguimento, entre outras coisas: a vivência prática de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; elaborar uma identidade social com consciência de seus objetivos, direitos, interesses e reivindicações; além de uma compreensão crítica do seu próprio mundo, suas práticas e representações culturais e sociais. É neste cenário de experiências, que os trabalhadores rurais quebram as cercas do isolamento e da exclusão geo-socio-cultural. Entram decididamente num mundo mais amplo, aprendendo a reconhecer a diversidade de estruturas de vida, iniciando a construção de alianças e de ações mais solidárias. (OLIVEIRA, 2001a).

De acordo com CORRÊA e SABOURIN, citados por OLIVEIRA (2001a),

“Nos anos 80 do século XX, período da redemocratização no Brasil, o governo, na tentativa de recuperar as condições de vida dos pequenos produtores rurais, lança políticas pautadas na gestão participativa e vincula a execução dos programas de desenvolvimento rural às organizações comunitárias rurais. As organizações comunitárias foram indicadas como procedimento metodológico a ser adotado nos programas, com o objetivo de integrar as ações governamentais aos interesses do público-meta”

De maneira geral, as organizações rurais, passaram a ser o alvo desse tipo de política governamental e na sua maioria, principalmente no Nordeste brasileiro, tornaram-se empreendimentos associativos fracos e vulneráveis, compostos por pequenos produtores rurais pobres, dispersos e isolados, que só produzem pequenos volumes de excedentes, utilizando tecnologias rudimentares, obtendo baixos níveis de produtividade e de renda, sem acesso regular aos serviços de capacitação e assistência técnica, e, portanto, submetidos à dependência dos atravessadores.(OLIVEIRA, 2001a)

As formas de organizações do meio rural, tais como sindicatos e associações, segundo CORREA, citado por OLIVEIRA (2001a), “configuram-se, assim como, espaços de poder, passíveis de articulação, que podem reforçar as suas tendências dominantes e formas tradicionais de dominação, o que não significa dizer que as organizações não sejam capazes de, pela via da negociação e do compromisso, atender às demandas sociais”.

No meio rural, verificou-se que ocorreu um crescimento rápido do número de associações de produtores em comparação com os de cooperativas. Isto se explica, principalmente, devido às associações se enquadrarem, na legislação do código civil, como entidades civis sem fins lucrativos, o que lhes confere uma estrutura organizativa mais simples, atendendo aos objetivos propostos de defesa econômica dos produtores rurais. (JOB e HERNÁNDEZ, apud, OLIVEIRA 2001a).

OLIVEIRA (2001a), apresenta uma crítica interessante quanto ao desconhecimento de alguns sócios em relação aos Estatutos, programas e fontes de recursos da associação da qual eles fazem parte:

“é o estatuto social que delimita a finalidade e a atividade da associação, porém, em alguns casos, naquelas derivadas de processos organizativos induzidos pelo interesse nos recursos dos programas governamentais, a grande maioria dos associados desconhece os programas e os recursos, ficando esses restritos ao domínio da diretoria”.

O governo na década de 1980, do século passado, incentivou a criação e legalização de várias associações (CORREA, apud, OLIVEIRA, 2001a). Para CARVALHO, citado por OLIVEIRA (2001a), tais entidades são denominadas de “associações constrangidas, pois são criadas com a única função de captar recursos financeiros externos à localidade e para se tornarem às únicas interlocutoras oficiais com o Estado”.

A massificação das associações criadas para receber recursos do governo ocorreu de uma forma geral em várias regiões do país. No Nordeste elas se cristalizaram e passaram fazer parte do jogo político da maioria dos municípios. Algumas outras associações lograram êxitos, contrariando a tendência em vigor. Para PERUZZO, citado por OLIVEIRA (2001a):

“a organização em sistemas associativos, que se baseia em ações diretas da população para obtenção, realização, manifestação de seus interesses, em geral estimula a participação de todos. Através da organização, vem se descobrindo a força da ação coletiva em detrimento dos esforços individualistas, na busca de soluções para os problemas que afetam a comunidade, partindo-se assim para a conquista de direitos coletivos e não a satisfação de necessidades individuais”.

O associativismo tem contribuindo para integrar os membros de um determinado grupo numa atividade social produtiva, num sistema de produção que possa ter como consequência a sustentabilidade dos recursos naturais. Além do papel que as associações já exerciam antes de filantropia, recreação e reivindicações de bairros, hoje elas assumiram um outro papel de grande relevância, atuando diretamente no setor produtivo, tornando-se, uma alternativa estratégica e fundamental para o desenvolvimento da região.(OLIVEIRA, 2001a)

Convém ressaltar, que associação segundo OLIVEIRA (2001a),

“refere-se a uma sociedade civil sem fins lucrativos, onde várias pessoas se organizam de forma democrática, em defesa de seus interesses, ou seja, é uma forma de se participar da sociedade. Assim as pessoas se reúnem para atingir objetivos que, individualmente, seriam bem mais difíceis, senão impossíveis, de alcançar”.

Como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável, minimizar a exclusão social e fortalecer o capital social das comunidades rurais mais pobres do Nordeste, os governos estaduais buscaram implantar programas de apoio ao pequeno produtor rural, inspirados nesses três focos anteriormente citados. Assim, surgiram os acordos de empréstimos entre os governos estaduais e organismos internacionais, especialmente o BIRD – Banco Mundial.

O Projeto de Combate à Pobreza Rural II - PCPR - II

O Projeto de Combate à Pobreza Rural encontra-se no seu segundo momento, visto que ele é a continuação do PCPR I, cuja atribuição está focada no fortalecimento do capital social, visando a construção de desenvolvimento sustentável. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2003).

Para se alcançar tal propósito, o PCPR II se baseia no apoio do poder local organizado e no empoderamento das entidades locais, em especial os Conselhos Municipais, através do estímulo à participação e do envolvimento dos cidadãos nas discussões e nas tomadas de decisão e negociação dos subprojetos. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2003). O Projeto conta com recursos na ordem de 40 milhões de

dólares, onde 72,5% provenientes do BIRD, 17,5% do Governo de Estado e 10% a contrapartida das associações. (ver quadro 3).

QUADRO 3 - Metas do PCPR II

Período	Famílias	Número de	Valor	Origem dos Recursos		
	Beneficiadas	subprojetos	Total	BIRD	Estado	Comunidades
2002 a 2005	110.000	1.757	US\$ 40 milhões	72.5%	17,5%	10%

Fonte: MANUAL DE OPERAÇÕES do PCPR II, 2003

De acordo com o MANUAL DE OPERAÇÕES, (2003), o PCPR II tem como objetivo geral:

“Promover o desenvolvimento sustentável dos municípios e das comunidades rurais pernambucanas pobres. E como objetivos específicos: a) reduzir a pobreza rural e melhorar a qualidade de vida da população rural de Pernambuco; b) aumentar o capital social das comunidades e municípios rurais; c) promover a descentralização dos processos de decisão e estimular a autonomia local; d) fortalecer e promover as potencialidades econômicas dos municípios e das comunidades rurais”.

O PCPR II está presente em quase todos os municípios do Estado de Pernambuco, aproximadamente noventa e oito por cento do total. Apenas, Olinda, Paulista, Recife e Jaboatão dos Guararapes, municípios de grande porte da Região Metropolitana do Recife, com alta taxa de urbanização e densidade industrial não são atendidos pelo referido Projeto. Cabe lembrar, que ele se encontra em todas as Regiões de Desenvolvimento⁴ em que está estruturado o espaço territorial pernambucano. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2003).

O Projeto visa atender as associações, colônias de pescadores ou cooperativas, formalmente constituídas, das comunidades rurais pobres inseridas nos municípios abrangidos pelo Projeto, contribuindo na estruturação do capital social e físico de municípios que apresentam pouco ou nenhum acesso a fontes de fomento ao desenvolvimento local. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2003).

De acordo com o MANUAL DE OPERAÇÕES do PCPR II, (2003), o subprojeto comunitário é definido como:

“uma proposta técnico-financeira de investimento para financiamento pelo Projeto, a ser identificada, executada, operada e mantida pelos beneficiários, de modo a contribuir para a superação ou redução do nível de pobreza e/ou incremento da qualidade de vida ou nível de bem-estar dos beneficiários. Representa a principal forma de atuação do Projeto, com o fomento e apoio direto às ações de desenvolvimento nas comunidades”.

QUADRO 4 - Tipo de Subprojeto Financiável

Tipo de Subprojeto	Características
Produtivos	viabilizam financiamento para implementação, ampliação ou melhoramento das atividades agrícolas, pecuária, agro-industrial, pesca, aquicultura, apicultura, agroindústria (agropecuária, beneficiamento do pescado, meliponário, dentre outras), turismo rural e sistemas de comercialização (informações de mercado, implantação ou melhoria de módulos de vendas) etc.
Infra-estrutura	viabilizam o financiamento para implantação, ampliação ou melhoria de estradas vicinais, açudes, (pequenos barramentos, sistema simplificado de abastecimento, eletrificação rural), poços, sistemas de irrigação, preferencialmente associados a projetos produtivos.
Desenvolvimento humano	viabilizam o financiamento de demandas comunitárias diretamente relacionadas com o bem-estar social, aplicados em educação, saneamento básico, creches, saúde, lazer, equipamentos de apoio a atividades sociais e comunitárias e/ou de subsistência do maior número possível dos membros das comunidades.

Fonte: Informações obtidas no MANUAL DE OPERAÇÕES do PCPR II, 2003.

O Papel dos Conselhos no Projeto de Combate a Pobreza Rural.

Os Conselhos Municipais FUMAC são instâncias institucionais sem fins lucrativos, legalizados através de Ata de Fundação, viabilizando a participação da sociedade local e através dos quais se materializa a descentralização do processo decisório na implementação do Projeto. Os Conselhos devem ser representativos, demonstrar independência em relação aos poderes públicos para a tomada de suas decisões, e assegurar um ambiente aberto, público e democrático no qual as decisões são tomadas, com as regras claras e conhecidas de procedimentos. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2003).

De acordo com o MANUAL DE OPERAÇÕES (2003), “os Conselhos Municipais do FUMAC são parte do sistema de gestão do Projeto, com atribuições bastante específicas e que se pautam por diretrizes, critérios e procedimentos também específicos ao Projeto. Os Conselhos Municipais poderão ser constituídos por iniciativa dos segmentos organizados da sociedade local e, como tal, organizados nos moldes de uma "associação sem fins lucrativos”.

Como forma de fortalecer a autonomia e de criar condições para que Conselhos Municipais acompanhem e fiscalizem a aplicação dos recursos no município, os Conselhos FUMAC retém 1% do valor do financiamento do subprojeto para seu custeio, com despesas administrativas e viagens (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2003).

O Papel das Associações no Projeto de Combate a Pobreza Rural

Os principais gestores dos subprojetos comunitários do PCPR-II são as associações e cooperativas rurais, estabelecendo, dessa forma, parcerias formais com essas instituições. Para exercer o papel de representante da sociedade no financiamento de subprojetos, as associações deverão atender às exigências impostas pela legislação vigente, podendo receber recursos públicos, assumindo as seguintes responsabilidades, de acordo com o MANUAL DE OPERAÇÕES (2003):

- “a) representar os beneficiários junto ao Estado (Projeto Renascer) e aos Conselhos Municipais (FUMAC e FUMAC-P) e firmar os convênios que sejam requeridos;
- b) identificar, mediante um processo de construção de acordos, os investimentos prioritários para as comunidades que representam;
- c) elaborar, com auxílio externo - se necessário - as propostas de subprojetos que atendam demandas prioritárias das comunidades;
- d) executar os empreendimentos aprovados e conveniados, responsabilizando-se pela contribuição dos beneficiários no financiamento dos empreendimentos, constituindo, para tanto, um Comitê de Acompanhamento para cada subprojeto com a responsabilidade de acompanhar todo o processo de execução do mesmo,
- e) operar e manter os empreendimentos, responsabilizando-se pela coleta das taxas de uso que garantam os recursos necessários para a operação, manutenção e futura reposição dos investimentos financiados; e
- f) gerir com diligência e prestar contas, nos prazos estabelecidos nos convênios, de todos os recursos recebidos e aplicados.”

Cada comunidade deverá ter uma associação que represente os seus interesses ou, dependendo do seu tamanho e interesses, poderá haver mais de uma entidade, desde que cada uma represente um grupo específico e que não haja múltipla participação, ou seja, os mesmos membros participando de mais de uma associação em um mesmo período de tempo. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2003).

As Instâncias públicas locais – Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores – com referência no contrato estabelecido entre o BIRD e o Governo do Estado, não têm obrigações jurídico-financeiras para a implementação do Projeto. A orientação básica a este respeito é que o envolvimento dos poderes públicos municipais seja para estimular a participação dos beneficiários na execução do Projeto e não substituí-la. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2003).

Outro aspecto que merece destaque em relação ao PCPR II, é que além do envolvimento da comunidade na contrapartida dos subprojetos, geralmente realizada através da prestação de serviços, os beneficiários são orientados a assumir compromissos sociais que contribuem para a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local sustentável do município. Nesse sentido o MANUAL DE OPERAÇÕES, (2003), destaca esses compromissos da seguinte forma:

- “a) Manutenção de todas as crianças da comunidade na escola;
- b) vacinação de todas as crianças em idade adequada e nos programas governamentais de vacinação;
- c) conservação do meio ambiente e cuidado com as condições sanitárias da comunidade;
- d) realização de exames preventivos oferecidos pelas secretarias municipais e estadual de saúde.”

O Programa de Capacitação voltado ao público alvo é realizado nas temáticas de associativismo e Gestão de Conselhos, onde são focados conceitos relacionados ao desenvolvimento local sustentável, dentre outros temas correlatos ao processo de implementação do Projeto.

As capacitações são realizadas em todas as Regiões de Desenvolvimento do Estado, com prioridade aos Conselhos. Esses cursos e oficinas vêm possibilitando avanços observados na descentralização e gestão dos subprojetos, viabilizando a

concentração das ações no município, além de propiciar o fortalecimento do capital social e maior poder de decisão e participação.

As idéias e conceitos aqui apresentados serviram de base para analisar os resultados obtidos neste estudo. Cabe ressaltar ainda, que foi utilizado como parâmetro de análise os conceitos de desenvolvimento sustentável de BRUNDTLAND (1991) e desenvolvimento local de BUARQUE (2002).

ESTUDO DE CASO



Caracterização do Município de Terezinha

História do Município

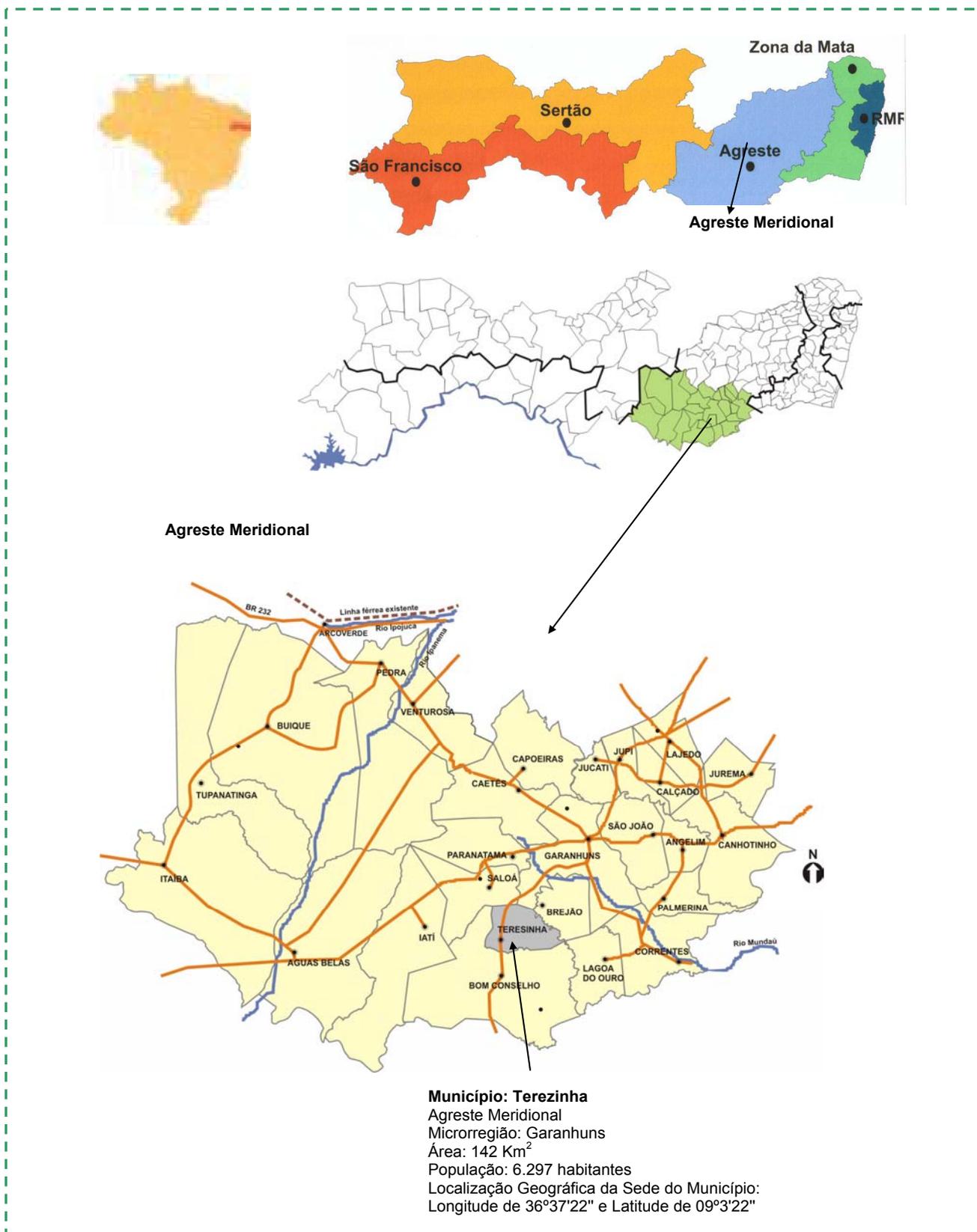
O município de Terezinha tem sua origem nos anos de 1933, a partir da construção da primeira casa do Sítio Limeira, pelo Sr. Abílio Alves de Miranda. Este foi o marco inicial na história da cidade que aos poucos foi se consolidando e outros Sítios foram surgindo, tais como: Marco de Pedra, Olho D'Água da Mata e Cachoeirinha. Ao passar dos anos o local começou a ser conhecido por Vila de Santa Terezinha, devido a uma homenagem à filha do seu fundador, cujo nome era Terezinha. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

De acordo com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (2001) no processo de vila a cidade:

“Terezinha recebeu várias denominações: Sítio Limeira, Vila de Santa Terezinha e Rua Nova. Até que a partir de 1º de janeiro de 1964 o distrito emancipou-se politicamente, sendo desmembrado do município de Bom Conselho, conforme Lei Nº 4958 de 20 de dezembro de 1963, com a oficialização do nome de Terezinha, que mantém até os dias atuais”.

Aspectos Físicos

FIGURA 01- Ilustração de Pernambuco por Macrorregião e Municípios do Agreste Meridional de Pernambuco



Fonte: Ilustração de Pernambuco por Macrorregião e Microrregião: <http://pernambuco.gov.br/downloads/mapas.impressao>
Agência CONDEPE/FIDEM - Mapa de Pernambuco Agreste Meridional, Jan/2004

O município de Terezinha está situado na zona fisiográfica do agreste meridional – microrregião de Garanhuns, com uma extensão de 142,5 Km², o que corresponde a 0,14% da área total do estado de Pernambuco. (AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003).

A sede do município fica a 736m de altitude em relação ao nível do mar, com longitude de 36°37'22" e latitude de 09°3'22", onde predomina o clima mesotérmico tropical de altitude ou clima serrano, cujas temperaturas variam de 16° a 32°, entre mínima e máxima, respectivamente, e média de 22°, conforme a classificação de Köpper e Estreler. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

Com acesso principal são utilizadas as BR's 424, 423, 232 e a PE 21, estando a sede do município a cerca de 250,9 Km da capital (Recife). (AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003).

O solo predominante na microrregião é o arenoso, com manchas de solo argiloso, apropriado para o cultivo permanente e/ou temporário. Os registros de precipitação pluviométricos ficam em torno de 550mm, com dias chuvosos nos meses de junho e julho. O município de Terezinha está incluído na bacia hidrográfica do Rio Ipanema em uma área de apenas 0,86% de sua abrangência. Possui outros pequenos rios como o Paraíba e o Riacho Seco. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

No que se refere à vegetação, predomina a caatinga, resultante da localização do solo numa área de transição entre a zona da mata e o sertão. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001)

O município de Terezinha faz limites com Saloá e Garanhuns, ao norte, com Bom Conselho ao sul e oeste, com Brejão a oeste. (AGÊNCIA CONDEPE/ FIDEM, 2001).

O presente estudo foi realizado em nove associações rurais e uma associação urbana, conforme quadro abaixo:

QUADRO 5 - Localização das associações pesquisadas

Nome da Associação	Tipo de Associação	Localidade
Associação Beneficente e Cultural Santa Terezinha – ABECUSTE	Urbana	Sede do município
Associação Comunitária Rural Manoel Vieira de Melo	Rural	Sítio Poços
Associação Comunitária Rural José Alves Pequeno	Rural	Sítio Lagoa Grande
Associação Comunitária Rural Santo André	Rural	Sítio Santo André
Associação Comunitária Rural São Francisco de Assis	Rural	Sítio Alto do Caixão
Associação de Desenvolvimento Comunitário Tertuliano Bezerra de Carvalho	Rural	Sítio Araçá
Associação Comunitária Rural Oliveira Pereira Lopes	Rural	Sítio Olho D'água do Juriti
Associação Comunitária Rural Antônio Alves de Araújo	Rural	Sítio Guaribas
Associação Comunitária Rural José Pereira Lopes	Rural	Sítio Manoel Ferreira
Associação Comunitária Rural Manoel Melo de Carvalho	Rural	Sítio Olho D'água do Luiz João
TOTAL	01 urbana 09 rurais	-

Fonte: pesquisa direta

População

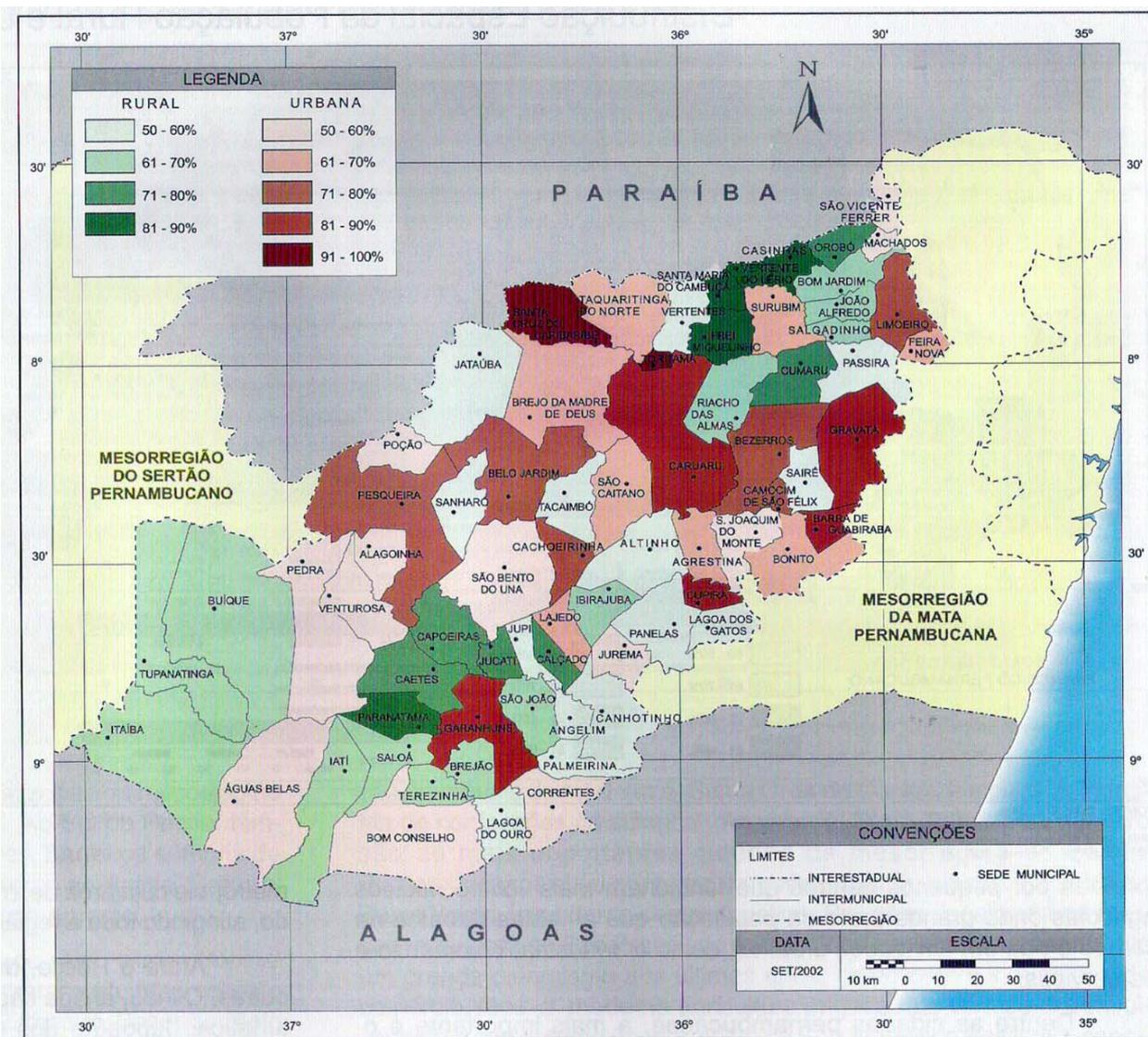
O município de Terezinha tem 6.297 habitantes, sendo 1.880 no meio urbano e 4.417 no meio rural, o que corresponde a uma densidade demográfica de 45hab/Km² e uma taxa de urbanização de apenas 20%. É caracterizado como tipicamente rural, uma vez que a grande maioria da população tem sua subsistência garantida pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias (AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003). (ver quadro 6).

QUADRO 6 - População Residente por Sexo e Zona (Ano Base 2000)

Por Zona				Por Sexo			
Urbana		Rural		Homens		Mulheres	
Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1.880	29,8	4.417	70,2	3.046	48,4	3.251	51,6
Total: 6.297				Total: 6.297			

Fonte: Adaptada da AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM 2003.

MAPA 01 - Mesorregião Do Agreste Pernambucano, Distribuição Espacial Da População Rural E Urbana



Fonte: Atlas Escolar de Pernambuco, 2003

Os dados disponíveis indicam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,565, considerado inferior à média em Pernambuco, no Recife e no Brasil, que são 0,692, 0,790 e 0,742, respectivamente. O Índice de Condição de Vida (ICV) é de 0,491 também inferior à média nacional (0,723), à de Pernambuco (0,616) e a da capital do Estado (0,747). Essas informações são agravadas pela média de esperança de vida ao nascer, que é de 58,9 e a elevada taxa de mortalidade infantil, 103,2 por mil nascidos. (AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003). (ver quadros 7 e 8)

QUADRO 7 - Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Ano Base 2000)

INDICADORES	NÚMERO
IDH-M 2000	0,565
Esperança de vida ao nascer	63,1
Taxa de alfabetização de adultos	54,2
Taxa bruta de frequência escolar	78,8
Renda per capita mensal (R\$)	52,94
IDH-M Longevidade	0,635
IDH-M Educação	0,624
IDH-M Renda	0,435
IDH-M Ranking Estadual	168
IDH-M Ranking Nacional	5177

Fonte: Adaptada da AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM 2003.

QUADRO 8 - Índice de Exclusão Social (Ano Base 2000)

INDICADORES	NÚMERO
Índice de Exclusão Social	0,309
Índice de pobreza	0,139
Índice de juventude	0,510
Índice de alfabetização	0,486
Índice de escolaridade	0,223
Índice de emprego formal	0,025
Índice de violência	0,937
Índice de desigualdade	0,007
Posição no Estado	155
Ranking no Brasil	5.098

Fonte: Adaptada da AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM 2003.

Economia Local

Em relação à renda dos chefes de famílias no município, pode-se dizer que 58,07% dos chefes possuem renda de meio a um salário mínimo, enquanto 18,79% sobrevivem com uma renda de até meio salário mínimo. Verifica-se que o nível de renda no município é muito baixo. (ver quadro 10)

QUADRO 9 - Situação da Renda (Ano Base 2000)

Renda nominal média mensal do chefe de domicílio:	R\$ 174,45
Renda média mensal do chefe de domicílio em SM	94,1%

Obs.: SM = Salário Mínimo; Salário mínimo utilizado em julho de 2000: R\$ 151,00

Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003

Quadro 10 – Classes de Rendimento Mensal dos Chefes de Família Por Domicílio em Salários Mínimos. (Ano Base 2000).

Intervalo de SM	Abs.	%
Renda até ½	263	18,79
Mais de 1/2 a 1	813	58,07
Mais de 1 a 2	213	15,21
Mais de 2 a 5	80	5,71
Mais de 5 a 10	25	1,79
Mais de 10 a 20	6	0,43

Obs.: SM = Salário Mínimo

Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003

A economia do município de Terezinha gira em torno da agricultura e da pecuária. A primeira ocupando o maior contingente de pessoas e a segunda gerando o maior volume de renda. A agricultura nas últimas décadas perdeu sua importância econômica dado a redução do plantio de café e algodão, provocado pelo estímulo à sua erradicação. A redução desta cultura, além de ter provocado um decréscimo na renda, principalmente do pequeno produtor, provocou a ampliação da área de pastagem, algum remembramento de terra (pela compra de terras do pequeno produtor pelos pecuaristas), e desemprego, pois, as ocupações de trabalhadores na colheita e tratos culturais do café desapareceram. A ampliação de pastagem, por este motivo ou por outro, reduziu o arrendamento de terra. (A pastagem, natural e plantada, ocupa mais de 85% das terras utilizadas). (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001). Um depoimento de um agricultor reflete bem esta afirmação: “Os que plantavam em terras alheias, por não terem terra, deixaram de plantar porque os proprietários encheram a terra de capim”.

QUADRO 11 - Quantidade Produzida por Culturas Agrícolas (Ano Base 1998).

Classificação Quanto ao Tempo	Tipo de Cultura	Quantidade Produzida
Temporárias	FAVA em Grão(1)	6
	MANDIOCA(1)	2040
	FEIJAO em Grão(1)	296
	MILHO em Grão(1)	325
Permanentes	BANANA cachos(3)	2
	CASTANHA caju(1)	47
	MANGA(2)	504
	CAFÉ em coco(1)	130
	LARANJA(2)	72

Obs: (1)Toneladas, (2)Mil frutos, (3)Mil cachos
Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003

As culturas de maior destaque no município são o milho, feijão e mandioca, porém com baixa produtividade. (ver quadro 11). A agricultura, além da baixa produtividade dos principais produtos, sofre pelos preços geralmente praticados no mercado, principalmente porque a maioria dos agricultores vende seus produtos em épocas menos propícias à comercialização, como também a influência dos intermediários. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

QUADRO 12 - Efetivo dos Rebanhos (Ano Base 1999).

Tipo de Rebanho	Quantidade Cabeças
BOVINO	6.024
EQUINO	460
MUAR	63
CAPRINO	72
SUINO	431
ASININO	79
OVINO	840
GALINACEOS:	10.455

Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003.

A pecuária bovina, apesar de ser a atividade de maior porte econômico também não está favorecida pelos preços oferecidos ao produtor, particularmente do leite, pois existe somente um grande comprador: a Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos, que determina o preço com um agravante de ter a pecuária leiteira uma produtividade muito baixa. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001). Observa-se que logo depois dos bovinos, aparecem os ovinos, seguidos dos eqüinos e pelos suínos. (ver quadro 12).

QUADRO 13 - Estabelecimentos Agropecuários (Ano Base 1995/1996).

Tipo de Estabelecimento	Abs	%
Lavoura Temporária	336	32.1
Lavoura Permanente	67	6.4
Pecuária	367	35.0
Produção Mista	257	24.5
Horticultura	1	0.1
Silvicultura e Expl.Florestal	17	1.6
Pesca e Aqüicultura	0	0
Produção de Carvão Vegetal	3	0.3
TOTAL	1048	100

Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003.

Influenciando também no baixo desempenho da atividade agropecuária, constata-se a dificuldade de acesso ao crédito, a assistência técnica, insuficiência do sistema viário e a deficiência da eletrificação rural. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001). Entretanto, a pecuária bovina é a atividade praticada no maior número de estabelecimentos no município, ou seja, 367. (ver quadro 13).

Com uma economia estruturada na atividade agropecuária de baixo desempenho econômico e com a estrutura de distribuição de riquezas bastante concentrada, o êxodo rural é um problema quase crônico, o desemprego uma preocupação permanente, principalmente para os jovens, e os benefícios da previdência uma renda de importância vital para a sobrevivência de um segmento bastante elevado

da população. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001). Verifica-se que no setor formal o número de empregos gerados é muito pequeno, são apenas 121 empregados, quase todos ligados ao setor público, agravando ainda mais a situação das pessoas que residem no município. (ver quadro 14).

QUADRO 14 - Empregados no Setor Formal e Estabelecimentos por Setor de Atividade (Ano Base 2000)

Setor de Atividade Econômica	Número de Empregados		Número de Estabelecimentos	
	Abs.	%	Abs.	%
Serviços	2	1,7	2	50
Administração pública	119	98,3	2	50
Total	121	100	4	100

Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003.

O município de Terezinha tem apresentado um baixo desempenho da agropecuária, relacionado com o baixo nível técnico-gerencial, praticado especialmente pelos pequenos produtores. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

As potencialidades do município existem e entre elas destacam-se: o alto potencial para desenvolver a pecuária leiteira e a agricultura de sequeiro e irrigada; apresentar privilegiada localização geográfica com estrutura viária e vicinal razoáveis para o escoamento da produção. Contudo, o município ainda não explora racionalmente, os recursos naturais disponíveis (água abundante no subsolo, área com solos férteis). (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

Segundo relatos de vários agricultores feitos no MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (2001), “a produção agropecuária vem sofrendo um processo de redução ao longo dos anos que pode comprometer a sobrevivência das explorações”.

Os principais problemas que afetam o meio ambiente do município devido a práticas inadequadas na agricultura são: os agricultores que ainda plantam de “morro a baixo”, com espaçamento, manejo de solo e uso de máquinas e equipamentos de forma errada; uso de sementes não certificadas (de baixa qualidade); o tipo de irrigação imprópria à quantidade de água existente e o uso abusivo de agrotóxicos. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001)

De acordo com MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (2001) “é importante registrar que, com o enxugamento das ações diretas do Estado, os serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, tiveram suas áreas de abrangência reduzidas, deixando de lado vários municípios sem atendimento efetivo, entre eles Terezinha”.

A Questão da Saúde

O enfoque mais significativo das ações municipais com relação à saúde da população, é a prevenção que é feita mediante campanhas educativas, através de palestras, com ênfase em doenças como o diabetes, hipertensão arterial e aquelas sexualmente transmissíveis e AIDS, assim como o tabagismo. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

O município possui duas equipes do Programa de Saúde da Família (PSF). Destaca-se ainda o trabalho realizado pelos Agentes de Saúde que atuam na maioria das comunidades, realizando o levantamento das doenças e orientando a população sobre como se prevenir e ainda fazendo encaminhamentos para tratamento, quando necessário. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

Do ponto de vista da infra-estrutura, a cidade dispõe de uma unidade mista de saúde, na sede, e um posto de atendimento. Ainda conta com uma unidade odontomédica móvel, estando em processo de aquisição de uma outra, para melhor atender as pessoas carentes. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001). O município possui apenas 15 leitos, o equivalente a 2,4 leitos para cada mil habitantes. Cabe lembrar, que são 16 Agentes Comunitários de Saúde para cobrir toda a área do município. (ver quadro 15).

QUADRO 15 - Número de Estabelecimentos de saúde (Ano Base 1998)

Tipo de Estabelecimento	Quantidade
Hospitais Públicos (convênio com o SUS)	1
Hospitais Privados (contrato com o SUS)	0
Leitos Públicos (mantidos pelo SUS)	15
Leitos Privados (mantidos pelo SUS)	0
Taxa de Leitos por mil habitantes	2,4
Agentes Comunitários de Saúde Pública	16

Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003.

Percebe-se que o setor de saúde carece, segundo depoimentos, de um sistema de capacitação mais efetivo e permanente para que o capital humano possa oferecer os serviços demandantes das comunidades de forma mais qualificada. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

A Questão do Saneamento Básico

No tocante a condição de moradia, percebe-se que na zona rural encontra-se em precário estado e isto se expressa no material de construção de muitas delas, no estado de conservação e na ausência de sanitários descentes na maioria delas. O resultado disso são as péssimas condições de higiene, na qual os moradores das comunidades são obrigados a conviver (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001). Além disso, 54,4% dos domicílios são abastecidos por água de poço ou nascente, sem nenhuma forma de tratamento. (ver quadro 16).

QUADRO 16 - Forma de Abastecimento de Água dos Domicílios (Ano Base 2000)

Forma de Abastecimento	Quantidade	
	Abs.	%
Ligados a Rede Geral	406	27,0
Poço ou nascente	817	54,4
Outra forma	280	18,6
Total de domicílios	1503	100,0

Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003

QUADRO 17 - Destino do Lixo Domiciliar (Ano Base 2000)

Destino do Lixo	Quantidade	
	Abs.	%
Coletado	484	32,2
Outro destino	1019	67,8
Total de domicílios	1503	100,0

Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003

Quanto ao destino do lixo, observa-se que 67,8% têm algum outro destino, ou seja, não é coletado. Apenas 32,2% das residências têm seu lixo recolhido. Cabe lembrar que a coleta é feita somente na área urbana, ficando a zona rural sem nenhuma cobertura do sistema de coleta. (ver quadro 17).

A Questão Educacional

QUADRO 18 - Dados Sobre Educação (Ano Base 1997)

Dados Ensino	Dados Por Grau de Escolaridade	
	Fundamental (7/14)	Médio (15/19)
Pop.Escolarizável	1.367	0.731
Matrícula Escolar	1.310	0.037
Taxa de Escolarização	95.8 %	5.1 %
Taxa de Aprovação	58.9 %	100.0 %
Taxa de Reprovação	41.1 %	0.0 %
Taxa de Evasão Escolar	19.8 %	12.6 %
Total de domicílios	1503	100,0

Obs: Dados referentes às faixas etárias de 7/14 e 15/19 anos.
Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003

QUADRO 19 - População Alfabetizada e Analfabeta (Ano Base 2000)

População de 10 anos ou mais de idade				
Total	Alfabetizada	%	Analfabeta	%
4.849	2 794	57,6	2 055	42,4

Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003

QUADRO 20 - Estabelecimentos e matrículas no Ensino Fundamental e Médio (Ano Base 2000)

Grau de Escolaridade	Estabelecimentos	Matrículas
Ensino Fundamental	30	1.786
Ensino Médio	01	177

Fonte: Perfil Municipal, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM, 2003.

Em relação à questão educacional, pode-se afirmar que a taxa de escolarização é de 95,8% para o ensino fundamental e de 5,1% para o ensino médio. Sendo assim, é possível afirmar que a maioria dos alunos do município encontra-se no ensino fundamental e percebe-se também que poucos são os alunos que chegam no ensino médio. (ver quadro 18). Já com relação a taxa de alfabetização, verificou-se que é de 57,6% são alfabetizados e que 42,4% são analfabetos. Outro ponto interessante é que o município possui 30 estabelecimentos de ensino para atender ao ensino fundamental e 01 para o público privado. (ver quadro, 19 e 20).

As Instâncias Municipais de Participação

O município de Terezinha possui legalmente constituídos o Conselho de Saúde, o Conselho de Educação, o Conselho de Merenda Escolar, além do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC e do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável - DLIS. Entretanto, é importante destacar que apenas as duas últimas instâncias citadas funcionam de forma participativa e com a presença de vários segmentos municipais: associações comunitárias, igrejas, sindicato, Câmara de Vereadores, entre outros. Tanto o Fórum quanto o Conselho do FUMAC realizam reuniões mensais públicas e todos os conselhos mencionados anteriormente possuem uma vaga no referido Fórum local.

Nos últimos anos, tanto o Fórum DLIS, quanto o Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC receberam vários cursos e oficinas a respeito dos temas do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento local, Desenvolvimento Organizacional Participativo-DOP⁵, entre outros. Significativa parcela de representantes das associações participa das duas entidades, ou seja, do Conselho do FUMAC e do Fórum DLIS. Dessa forma, pode-se afirmar que os conceitos anteriormente citados já fazem parte do conhecimento cotidiano das lideranças comunitárias locais.

⁵ DOP: conjunto de metodologias participativas, aplicadas no âmbito das organizações, visando potencializar os aspectos positivos e minimizar os negativos.

Breve Descrição do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC de Terezinha

O Conselho do Projeto Renascer - FUMAC de Desenvolvimento Municipal de Terezinha-PE é uma entidade civil sem fins lucrativos constituída de representantes da sociedade organizada e do poder público. E tem como finalidades: a) servir como mecanismo institucional de controle social das políticas, programas e projetos implantados no município e b) participar na definição das ações, na elaboração, na execução, no acompanhamento de propostas para o município.

Os representantes das associações comunitárias, cooperativas e sindicato somam 80% dos membros efetivos, os demais 20% representam do poder público e outras instituições governamentais. O Conselho é composto por 14 membros, sendo 10 representantes das associações, um representante da Prefeitura Municipal, dois representantes da Câmara de Vereadores e um do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O período de mandato da diretoria do Conselho é de um ano. A última eleição ocorreu no dia 30 de julho de 2002, ficando a composição da diretoria da seguinte forma:

QUADRO 21 - Composição da diretoria do Conselho do FUMAC

Função	Nome	Entidade
Coordenador	Washington Luis Gomes	Câmara Municipal de Vereadores
Vice coordenador	- Juarez Calado da Silva	Prefeitura Municipal
Secretário	Manuel Alexandre Ferreira	Associação Beneficente e Cultural Santa Terezinha.
Tesoureiro	Lourinaldo Félix Vieira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terezinha

Fonte: pesquisa direta

A reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC é o único instrumento de deliberação para os assuntos de competência da entidade, sendo que todas as decisões são tomadas através da maioria simples de votos. As reuniões ocorrem sempre nas terceiras sextas feiras de cada mês, ou extraordinariamente sempre que necessário e com presença de 2/3 de seus membros. As reuniões são públicas, abertas e divulgadas.

O Projeto Renascer/ PRORURAL, através do Conselho, já liberou recursos para cinco associações do município, totalizando cerca de R\$ 277.188,14, beneficiando 181 famílias. (ver quadro 22).

QUADRO 22 - Associações Beneficiadas por Tipo e Valor de Projeto

ENTIDADE	TIPO PROJETO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	VALOR APROVADO
Associação Comunitária Rural Antônio Alves de Araújo Sitio Guaribas	Construção de Cisterna	36	R\$ 43.796,31
Associação Comunitária Rural Manoel Vieira de Melo	Construção de Cisterna	31	R\$ 37.713,48
Associação Comunitária Rural José Pereira Lopes	Construção de Casas	10	R\$ 61.518,79
Associação São Francisco de Assis	Construção de Cisterna	25	R\$ 28.252,64
Associação Comunitária Santo André	Banheiro com Fossa	32	R\$ 42.899,00
Associação de Desenvolvimento Comunitário Tertuliano Bezerra de Carvalho	Banheiro com Fossa	22	R\$ 29.493,08
Associação Comunitária Rural José Alves Pequeno	Banheiro com Fossa	25	R\$ 33.514,84
TOTAL		181	R\$ 277.188,14

Fonte: Unidade Técnica Regional Projeto Renascer / PRORURAL de Garanhuns – Dados Município de Terezinha, Jan/2004.

Resultados da Pesquisa

A apresentação dos resultados será feita com base na mesma divisão adotada na estrutura do questionário. Des forma, entende-se, que as informações aqui trazidas poderão ser melhor relatadas e discutidas, facilitando o entendimento e as repercussões dos dados. Sendo assim, é importante mostrar os temas gerais nos quais o questionário foi montado e que também servirá de inspiração para a análise.

Os temas são: forma de trabalhar a terra – produção e comercialização; renda familiar; condição de vida; questões ambientais – desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local; Instrução (escolaridade) e organização.

A idéia inicial era a de aplicar 30 questionários, porém em três associação comunitárias rurais, houve dificuldades para localizar algumas pessoas, ficando a amostragem final com 27 entrevistados ao todo, classificados conforme o quadro abaixo.

QUADRO 23 - Percentual de entrevistados por função na diretoria

Função do Entrevistado	Abs.	%
Presidente	09	33%
Secretário	08	30%
Tesoureiro	09	33%
Outros:*	01	4%
TOTAL	27	100!

Obs: o outro aparece, porque foi entrevistado o Vice – Presidente da Associação Comunitária Rural Antonio Alves de Araújo.

O quadro acima descreve o número de entrevistados por função exercida na associação, o destaque para a categoria de Presidente e Tesoureiro, ambos com 33%.

No município em estudo fazem parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento-FUMAC, 10 associações, nove entidades são rurais e uma urbana, correspondendo então a 89% e 11% respectivamente.

1. Questões referentes à forma de trabalhar a terra – produção e comercialização

O tema 1 traz algumas questões referentes à forma de trabalhar a terra e sobre aspectos ligados a produção e a comercialização. Trata-se de perguntas onde se buscou analisar a relação das pessoas da comunidade no processo de produção/comercialização e identificar os principais procedimentos adotados por eles nas suas rotinas de trabalho.

TABELA 01 – Na sua opinião, a fertilidade da terra na área da comunidade é:

RESPOSTAS	Abs.	%
Boa	6	22
Razoável	15	56
Fraca	5	22
	27	100

Fonte: Pesquisa direta

Quando perguntados a respeito da fertilidade da terra, 56% responderam que a terra do município é razoável. Observou-se que houve algumas opiniões contrárias por parte de membros de uma mesma diretoria. E quando questionados se eles fazem algum tipo de trabalho para conter a erosão do solo, a totalidade respondeu que não, até porque, segundo afirmação deles não ocorre esse tipo de problema no município. (ver tabela 01)

TABELA 02 – É realizado algum trabalho para manter a fertilidade do solo?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	19	70
Não	7	26
Não sabe	1	4
	27	100

Fonte: Pesquisa direta.

TABELA 03 – Como?

RESPOSTAS	Abs.	%
Estrume de gado	15	31
Não usa nada	9	18
Falta dinheiro para comprar	4	8
Outra respostas*	21	43
<i>TOTAL</i>	49	100

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Foi permitido aos entrevistados opinar abertamente, por isso o número de respostas foi maior.

** Outras repostas: estrume de galinha, alguns compram, não respondeu, quem tem coloca, minoria usa adubo químico, quase todo mundo.

Na opinião de 70% dos entrevistados, nas comunidades ocorrem algum tipo de trabalho para manter a fertilidade do solo (ver tabela 02). Enquanto que, 26% disseram que não. E a forma utilizada para se melhorar a fertilidade é usando o estrume de gado (31%). Percebe-se que o uso do adubo natural oriundo de origem animal é uma prática comum, embora apenas uma parcela deles utilizam. Em uma das entrevistas, foi trazida a informação de que os grandes proprietários de terra também usam adubo químico.

TABELA 04 – Existe algum trabalho de combate a pragas e doenças das culturas?

RESPOSTAS	Abs.	%
Não	19	70
Sim	6	22
Não sabe	1	4
Não Respondeu	1	4
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta

A maioria das pessoas que foram indagadas sobre a existência de algum trabalho de combate a pragas e doenças nas culturas, responderam que não existe nada nesse sentido (70%). Segundo eles, as principais pragas são; a lagarta que ataca as plantações de milho e o gafanhoto.(ver tabela 04).

TABELA 05 – Vocês utilizam água para irrigação?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	-	-
Não	24	89
Não sabe	1	4
Não Respondeu	2	7
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta

Uma grande soma dos entrevistados (89%) informaram que não é usada água para irrigação no município. Esse fato procede devido à escassez desse bem natural na região, que vem sofrendo com longos períodos de estiagem, onde a maioria das comunidades é abastecida pelos carros-pipa. Sendo assim, qualquer projeto de irrigação fica comprometido, dificultando ainda a produção.(ver tabela 05).

TABELA 06 – A associação já teve acesso a crédito para produção?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	1	4
Não	26	96
Não sabe	-	-
Não Respondeu	-	-
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta

A quase totalidade (96%) dos membros das diretorias das associações responderam que nunca receberam crédito. (ver tabela 06). Apenas um dos entrevistados disse ter recebido crédito para produção, citando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF/ MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Embora, de forma muito incipiente algumas pessoas já foram beneficiadas com o PRONAF, na categoria “B”, onde o empréstimo atualmente é de mil reais. Chamou atenção o fato deles não terem mencionado o crédito do PRONAF, provavelmente devido ao valor, eles não considerem como um crédito bancário com vistas à produção.

TABELA 07 – Vocês já tiveram assistência técnica?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	5	18
Não	21	78
Não sabe	1	4
Não Respondeu	-	-
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 08 – Caso sim, de quem?

RESPOSTAS	Abs.	%
SENAR	2	7
Prefeitura	1	4
IPA	1	4
Universidade do Sul	1	4
Sem resposta	22	81
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 09 – Em que ano?

RESPOSTAS	Abs.	%
1981	2	7
2000	1	4
2001	1	4
2002	1	4
Sem resposta	22	81
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 10 – Para fazer o que?

RESPOSTAS	Abs.	%
Orientação para o plantio (milho, feijão, verduras).	5	17
Para não fazer queimadas	1	3
Como conservar o solo	1	3
Sem resposta	22	77
<i>TOTAL</i>	29	100

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Foi permitido aos entrevistados opinar abertamente, por isso o número de respostas foi maior

78% dos entrevistados disseram não ter recebido assistência técnica. Enquanto 18% afirmaram já terem recebido. Dos que falaram positivamente, 7% disseram ter recebido do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 4% da Prefeitura, 4% da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária – IPA (antiga EMATER / EBAPE) e 4% de uma universidade do sul do Brasil. Nos anos de 1981(7%), 2000(4%), 2001(4%) e 2002(4%). Observou-se que essa assistência técnica objetivou a orientação para o plantio de milho, feijão e verduras, segundo 17% dos entrevistados.(ver tabela 08, 09 e 10).

TABELA 11 – Vocês já tiveram alguma capacitação na área de projeto produtivo?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	5	19
Não	22	81
Não sabe	-	-
Não Respondeu	-	-
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta

81% dos entrevistados, ou seja, a maioria, afirmaram nunca ter recebido capacitação em projetos produtivos. 19% disseram que já foram capacitados na área de técnicas produtivas. Na verdade, observou-se que no município não existe nenhum órgão que preste assistência técnica, como o IPA, por exemplo. O mais próximo fica em Garanhuns e não cobre a área rural do município.(ver tabela 11).

Verificou-se que boa parte do que é plantado é consumido pela própria família, seja na sua alimentação, ou na dos animais e que no último ano devido às poucas chuvas, a produção caiu muito. Quando se somaram todas as repostas dadas com relação à área cultivada com milho e dividiu-se pelo número de entrevistados, chegou-se a uma média de 55,3 ha por membro entrevistado.

Em relação ao cultivo de feijão, constatou-se que houve uma proximidade das respostas dadas para o milho com relação ao feijão, devido ao fato deles plantarem as duas culturas em consórcio, ou seja, entre uma fileira e outra de milho, planta-se o feijão. Tanto o milho como o feijão tem como destino à feira de Bom Conselho. Embora o município possua sua própria feira, que ocorre todos os domingos, é na feira de Bom Conselho e dos demais municípios vizinhos, onde ocorre a comercialização do que é produzido.

Verificou-se que a área destinada à cultura da mandioca é pequena, isso pode ser considerado devido aos baixos preços pagos pelas sacas de farinha, cuja produção não compensa para a comercialização.

TABELA 12 – Existe horta caseira na comunidade?

RESPOSTA	Abs.	%
Sim	1	4
Não	26	96
Não sabe	-	-
Sem Resposta	-	-
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 13 – Tem área de pasto / palma?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	25	93
Não	2	7
Não sabe	-	-
Sem Resposta	-	-
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 14 – Qual o tamanho desta área?

RESPOSTAS	Abs.	%
1 a 10 ha	15	56
11 a 20 ha	3	11
+ de 21 ha	2	7
Não respondeu	5	19
Sem resposta	2	7
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta. OBS.: ha = hectare

Quando perguntados se havia horta nas comunidades, quase a totalidade (96%) afirmou não existir. Alegando que o motivo era a ausência de água para irrigar as hortas. Nem nos núcleos escolares elas existem. Segundo 93% deles existe palma plantada nas comunidades e 56% consideram que a área deixada para o cultivo da palma fica em torno de 1 a 10 ha. (ver tabela 13 e 14).

Com relação à criação de animais, observou-se que o quantitativo de aves está acima da realidade, contudo, boa parte do que existe é utilizado para o consumo. É bom lembrar que esse tipo de criação tem uma forte relação com plantio do milho, matéria básica na alimentação das aves e cultivado por um bom número de pessoas nas comunidades.

Em relação à criação de suínos, pode-se dizer que existe nas comunidades, mas em menor número. Outros animais também foram citados, tais como caprinos, bovinos, eqüinos e ovinos. Merece destaque para os bovinos que são usados para arar uma boa parcela das terras usadas no cultivo do milho e do feijão.

TABELA 15 – Existe algum tipo de processamento de alimento na comunidade?

RESPOSTA	Abs.	%
Sim	14	52
Não	11	41
Não sabe	-	-
Não respondeu	2	7
<i>TOTAL</i>	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 16 – Caso positivo, de que tipo?

RESPOSTAS	Raízes		Frutas		Animais		Cereais		Outros	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs	%.	Abs.	%	Abs.	%
Sim	12	45			1	4			1	4
Não	13	48	25	93	24	89	25	93	24	89
Não respondeu	2	7	2	7	2	7	2	7	2	7
TOTAL	27	100	27	100	27	100	27	100	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 16.1 – O quê?

RESPOSTAS	Abs.	%
Farinha	9	33
Não respondeu	3	11
Sem resposta	15	56
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

Quando questionados a respeito do processamento de alimentos nas comunidades, 52% afirmaram existir e 45% disseram se tratar do processamento de raízes, cujo objetivo final é a fabricação da farinha de mandioca. Verificou-se que a produção de farinha é basicamente para o consumo familiar e pouco chega a ser comercializado.(ver tabela 15 e 16).

TABELA 17 – Existe algum tipo de produção artesanal?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	1	4
Não	24	89
Não respondeu	2	7
Sem resposta	-	-
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 18 – Caso sim, de que tipo?

RESPOSTAS	Redes		Instrumentos de trabalho		Cestos		Utencílios Domestico		Vassouras		Outros	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sim	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	1	4
Não	25	93	25	93	2	93	25	93	25	93	24	89
Não respondeu	2	7	2	7	2	7	2	7	2	7	2	7
TOTAL	27	100	27	100	2	100	27	100	27	100	27	100

Fonte: Pesquisa direta

A produção de artesanato praticamente não aparece nas comunidades, segundo 89% dos entrevistados. (ver tabela 17). Observou-se que não existe estímulo das

peças em produzir algum tipo de artesanato. Na área urbana algumas mulheres confeccionam colchas com retalhos sob encomenda, eventualmente.

TABELA 19 – Quais os instrumentos de produção que são utilizados na área da comunidade?

RESPOSTAS	Sim		Não	
	Abs.	%	Abs.	%
Implementos agrícolas manuais	7	26	20	74
Equipamentos agrícolas	8	30	19	70
Animais de tração	25	93	2	7
Caminhonete	1	4	26	96
Carroças	25	93	2	7
Cercas	24	89	3	11
Galpões	1	4	26	96
Outros	12	44	15	56

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta.

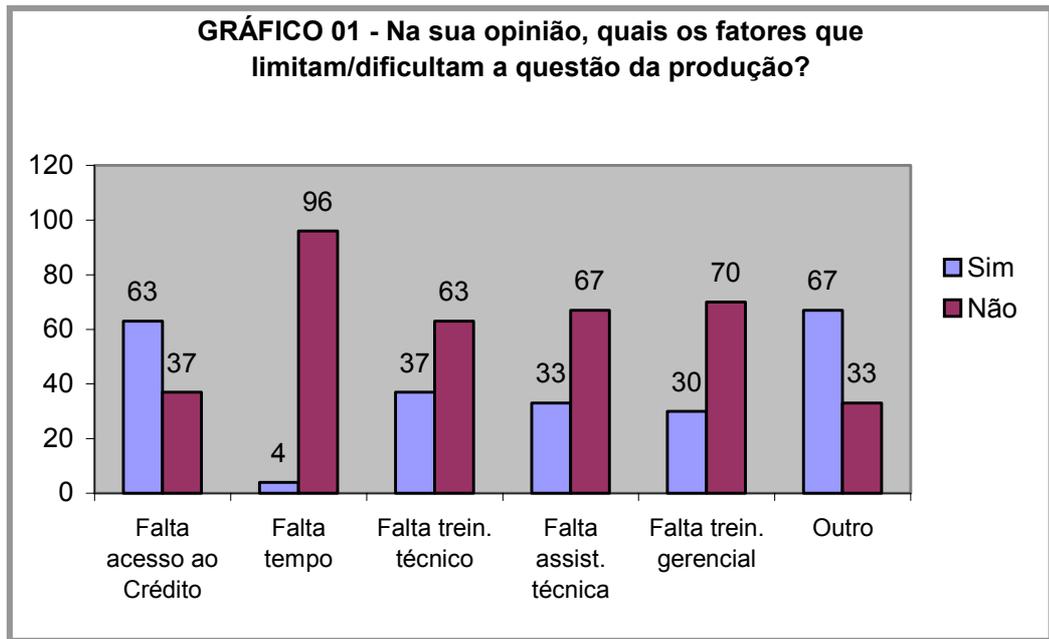
TABELA 19.1 – Outro, quais?

RESPOSTAS	Abs.	%
Arado	10	33
Carro de Boi	1	3
Carro de Mão	1	3
Passadeira	1	3
Foice	1	3
Enxada	1	3
Sem resposta	16	52
TOTAL	31	100

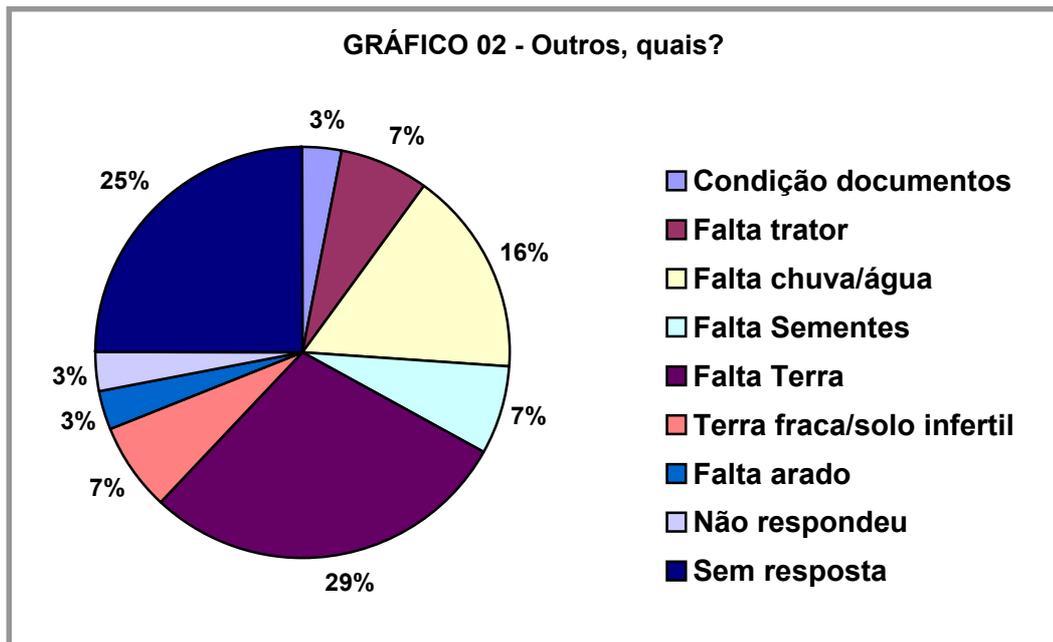
Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

A pergunta referente aos instrumentos de produção foi respondida da seguinte forma: para 93% dos entrevistados existem nas comunidades animais de tração, carroças (93%) e cercas (89%) e 44% informaram outros instrumentos, e destes 33% afirmaram se tratar de arado.(ver tabela 19 e 19.1). Constatou-se que os principais instrumentos existentes são rudimentares e utilizados na cultura de subsistência, como foi verificada em questões anteriores.



Fonte: Pesquisa direta



Fonte: Pesquisa direta

Em relação à opinião dos membros das diretorias das associações sobre os fatores que limitam/dificultam a produção, 63% disseram que é pela falta de crédito, seguido pela falta de treinamento técnico (37%). Dos que responderam outras coisas, destaca-se a falta de terra com 29%. (ver gráfico 01 e 02) Nas conversas mantidas durante a aplicação dos questionários, ficou claro que a questão da ausência de financiamento prejudica demais a melhoria da produção, somando-se a isto poucas

terras, que uma boa parte deles disseram atrapalhar muito a melhoria da diversificação da produção agrícola, visto que as grandes e médias propriedades são destinadas ao cultivo de capim para alimentar a criação de bovinos.

2. Renda Familiar

O tema 2 tem forte ligação com o tema 1, contudo, se refere mais especificamente com a questão da renda das pessoas e com as principais fontes que contribuem para a composição dessa renda.

TABELA 20 – Qual a renda mensal média que as famílias conseguem através da produção agrária?

RESPOSTAS	Abs.	%
Menos de ½ salário mínimo	14	52
Entre ½ e 1 salário mínimo	11	40
Entre 1 e 2 salário mínimo	1	4
Entre 2 e 5 salários mínimos	0	0
Mais de 5 salários mínimos	0	0
Não sabe	1	4
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 21 – As famílias têm outras fontes de renda?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	26	96
Não	0	0
Não sabe	1	4
Não respondeu	0	0
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 22 – Caso sim, quais são as outras fontes de renda que as famílias tem?

RESPOSTAS	Sim		Não	
	Abs.	%	Abs.	%
Aposentadoria	25	93	2	7
Atividade comercial	4	15	23	85
Salário regular	1	4	26	96
Trabalho alugado	11	40	16	60
Produção não-agrícola	1	4	26	96
Serviço prestado	1	4	26	96
Não sabe	0	-	0	-

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

O segundo tema tratado no questionário se refere a questões de renda nas comunidades. Para 52% dos membros entrevistados a renda das pessoas encontra-se na categoria de menos de ½ salário mínimo, enquanto 40% disseram está entre ½ e 1 salário mínimo. (ver tabela 20). Quando questionados se as famílias possuem outras fontes de renda, 96% afirmaram que sim, referindo-se à aposentadoria (93%) e ao trabalho alugado (40%). Observou-se uma grande carência de empregos no município, pois a maioria sobrevive de empregos temporários na agricultura, produzindo produtos de subsistência, trabalhando nas fazendas, como funcionário da Prefeitura ou vivendo de pequenos comércios na cidade. Um outro aspecto que chamou atenção foi o relato de vários entrevistados a respeito do processo migratório sazonal dos jovens do sexo masculino para o sul do Brasil, visando conseguir os empregos temporários nos grandes empreendimentos agrícolas, tais como: a agroindústria da cana, da soja e da laranja.

3. Condições de Vida

O tema 3 tratou de questões relacionadas às condições de vida das pessoas nas comunidades onde estão localizadas as associações comunitárias. Este tema visou montar um perfil da situação das comunidades em estudo quanto ao acesso aos principais serviços públicos, assim como a bens de uso duráveis, como TV, fogão, filtro de água etc. Bem como a percepção dos entrevistados quanto ao número de pessoas (homens e mulheres) que residem nas comunidades.

TABELA 23 – A maioria das famílias possui água potável em suas casas?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	5	18
Não	22	82
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 24 – Caso sim, de que forma esta água é obtida?

RESPOSTAS	Sim		Não	
	Abs.	%	Abs.	%
Cisterna	3	11	24	89
Poço	1	4	26	96
Encanada	0	0	27	100
Barragem	1	4	26	96
Não sabe	0	0	27	100

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

A pergunta referente à água potável foi respondida pelos entrevistados da seguinte forma: 82% informaram que não existe água tratada e potável nas comunidades e dos 18% que afirmaram existir, 11% mencionaram que se trata de água armazenada em cisternas.(ver tabela 23 e 24). Uma das entrevistadas, que é agente de saúde, informou que a maioria das pessoas não faz tratamento da água para consumo próprio e isso acarreta vários casos de doenças.

TABELA 25 – Que tipo de fogão é mais comum?

RESPOSTAS	Sim		Não	
	Abs.	%	Abs.	%
Gás	18	67	9	33
Lenha	20	74	7	26
Carvão	8	30	19	70
Não sabe	0	0	27	100

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

TABELA 26 – A maioria (+70%) dos moradores possui televisão em casa?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	25	93
Não	2	7
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

A totalidade afirmou que existe energia elétrica nas comunidades onde estão localizadas às associações. Quanto ao uso de fogão, 74% disseram ser a lenha o combustível mais usado no cozimento dos alimentos e cerca de 93% informaram que a maioria dos moradores possui televisão em casa (ver tabela 25 e 26). O argumento mais usado com relação ao uso da lenha foi o alto preço do gás de cozinha, inviabilizando o seu uso. O interessante é que se utiliza mais a televisão do que o filtro de água, visto que só 33% disseram que as famílias utilizam tal item em suas casas.(ver tabela 26).

TABELA 27 – Qual o número aproximado de pessoas na comunidade?

RESPOSTA	Homem		Mulher	
	Abs.	%	Abs.	%
5 – 50	8	30	6	22
51 – 100	15	55	8	29
101 – 150	3	11	9	33
151 – 200	1	4	2	8
> 200	0	0	2	8
TOTAL	27	100	27	100

Fonte: Pesquisa direta

Uma pergunta que foi feita aos membros das diretorias das associações foi com relação ao número aproximado de pessoas (homens e mulheres) existentes nas comunidades. 55% informaram que o número de homens gira em torno de 51 a 100, enquanto 33% afirmaram que o número de mulheres é cerca de 101 a 150. Buscou-se, medir a percepção dos entrevistados com relação aos números de homens e mulheres nas comunidades. A maioria mencionou a larga vantagem do número de

mulheres em relação aos homens e isso se torna mais agravante devido a migração sazonal dos jovens que vão a procura de empregos no sul do Brasil.

TABELA 28 – A maioria das casas possui filtro de água para beber?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	9	33
Não	17	63
Não sabe	1	4
TOTAL	27	100

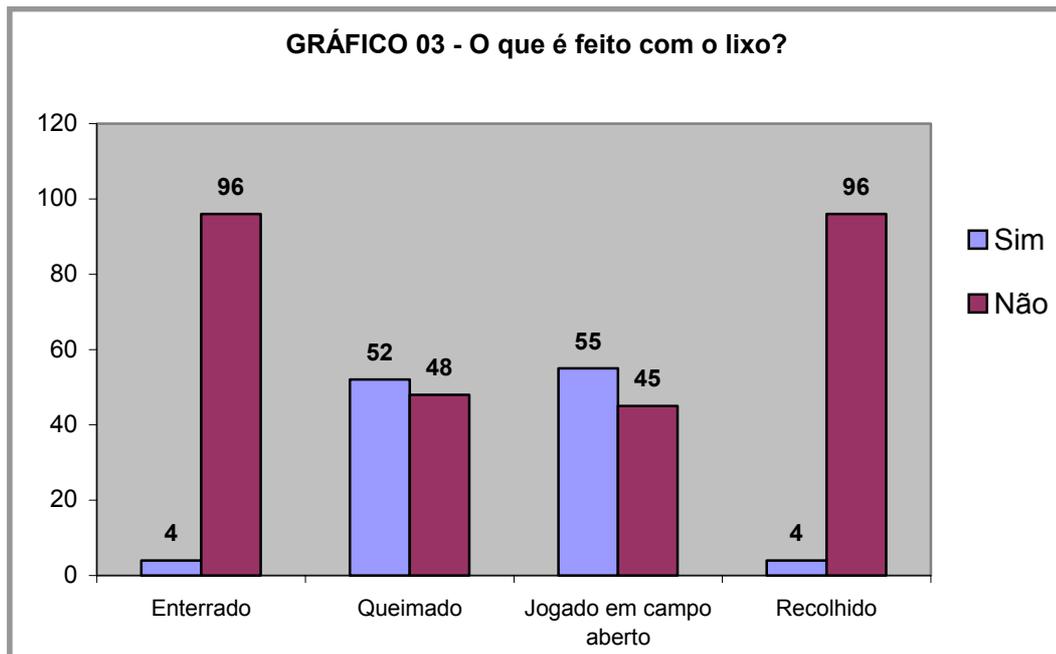
Fonte: Pesquisa direta

TABELA 29 – A maioria das famílias acha que estão melhor hoje, que há 10 anos atrás?

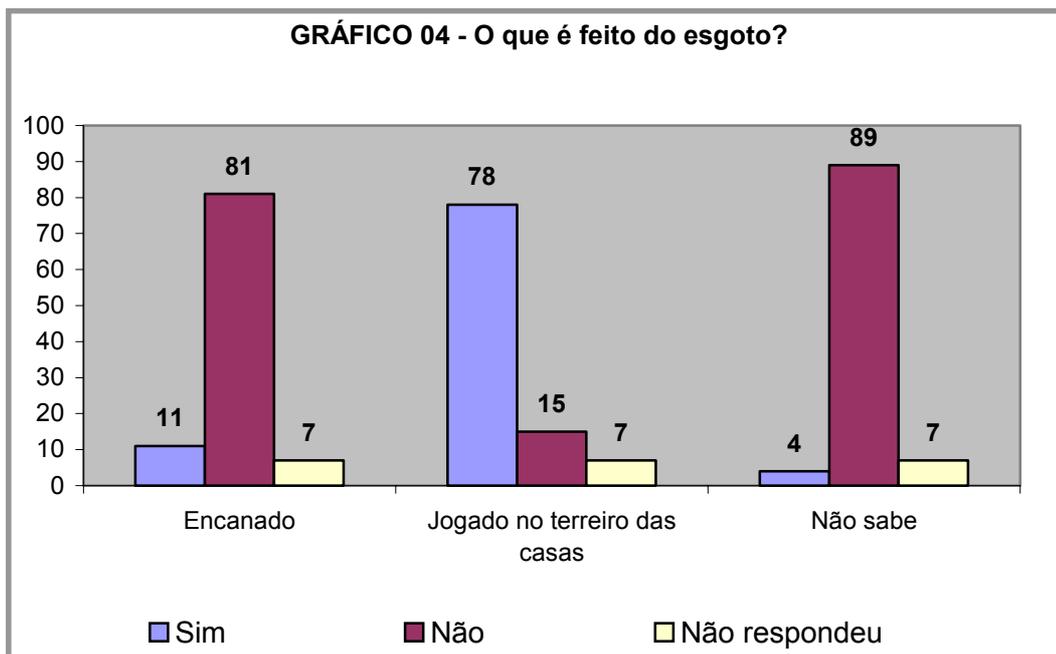
RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	26	96
Não	0	0
Não sabe	1	4
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

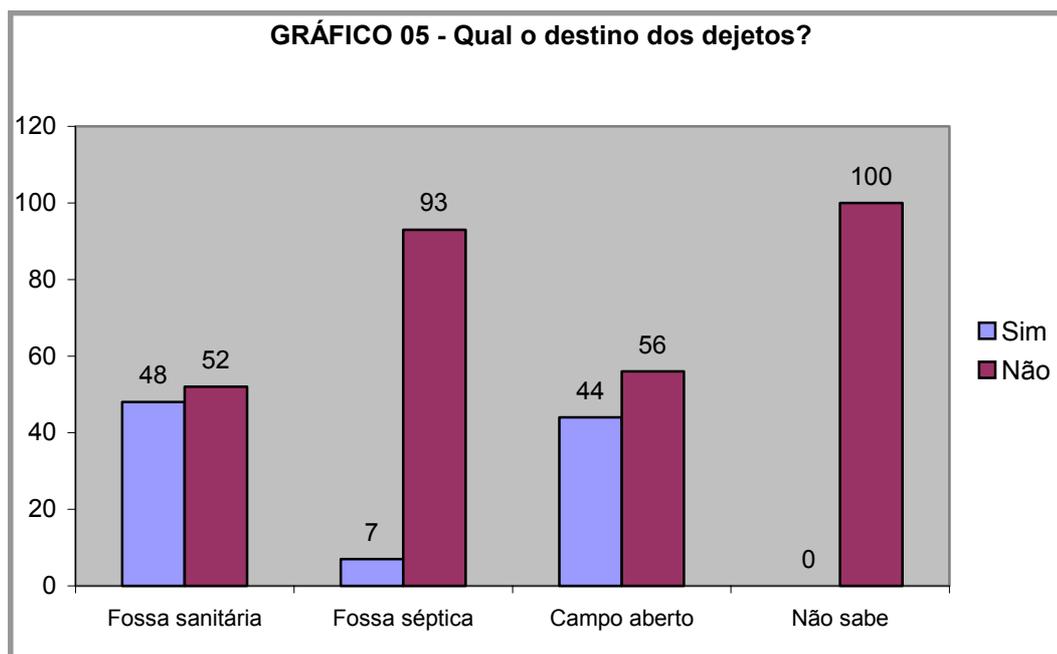
A maioria dos entrevistados (96%) informou que as famílias consideram que estão melhor hoje que há dez anos atrás e a totalidade (100%) disse que as famílias já passaram por momentos de muitas dificuldades. Em relatos da diretoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC, ao ser questionada sobre as condições de vida, falaram que as condições eram muito difíceis do ponto vista de acesso à assistência médica, a educação, entre outras coisas. Embora hoje a situação seja um pouco melhor, ainda existem muitas famílias em situação de forte exclusão social no município.



Fonte: Pesquisa direta



Fonte: Pesquisa direta



Fonte: Pesquisa direta

A questão referente ao destino do lixo revelou que 55% dos entrevistados informaram que o lixo é jogado em campo aberto. 78% falaram que o esgoto também é jogado nos terreiros das casas e 48% afirmaram que os dejetos têm como destino às fossas sanitárias (ver gráfico 03, 04 e 05). A questão do lixo é um dos assuntos mais sérios a serem resolvidos nos pequenos municípios. Em Terezinha não se encontra um local específico para colocar o lixo e muito menos um aterro sanitário, embora na cidade a coleta seja eficiente, o destino do que é coletado é incerto. O que se observa na área rural é que cada família destina uma pequena parte do terreno em volta da casa para depositar o lixo. Quanto ao destino dos dejetos, três associações foram beneficiadas com subprojetos de construção de banheiros com fossas, atendendo a 79 famílias. Mais a demanda é ainda muito grande para esse tipo de subprojeto.

TABELA 30 – Existe algum posto de saúde próximo à comunidade?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	12	44
Não	15	56
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 31 – Caso não, qual à distância?

RESPOSTAS	Abs.	%
6 – 10 Km	7	26
11 – 15 Km	5	19
Não respondeu	2	7
Sem resposta	13	48
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

Ao serem questionados a respeito da existência de posto de saúde próximo as comunidades, 56% disseram que não existe, enquanto 44% afirmaram positivamente. Dos que responderam negativamente, 26% falaram que a distância média do posto é cerca de 6 a 10 km (ver tabelas 30 e 31). Verificou-se que nas comunidades existem núcleos do Programa Saúde da Família - PSF, onde duas equipes deste programa atendem aos moradores, embora algumas comunidades estejam localizadas a uma distância maior desses locais de atendimentos.

4. Questões Ambientais / Desenvolvimento Local / Desenvolvimento Sustentável

No tema 4, as questões são relacionadas aos aspectos ambientais e aos conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local. Neste conjunto de tabelas são apresentados assuntos que vão desde o uso dos recursos naturais, passando pela compreensão do conceito de agricultura orgânica, chegando finalmente a percepção deles em relação aos problemas e potencialidades ambientais do município.

TABELA 32 – As pessoas da comunidade utilizam algum tipo de recurso natural?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	24	89
Não	3	11
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 33 – Caso sim. De que tipo?

RESPOSTAS	Sim		Não	
	Abs.	%	Abs.	%
Madeira para construção	3	11	24	89
Alimentos (frutas, mel)	1	4	26	96
Forragens para animais	5	19	22	81
Madeira para confecção (ferram.e utensílios)	2	7	25	93
Lenha para processar alimentos	10	37	17	63
Produtos silvestres (tintas, resinas etc.)	0	0	27	100
Lenha para cozinha	21	78	6	22
Árvore para sombreamento	11	41	16	59
Plantas medicinais	6	22	21	78

Fonte: Pesquisa direta

O ponto que tratou do aproveitamento dos recursos naturais foi respondido da seguinte forma: 89% falaram que as pessoas da comunidade utilizam algum tipo de recurso, sendo que 78% informaram que o recurso mais usado é a lenha para cozinha, seguido com 37% por lenha para processar alimentos (ver tabelas 32 e 33). O uso da lenha tem uma forte ligação com o desmatamento que ocorreu e vem ocorrendo na área rural do município.

TABELA 34 – Conhece ou já ouviu falar da agricultura orgânica?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	12	44
Não	12	44
Não sabe	3	12
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 35 – As pessoas da comunidade conhecem a agricultura orgânica?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	3	11
Não	22	82
Não sabe	2	7
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 36 – Caso sim, elas a utilizam?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	1	4
Não	24	89
Não sabe	2	7
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 37 – Como?

RESPOSTAS	Abs.	%
Jogando na terra	1	4
Não respondeu	2	7
Não sabe	24	89
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

A pergunta feita aos membros da diretoria das associações com relação ao conhecimento deles a respeito da agricultura orgânica foi respondida da seguinte forma: 44% disseram conhecer o significado do termo, enquanto 44% não conhecem. Quando questionados se as pessoas da comunidade conhecem, 82% disseram que não. 89% falaram que não é utilizada a agricultura orgânica nas comunidades (ver tabelas 34, 35 e 36). Um dos entrevistados resumiu de forma interessante a respeito desta questão: “As pessoas da comunidade desconhecem o significado desse termo, embora a utilizem no seu cotidiano”. Esse tipo de agricultura vem ganhando notoriedade pelos bons resultados do ponto vista ecológico e ao mesmo tempo econômico, pois o mercado consumidor está disposto a pagar mais caro por um produto plantado 100% orgânico e natural. Verificou-se que poucas são as pessoas que possuem conhecimento a respeito das vantagens do cultivo deste tipo de agricultura, ficando uma grade parcela alheia ao processo de produção.

TABELA 38 – O que entende por desenvolvimento sustentável?

RESPOSTAS	Abs.	%
Não sabe	7	22
Já ouviu falar, mas não lembra	4	13
Cisterna, posto médico, banheiros, orelhão, junta de boi, criação de animais, moradia, associação	3	9
Alguma coisa sustentável, viva, que não acaba fácil.	3	9
Quando se tem na comunidade, que elas possam viver sem precisar sair para outros lugares em busca de recursos.	2	6
Outras respostas	12	38
Não respondeu	1	3
TOTAL	32	100

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

A questão referente à compreensão dos entrevistados quanto ao conceito de Desenvolvimento Sustentável foi respondida da seguinte forma: 22% disseram não saber do que se trata e 13% já ouviram dizer, mas não lembra; outros (9%) associam o termo a bens materiais necessários ao bem estar deles e da comunidade como cisternas, posto médico, banheiros etc. (ver tabela 38). Verificou-se que embora eles tenham participado de alguns treinamentos e oficinas no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC e do Fórum DLIS a compreensão do que seja desenvolvimento sustentável está distante do entendimento, isto se considerarmos o conceito clássico atribuído a este termo. Porém, é possível observar que a noção de sustentabilidade eles possuem, quando dizem que é “alguma coisa sustentável, viva, que não acaba fácil” ou até quando relacionam com bens imóveis necessários nas comunidades para uma vida com melhores condições, como defende Ignacy Sachs na essência do seu “ecodesenvolvimento”.

Entre as respostas que foram dadas, pode-se destacar:

“Quando se tem na comunidade que elas possam viver sem precisar sair para outros lugares em busca de recursos”. (Secretária da Associação Beneficente Cultural Santa Terezinha - ABECUSTE)

“Alguma coisa sustentável, viva, que não se acabe, que fica sempre viva”. (Tesoureira da Associação Beneficente Cultural Santa Terezinha - ABECUSTE).

“A terra é que sustenta, se a terra é que segura as pessoas”. (Tesoureiro da Associação Comunitária Rural Manoel Vieira de Melo).

“Cisternas, banheiros, posto de saúde, telefone, junta de boi e criação de animais”. (Tesoureiro da Associação Comunitária Rural São Francisco de Assis).

“A região se mantém sem precisar de recursos de fora, ser auto-sustentável”. (Presidente da Associação Comunitária Rural Oliveira Pereira Lopes).

“Trabalho com preservação do meio ambiente e com visão do futuro”. (Tesoureiro da Associação Comunitária Rural Oliveira Pereira Lopes).

TABELA 39 – O que o (a) Sr (a) entende por desenvolvimento local?

RESPOSTAS	Abs.	%
Transporte, estradas, escolas, saúde, projetos, energia, atividade religiosa, transporte para feira, comunicação, solidariedade, associação, trabalho	6	19
Nunca ouviu falar	4	13
Já ouviu falar, mas não lembra o que é	3	9
O Desenvolvimento é uma coisa muito importante	2	6
É difícil o Desenvolvimento Local por causa da feira ser nos domingos e por falta de transporte, falta muita coisa	2	6
Outras respostas	15	47
TOTAL	32	100

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

Já na questão onde foi perguntado a respeito do conceito de desenvolvimento local, constatou-se que 19% das respostas foram ligadas a bens e necessidades das pessoas e das comunidades, tais como: transportes, estradas, escolas, saúde, projetos, entre outras coisas. Enquanto 13% afirmaram que nunca ouviram falar e 9% já tinham ouvido falar, mas não lembra o que é. Observou-se que a relação que alguns dos entrevistados fizeram com as necessidades das comunidades demonstra o nível de carência das pessoas no município e também a relação com aspectos materiais do termo desenvolvimento.

Entre os depoimentos dados para esta pergunta, temos:

“O desenvolvimento é uma coisa muito importante, antes a comunidade não tinha esclarecimento nenhum, hoje temos tudo esclarecido”. (Presidente da Associação Comunitária Manoel Vieira de Melo).

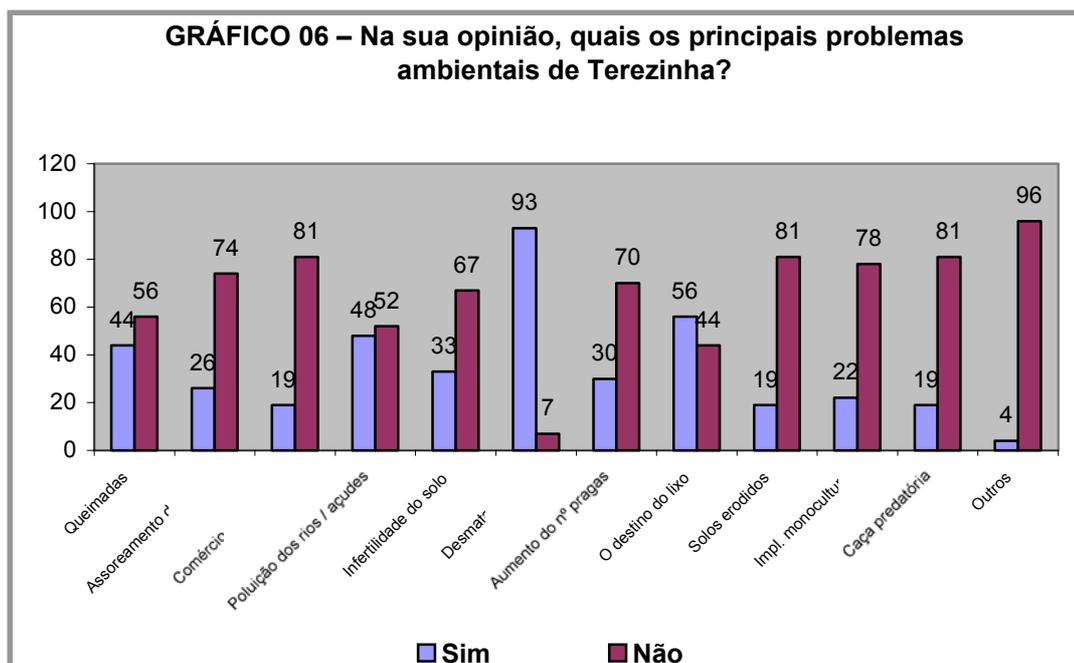
“A escola é um tipo de desenvolvimento, assim como o transporte que melhorou”. (Tesoureiro da Associação Comunitária Manoel Vieira de Melo).

“Projeto, estradas, energia”. (Secretária da Associação Comunitária Rural São Francisco de Assis).

“Uma mudança onde a comunidade está progredindo sua criatividade em mudar para crescer o seu local”. (Secretária da Associação Comunitária Rural Oliveira Pereira Lopes).

“Trator para aração da terra e junta de boi”. (Tesoureiro da Associação Comunitária Rural José Alves Pequeno).

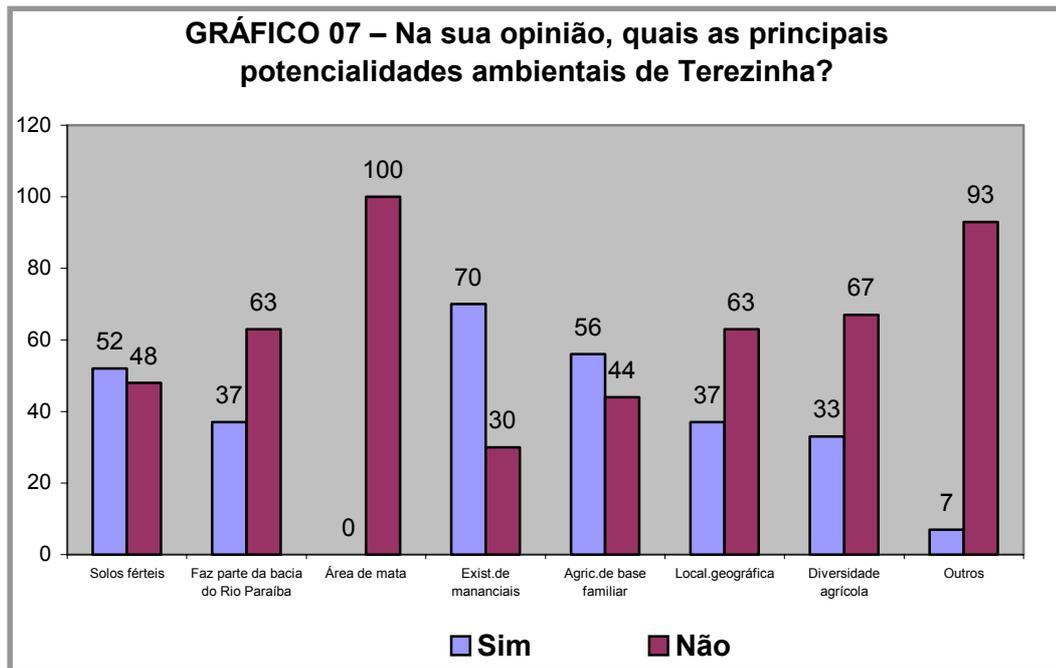
“É difícil o desenvolvimento local, por causa da feira ser no domingo e por falta de transporte”. (Tesoureiro da Associação Comunitária Rural Manoel Melo de Carvalho).



Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

A pergunta que tratou dos principais problemas ambientais na compreensão dos entrevistados teve como destaque os 93% que apontaram o desmatamento, o destino do lixo com 56%, seguido pela poluição dos rios e açudes (48%) (ver gráfico 06). Observou-se que o desmatamento é algo notável nas comunidades; as áreas de mata nativa praticamente não existem e as poucas que restaram são cada vez mais agredidas e substituídas por área para pastagem. O interessante é que alguns dos entrevistados associaram a existência de áreas de reserva legal com a preservação de mananciais e que algumas pequenas fontes estão secando porque a cobertura vegetal está desaparecendo.



Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

Quando questionados a respeito das potencialidades ambientais encontradas no município, os entrevistados afirmaram que a existência de mananciais com 70% é uma grande potencialidade, seguida da agricultura de base familiar (56%) e os solos férteis (52%). Verificou-se que apesar da dificuldade de obter água potável na maioria das comunidades, eles apontaram o fato de existir algumas nascentes de água que poderiam ser melhor exploradas, contudo, algumas delas estão em áreas privadas. Um outro ponto apontado foi à agricultura de base familiar que ainda sustenta uma boa parcela de famílias na zona rural do município.

5. Instrução (escolaridade)

O tema 5 apresenta as questões ligadas ao nível de instrução dos entrevistados e sobre o seu entendimento a respeito da escolaridade das pessoas da comunidade e também sobre o acesso delas aos serviços públicos de educação.

TABELA 40 – Qual a sua escolaridade?

RESPOSTAS	Abs.		%	
Não estudou	2		7	
Ensino Fundamental I - incompleto	7		26	
Ensino Fundamental I - completo	4		15	
Ensino Fundamental II - incompleto	3		11	
Ensino Fundamental II - completo	0		0	
Ensino Médio incompleto	1		4	
Ensino Médio completo	5		19	
Ensino Superior	2		7	
Não respondeu	3		11	
TOTAL	27		100	

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 41 – Na opinião, em qual nível de escolaridade se enquadra à maioria dos moradores da comunidade?

RESPOSTAS	Sim	
	Abs.	%
Sabem ler e escrever (alfabetizados)	4	15
Não sabem ler e escrever (analfabetos)	0	0
Ensino Fundamental I - completo	7	26
Ensino Fundamental I - incompleto	10	37
Ensino Fundamental II - completo	3	11
Ensino Fundamental II - incompleto	3	11
Ensino Médio completo	0	0
Ensino Médio incompleto	0	0
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 42 – Existe escola na comunidade?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	25	93
Não	2	7
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 43 – Caso não, qual a distância aproximada da escola?

RESPOSTAS	Abs.	%
Não respondeu	2	7
Sem resposta	25	93
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 44 – Existe transporte escolar fornecido pela Prefeitura?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	25	93
Não	1	4
Não respondeu	1	4
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 45 – Quantas crianças acima de 7 anos estão fora da escola aproximadamente na comunidade?

RESPOSTAS	Abs.	%
Nenhuma	12	44
1 – 5	6	22
6 – 10	1	4
11 – 15	1	4
Acima de 15	0	0
Não respondeu	7	26
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

O tema 5 do questionário tratou de questões relacionadas a escolaridade, tanto do entrevistado, quanto da percepção deles sobre a comunidade. 26% dos entrevistados disseram possuir o Ensino Fundamental I incompleto, 19% o Ensino Médio Completo e 15% o Ensino Fundamental I Completo. (ver tabela 40). Pode-se dizer que mais da metade dos membros da diretoria das associações do município de Terezinha possuem, pelo menos, uma escolaridade a partir do ensino fundamental I incompleto. Chamou atenção também o fato de alguns possuírem nível superior completo e apenas 7% não estudarem. Existe uma tendência de eleger na composição das diretorias pessoas que saibam ler e escrever para que possa desempenhar as atribuições e gerir a organização das entidades de uma

forma melhor. É comum também encontrar pessoas analfabetas na direção de algumas associações, cuja liderança é um reflexo do carisma, do respeito pela experiência ou do poder coercitivo dessas pessoas nas comunidades.

A questão referente a percepção deles quanto a escolaridade, da maioria das pessoas das comunidades, foi respondida da seguinte forma: 37% disseram que a maioria se enquadra no Ensino Fundamental I Incompleto; 26% no Ensino Fundamental I Completo e 15% acham que a maioria sabe ler e escrever(são alfabetizados) (ver tabela 41). Verificou-se que na opinião dos membros das diretorias, a maioria das pessoas possui algum nível de escolaridade, contudo, deixaram claro que atualmente o acesso a escola é bem mais fácil e que mesmo assim, o município possui um considerável número de analfabetos.

Em relação à freqüência das crianças na escola, a totalidade (100%) respondeu que elas estão matriculadas na rede de ensino municipal. 93% afirmaram que existem escolas nas comunidades. 93% confirmaram existir transporte escolar fornecido pela Prefeitura (ver tabelas 42 e 43). Um fato curioso ocorreu quando 22% dos entrevistados disseram que existem algumas crianças fora das salas de aula, segundo eles cerca de 1 a 5. Embora 44% tenham dito não existir nenhuma criança fora da escola (ver tabela 45). Durante a aplicação dos questionários foi possível observar que nas comunidades existem alguns núcleos escolares construídos ou alugados pela Prefeitura, onde geralmente funciona o Ensino Fundamental I. Esses locais também são usados para as reuniões ordinárias das associações. Um outro aspecto que merece destaque é o fato do transporte escolar servir a um número considerável de estudantes. Entretanto, observou-se que a Prefeitura não conseguiu atender em sua totalidade as comunidades com um tipo de transporte adequado, sendo ainda utilizados veículos improvisados e sem segurança. Além disso, é importante lembrar que os representantes das associações também utilizam o transporte escolar para irem as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC.

6. Organização

No tema 6 encontra-se a informação referente às questões organizacionais das associações que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC do município, além das impressões dos entrevistados a respeito do citado Conselho e do Projeto Renascer. É possível ver também alguns pontos relacionados as atividades desenvolvimentos no âmbito das entidades e a rotina organizacional e administrativa das associações.

TABELA 46 – Como se gerou a organização?

RESPOSTAS	Abs.	%
Iniciativa do grupo	15	51
Ação do Estado/Prefeitura	9	31
Iniciativa da igreja	3	10
Ação de movimentos sociais	1	4
Não sabe	1	4
TOTAL	29	100

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta.

TABELA 47 – Há quantos anos a associação existe?

RESPOSTAS	Abs.	%
6 meses – 1 ano	6	22
2 anos - 4 anos	4	15
5 anos – 8 anos	2	7
9 anos – 14 anos	12	45
16 anos – 18 anos	3	11
Acima de 18 anos	0	0
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 48 – Qual o ano de fundação?

RESPOSTAS	Abs.	%
Antes de 1985	0	0
1986 – 1990	3	11
1991 – 1996	12	44
1996 – 2000	5	19
2001 – 2003	7	26
Acima de 18 anos	0	0
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

A questão onde foi perguntada a forma de criação das associações foi respondida da seguinte forma: 51% dos membros entrevistados afirmaram que foi por iniciativa do próprio grupo, 31% disseram que foi por iniciativa do Estado/ Prefeitura e 10% por interesse da Igreja. Na verdade, verificou-se que embora eles tenham dito que algumas das entidades foram criadas por vontade própria, percebe-se que o apoio da Prefeitura representou um fator determinante para que uma boa parte delas passassem a existir de fato e de direito. Na gestão do atual Prefeito, Sr. Isaú Gomes, esse caráter de assessoria permanente se acentuou ainda mais, ao ponto de algumas entidades terem passado por reestruturações e renovações quanto ao quadro das diretorias e ao número de sócios em cada uma delas. Observa-se que existe uma certa dependência das diretorias em relação às ações de apoio da Prefeitura, embora iniciativas de minimizar essa relação já vem sendo executadas, buscando-se capacitar as diretorias para que possam gerir suas atividades de maneira mais autônoma.

TABELA 49 – Qual é o número aproximado de membros da associação?

RESPOSTA	Homem		Mulher	
	Abs.	%	Abs.	%
1 – 5	3	11	-	-
6 – 15	7	26	4	15
16 – 25	11	41	7	26
26 – 35	5	18	15	55
Acima de 35	0	0	-	-
Não respondeu	1	4	1	4
TOTAL	27	100	27	100

Fonte: Pesquisa direta

Os entrevistados foram indagados a respeito do número aproximado de sócios e segundo eles, 41% consideram que o número de sócios homens fica no intervalo de 16 a 25, enquanto que para 55% o número de mulheres sócias encontra-se na faixa de 26 a 35.(ver tabela 49). De acordo com a opinião dos membros das diretorias, o número de mulheres sócias é bem maior do que o de homens e ainda segundo informações repassadas, elas são bem mais participativas que os homens.

TABELA 50 – Associação está com seus documentos organizados?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	24	89
Não	3	11
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 51 – Caso não, o que esta faltando organizar?

RESPOSTAS	Sim		Sem resposta	
	Abs.	%	Abs.	%
Atas	1	4	26	96
Estatuto	2	7	25	93
CNPJ	3	11	24	89
Escrituras	0	0	27	100

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta.

TABELA 52 – A associação possui um cadastro atualizado dos seus membros?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	14	52
Não	13	48
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

A respeito da documentação das associações estarem organizadas, para 89% dos entrevistados, as entidades estão com seus documentos organizados. E apenas

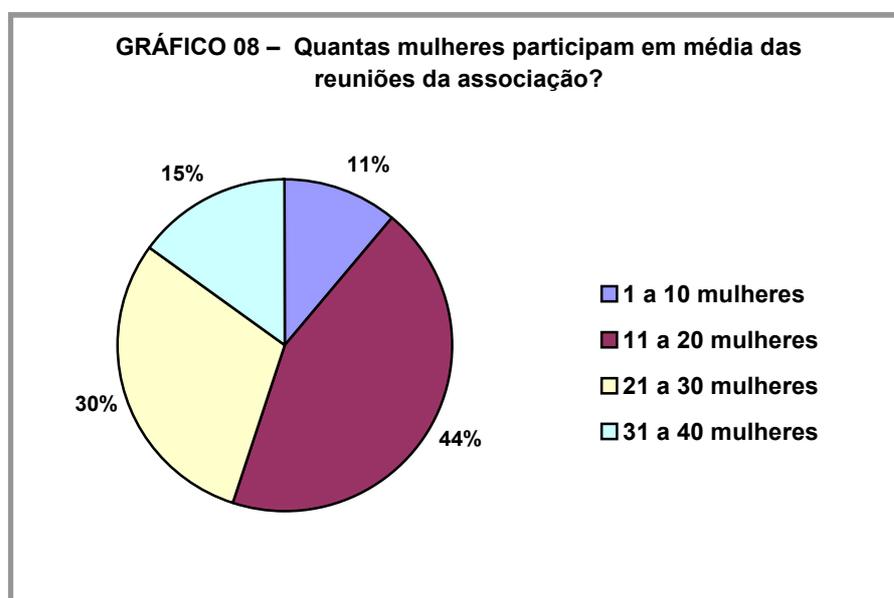
11% disseram o contrário, informando que os documentos mais faltosos são o CNPJ (11%); Estatuto (7%) e as Atas (4%) (ver tabela 51). Além disso, informaram que 52% das associações possuem um cadastro atualizado dos seus membros e para 44%, não existe nenhum tipo de cadastro. Na verdade, observou-se que o cadastro quando existe é algo informal e poucas são as informações que as diretorias detêm a respeito dos seus sócios.

TABELA 53 – A participação dos membros nas reuniões da entidade é?

RESPOSTAS	Abs.	%
Boa	22	81
Regular	5	19
Pouca	0	0
Não sabe	0	0
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

A questão referente à participação dos membros nas reuniões da entidade foi respondida da seguinte forma: 81 % disseram que é boa e 19% consideram regular. Segundo relatos deles próprios, o interesse é maior por ocasião da entrega dos subprojetos do Projeto Renascer, onde a expectativa de ser beneficiado com um dos objetos do subprojeto estimula os sócios a participarem mais efetivamente das reuniões e decisões das associações.



Fonte: Pesquisa direta

Uma das perguntas que foi feita aos entrevistados quis saber a média de participação das mulheres nas reuniões das associações. Segundo 44% das respostas a média de mulheres nas reuniões fica em torno de 11 a 20. As mulheres costumam participar mais das atividades promovidas pelas associações. Conforme 89% das respostas, as reuniões são realizadas mensalmente, geralmente após a reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC que ocorre na terceira sexta-feira de cada mês.(ver gráfico 08 e tabela 54)

TABELA 54 – A reunião da associação é?

RESPOSTAS	Abs.	%
Semanal	3	11
Quinzenal	0	0
Mensal	24	89
Bimensal	0	0
Outro	0	0
Não sabe	0	0
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 55 – Qual a sua opinião a respeito do Conselho FUMAC?

RESPOSTAS	Abs.	%
É muito bom, ótimo	9	26
É bom	8	22
É uma entidade de grande valor na assoc.; colabora muito c/ a assoc; tem dado grande apoio as comunidades rurais.	6	17
É importante para o crescimento e desenvolvimento do município.	2	6
Outras respostas	9	26
Não respondeu	1	3
TOTAL	35	100

Fonte: Pesquisa direta.

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta, por ser uma questão aberta.

A questão que tratou de identificar a opinião dos membros das diretorias das associações a respeito do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC, teve como resposta: 26% consideram o Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC muito bom, ótimo e 22% acham que é bom. (ver tabela 55). Verificou-se que

os membros da diretoria têm uma visão muito positiva a respeito do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC e isso ocorreu não só pelo apoio que oferece aos membros das associações, mais também graças à obtenção de subprojetos necessários para as comunidades, junto ao Projeto Renascer. Um outro aspecto que chama atenção é o fato do Conselho ser formado por um número pequeno de associações, possibilitando um acompanhamento mais sistemático por parte do Conselho.

TABELA 56 – A comunidade tem alguma outra forma de organização?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	13	48
Não	14	52
Não sabe	0	0
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 56. 1 – Caso sim, de que tipo?

RESPOSTAS	Abs.	%
Grupo de mulheres	1	4
Mutirão	1	4
Grupo cultural	3	11
Grupo de jovens	9	33
Cooperativa	1	4
Grupo da 3ª idade	2	7
Comunidade eclesial de base	4	15
Outros	0	0
Não respondeu	6	22
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

Quando questionados se há na comunidade alguma outra forma de organização, 52% disseram que não e 48% falaram que sim. Dos que se colocaram positivamente 33% afirmaram tratar de grupo de jovens; 15% de comunidade eclesial de base ligada à igreja católica. Os grupos de jovens também estão ligados a igreja, seja ela

católica ou protestante. Observou-se também que para mais da metade dos entrevistados não existe nenhuma outra organização na comunidade.(ver tabela 56 e 56.1).

TABELA 57 – A associação possui alguma parceria com outra entidade?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	21	78
Não	5	18
Não sabe	0	0
Não respondeu	1	4
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 57. 1 – Caso sim, que tipo de entidade?

RESPOSTAS	Abs.	%
Igreja	13	28
Bancos	10	21
STR	6	13
Cooperativa	1	2
Prefeitura	16	34
Câmara	0	0
ONG	0	0
Outras	1	2
TOTAL	47	100

Fonte: Pesquisa direta.

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

Foi perguntado também se a associação possuía alguma parceria com alguma outra entidade e 78% responderam que sim, sendo que os principais parceiros relatados foram: a Prefeitura (34%), a igreja (28%), os bancos (21%) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR (13%).(ver tabela 57, 57.1). Percebe-se que a Prefeitura tem uma forte ligação com as associações e pode-se dizer que o Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC é o elo de interação das associações com o poder público municipal. Já a Câmara de Vereadores, embora

tenha lugar no Conselho, desempenha um papel secundário, visto que a metodologia de trabalho do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC não necessita da intermediação dos vereadores para a obtenção dos recursos e sendo assim, o ganhos políticos não aparecem. Dessa forma, os vereadores não se sentem estimulados em participar com mais assiduidade e veemência das atividades do referido Conselho.

TABELA 58 – A associação possui diretoria e comissões?

RESPOSTAS	Diretoria		Comissões	
	Abs.	%	Abs.	%
Sim	27	100	11	41
Não	0	0	15	55
Não respondeu	0	0	1	4
TOTAL	27	100	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 59 – A associação possui alguma taxa de contribuição dos seus membros?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	18	67
Não	7	26
Não sabe	2	7
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 59.1 – Caso sim, como é aplicado este recurso?

RESPOSTAS	Sim		Não		Não respondeu	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Despesas administrativas	13	48	13	48	1	4
Investimentos na produção	0	0	26	96	1	4
Compra de equipamentos	0	0	26	96	1	4
Comemorações	8	30	18	67	1	4
Não sabe	25	9	1	4	1	4
Outras	10	7	16	59	1	4

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

TABELA 59.2 – Outras, quais?

RESPOSTAS	Abs.	%
Viagem	8	30
Transporte	1	4
Medicação	1	4
Não respondeu	1	4
Não sabe	16	59
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 60 – Existe algum tipo de registro de receita/despesa?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	18	66
Não	7	26
Não sabe	1	4
Não respondeu	1	4
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 60.1 – Caso sim, de que tipo?

RESPOSTAS	Sim		Não		Não respondeu	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Livro caixa	15	56	10	37	2	7
Balanco geral	0	0	25	93	2	7
Conta corrente	1	4	24	89	2	7
Outro	3	11	22	82	2	7

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta

Um outro ponto questionado foi com relação à existência de diretorias e comissões nas associações, a totalidade (100%) informou possuir diretoria e apenas 41% disseram possuir comissões. (ver tabela 58). Na verdade, a diretoria assume todas as atividades da associação e raramente se cria alguma comissão para desenvolver um determinado trabalho. As associações que foram beneficiadas com o Projeto Renascer, geralmente possuem uma comissão, formada na maioria das vezes pela própria diretoria, para acompanhar o andamento das obras.

Em relação à organização financeira das associações, (67%) disseram possuir uma taxa de contribuição dos sócios e cuja utilização é feita com despesas administrativas (48%), comemorações (30%) e também com viagens (30%) geralmente para resolver questões de prestação de contas dos recursos recebidos do Projeto Renascer. (ver tabelas 59, 59.1, 59.2). Para 66% existem registros de receita e despesas, realizado em Livro Caixa (56%). (ver tabelas 60 e 601). Observou-se que são poucas as entidades que possuem uma estrutura financeira organizada e transparente e em algumas delas, o Presidente é que tem de cobrir todas as despesas, como é o caso da Associação Tertuliano Bezerra de Carvalho que, além disso, possui o Tesoureiro residindo em outro município. O presidente é também vereador no município.

TABELA 61 – Quais as atividades que são desenvolvidas pela associação na comunidade?

RESPOSTAS	Abs.	%
Festas e comemorações	9	24
Mutirão para construção de casas, igrejas e limpar a terra	8	22
Reuniões	4	10
Palestra sobre saúde	2	5
Arrecadação de alimentos e medicamentos p/ população carente	2	5
Acompanhar projetos do Prorural	2	5
Nenhuma	4	10
Outras respostas	4	10
Não respondeu	3	9
TOTAL	38	100

Fonte: Pesquisa direta

OBS.: Nesta questão foi permitido ao entrevistado optar por mais de uma resposta, por ser uma questão aberta.

Uma das questões elaboradas teve como intuito saber quais as atividades que são desenvolvidas pela associação nas comunidades. 24% responderam que realizam festas e comemorações; 22% mutirão para construir casas, igrejas e limpar a terra, 10% realizam apenas reuniões e 10% disseram que não fazem nada. Observou-se que a Igreja, considerada uma parceira importante nas comunidades, está relacionada às festas dos santos nas capelas das comunidades. Um outro ponto interessante é o fato deles só citarem o mutirão uma única vez como uma outra

forma de organização (ver tabela 61). E nas atividades realizadas eles relatam alguns mutirões que ocorreram para construir casas, igrejas e limpar a terra. Assim, é provável que eles não considerem o mutirão como uma forma de organização. Verificou-se que embora eles tenham apontado algumas atividades realizadas, na prática as atividades são feitas sem planejamento prévio e ocorrem por alguma necessidade específica, num determinado momento. É importante lembrar que depende muito da capacidade de articulação, interesse e planejamento das pessoas que compõem as diretorias.

TABELA 62 – A diretoria da associação costuma se reunir para preparar as reuniões?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	17	63
Não	10	37
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 63 – Caso não, por quê?

RESPOSTAS	Abs.	%
Falta de tempo	3	11
Porque eles já combinam antes e não precisa fazer pauta	1	4
Não respondeu	6	22
Sem resposta	17	63
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 64 – A diretoria da associação já foi renovada em sua composição?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	11	41
Não	15	55
Não responde	1	4
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 65 – As Atas das reuniões costumam ser elaboradas e escritas em livros próprio na hora da reunião?

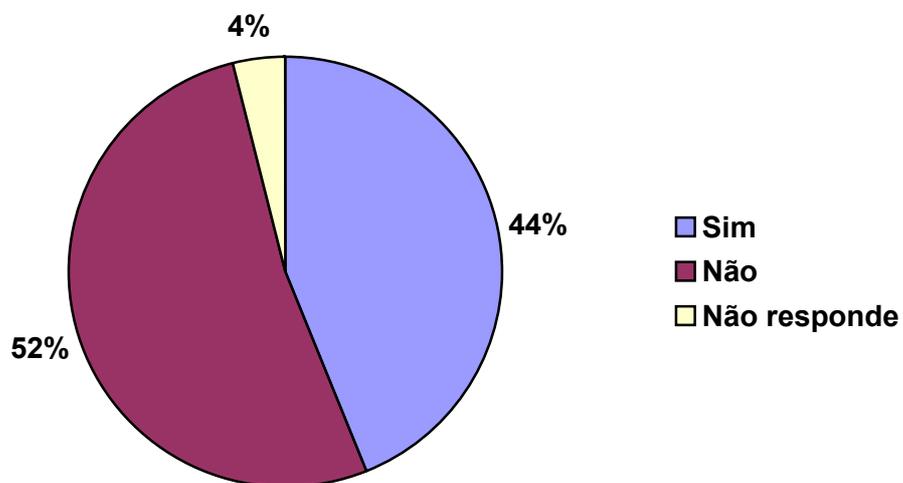
RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	5	18
Não	20	74
Às vezes	1	4
Não responde	1	4
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

A questão referente aos possíveis encontros que a diretoria costuma realizar para preparar as reuniões teve como resposta que 63% afirmaram que sim, ou seja, as diretorias se reúnem para preparar as reuniões. Enquanto 37% responderam que não, destes 11% disseram que é por falta de tempo.(ver tabela 62 e 63). E para 55% dos entrevistados a diretoria das associações ainda não foram renovadas em sua composição e 41% falaram que já tinham sido renovadas (ver tabela 64). Já com relação à elaboração e transcrição para livro próprio de Atas durante as reuniões, 74% informaram que não fazem, pois preferem fazer um rascunho e depois passar a limpo para o livro.(ver tabela 65).

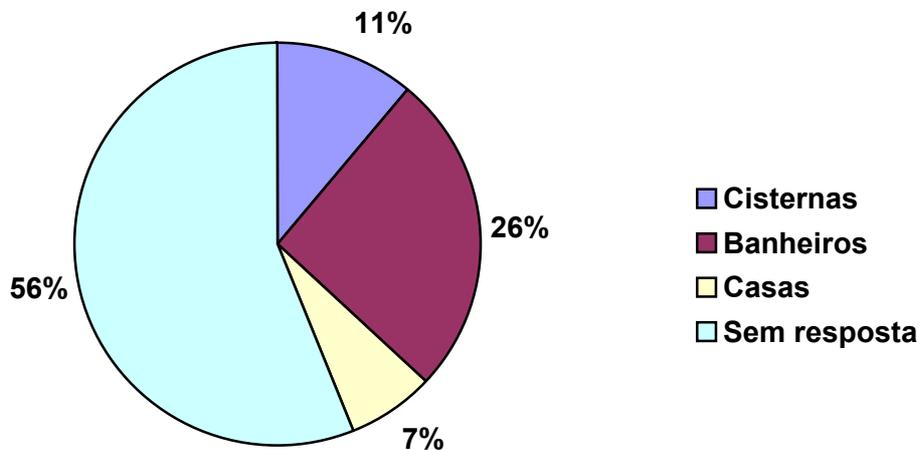
Verificou-se que a preparação das reuniões ordinárias das associações ocorrem momentos antes do início das atividades. Cabe lembrar que a composição de algumas das diretorias ainda não foi renovada devido ao pouco tempo de existência de algumas entidades. Destaca-se ainda, que existe dificuldade em encontrar pessoas que queiram assumir as atividades das diretorias e usam como argumento à ausência de remuneração.

GRÁFICO 09 – A associação da qual o (a) Sr (a) faz parte, já foi beneficiada pelo Projeto Renascer/Prorural?

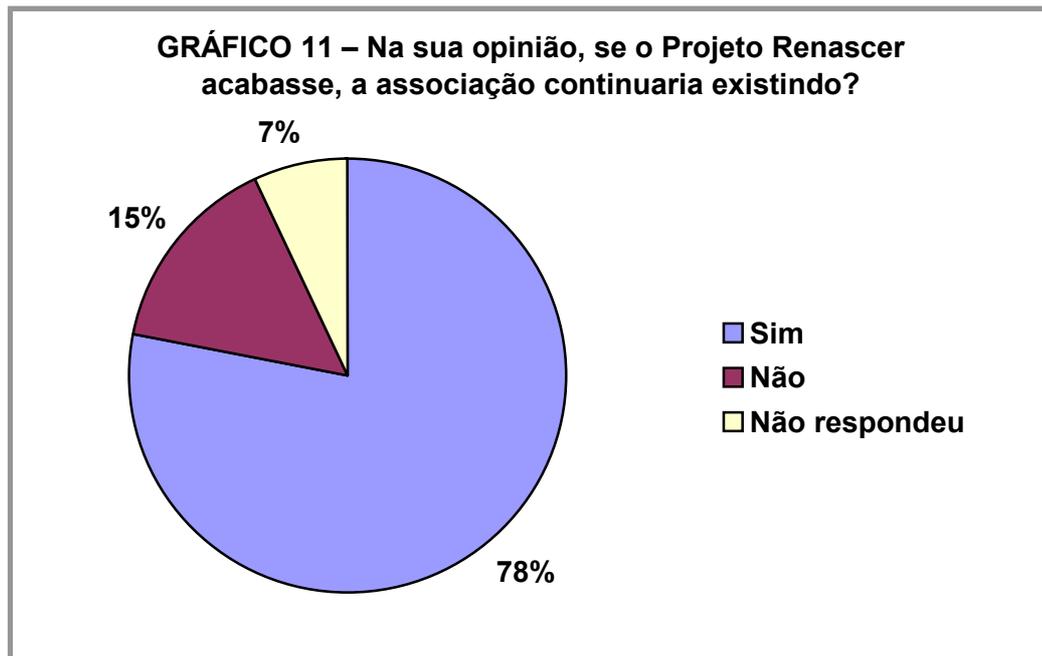


Fonte: Pesquisa direta

GRÁFICO 10 – Caso sim, com que tipo de projeto?



Fonte: Pesquisa direta



Fonte: Pesquisa direta

Os questionamentos realizados em relação ao Projeto Renascer tiveram as seguintes respostas: 52% afirmaram que não foram ainda beneficiados com subprojetos do Renascer, enquanto 44% disseram que sim. Dos que responderam afirmativamente, 26% falou que foi com o subprojeto de construção de banheiros com fossas; 11% com cisternas e 7% com casas. Quando perguntadas se o Projeto Renascer acabasse, a associação continuaria existindo? 78% confirmaram que a associação continuaria existindo, embora com mais dificuldades, segundo relatos de alguns entrevistados. E para 15%, as associações também acabariam.(ver gráfico 09, 10 e 11). Pode-se dizer que às informações fornecidas por eles a respeito do recebimento de subprojetos está coerente com os dados obtidos no Projeto Renascer. Com relação ao fato de continuar existindo mesmo quando o Projeto Renascer vier a se acabar, o grupo demonstrou saber que a associação existe independente da atuação do Renascer e que eles tem consciência das dificuldades, caso isso venha a ocorrer, mas ao mesmo tempo sabem que precisam buscar outras fontes de recursos para atender as demandas das comunidades por projetos que promovam a inclusão social.

TABELA 66 – A maioria das pessoas da comunidade sabe da existência do Conselho FUMAC?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	7	26
Não	20	74
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

TABELA 67 – As pessoas da comunidade em sua maioria conhecem o Projeto Renascer/PCPR?

RESPOSTAS	Abs.	%
Sim	12	44
Não	15	56
TOTAL	27	100

Fonte: Pesquisa direta

As perguntas feitas aos entrevistados com relação à percepção deles a respeito do conhecimento das pessoas da comunidade sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC e o Projeto Renascer/ PCPR, obtiveram as seguintes respostas: 74% disseram que a maioria das pessoas não conhece a existência do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC, enquanto 26% afirmaram que as comunidades conhecem. (ver tabela 66). Já com relação ao Renascer, 56% consideram que as comunidades desconhecem o que seja o Projeto e o PCPR e segundo 44% as pessoas sabem do que se trata.(ver tabela 67).

Observou-se que as atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC, assim como, as atribuições e importância dele não são trabalhadas suficientemente nas associações. Nesse ponto, constatou-se um outro problema, ou seja, o repasse de informações dos representantes das associações que participam das reuniões ordinárias do Conselho não funciona, ou funciona precariamente. Sendo assim, os beneficiários dos projetos e moradores das comunidades não sabem, ou sabem pouco da existência do Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC e não valorizam esse fórum de discussão, de priorização e de articulação de projetos.

Já com relação ao Projeto Renascer, eles parecem ter um conhecimento um pouco melhor, mas ainda gera muita confusão, confundindo com outros programas e órgãos. Isso se agrava ainda mais devido à sobreposição de ações em alguns municípios, entre eles, Terezinha, causado pela intervenção de vários órgãos governamentais e não-governamentais que atuam isoladamente através de projetos de combate à exclusão social, tais como: Programa Um Milhão de Cisternas-P1MC, através da Articulação do Semi-Árido – ASA, em parceria com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR's; Programa Fome Zero; o Extinto Comunidade Ativa, usando os Fóruns de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados, pode-se tirar algumas conclusões a respeito do que foi observado nas associações comunitárias rurais e urbanas do município de Terezinha, agreste pernambucano.

Em relação ao tema1 trabalhado no questionário: forma de trabalhar a terra pode-se dizer que a produção que ocorre nas comunidades é voltada basicamente para a subsistência das famílias, onde se planta feijão, milho, mandioca e criação de suínos e bovinos. Observou-se que eles utilizam o adubo de gado para manter a fertilidade do solo e produzem sem ter acesso a crédito bancário, nem assistência técnica.

A feira do município é pequena que mal consegue funcionar, estimulando os agricultores a procurarem feiras livres de municípios vizinhos para comercializar a pouca produção excedente.

O artesanato praticamente inexistente, não há nada que seja tipicamente produzido de forma artesanal na área rural. Na área urbana ainda é possível encontrar algumas senhoras fazendo colchas de “fuxico” sob encomenda, mas é uma atividade sazonal e realizada por poucas mulheres.

Os instrumentos utilizados pelos agricultores são bem rudimentares e mesmo assim atendem apenas a necessidade doméstica. O que se pode verificar é que a falta de crédito e de terras para plantar são apontados como os maiores problemas ligados a questão da produção. No passado o município já produziu muito café, mas, hoje após uma política de substituição do café, a produção dessa cultura desapareceu e deu lugar a produtos de subsistência e pecuária.

No que se refere à renda pessoal, verificou-se que a maioria sobrevive com uma renda de meio a um salário mínimo. Assim como em outros municípios, é a aposentadoria que reforça a renda familiar e sustenta muitas pessoas nas comunidades.

No item condição de vida, é possível ter-se idéia da situação difícil em que se enquadra a maioria das famílias do município. A começar pela falta de água potável, onde se consome em um significativo número de casas a água de barreiro, por não ter outra opção. O lixo é geralmente jogado no quintal das casas e o esgoto corre a céu aberto, principalmente na área rural. Existe uma carência de banheiros, pois uma boa parcela joga os dejetos em campo aberto. Não se tem o hábito de usar filtro para a água. De acordo com informações obtidas junto aos agentes de saúde, o cloro que é distribuído para tratamento da água é utilizado muitas vezes na lavagem das roupas e não com o cuidado da água para o consumo humano.

O município de Terezinha possui um IDH muito baixo, embora, a cobertura de energia elétrica seja muito boa, chegando quase à totalidade das famílias. A maioria das casas possui televisão e boa parte das comunidades é atendida pelo Programa Saúde da Família - PSF. Existem postos de saúde funcionando na área rural e urbana, geralmente próximos às comunidades.

Em relação às questões ambientais, pode-se afirmar que o uso dos recursos naturais se restringe ao consumo de lenha para cozinhar os alimentos, inclusive, contribuindo para reduzir ainda mais as reservas de matas que já são poucas no município. Em se tratando do conhecimento das pessoas em relação à agricultura orgânica, poucos sabem o que se refere.

Em relação à compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável, verificou-se que de uma maneira geral eles possuem uma certa noção do que significa este termo, sendo o mesmo associado a questões de ordem material e às necessidades reais das comunidades. Dessa forma, é possível afirmar que a existência de oficinas e cursos no âmbito do Conselho Municipal de desenvolvimento - FUMAC tenha contribuído para que a essência desse conceito fosse absorvida, embora, um bom número dos entrevistados não faça idéia do que se trata.

O conceito de desenvolvimento local foi atrelado às carências das comunidades em relação aos serviços públicos locais, o que não deixa de ter sua coerência com a definição corrente do termo, visto que os resultados da aplicação de uma

metodologia de desenvolvimento local é a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Um aspecto que chamou atenção foi à compreensão que membros das diretorias das associações têm em relação aos problemas e potencialidades ambientais do município. Isso ficou claro quando foi relatada a questão do desmatamento e do destino do lixo, assim como a existência de mananciais e da agricultura familiar como potencialidades que poderão ser exploradas no município.

O nível de instrução dos membros das diretorias é bem razoável, visto que foi encontrado até pessoas com nível superior de ensino e que a maioria se encontra no ensino fundamental. Um quadro positivo apontado por eles, é que a maioria das crianças está na escola e cada comunidade possui uma escola. O transporte escolar atende a um bom número de alunos. Porém, é importante destacar que o município possui uma taxa elevada de analfabetos, embora no levantamento junto aos membros das associações isso foi pouco citado.

Nos aspectos ligados à organização destaca-se o motivo que levou a criação das associações, que segundo eles foi a iniciativa dos próprios associados, contudo, é preciso chamar atenção para a influência da igreja e da Prefeitura na estruturação de boa parte das entidades existentes hoje no município.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC tem uma ótima aceitação pelos membros das diretorias das associações. Contudo, na opinião deles as comunidades desconhecem a existência do Conselho e parecem conhecer muito pouco as atribuições e procedimentos do Projeto Renascer. Verificou-se assim que deve existir um problema de repasse de informações às comunidades, causando dificuldades no processo decisório as associações. Segundo FURRIELA (2002), “o valor e a relevância da informação como subsídio a processos participativos dependem de que seja fornecida num período razoável de tempo, disponibilizada em forma utilizável e compreensível”.

Observou-se que as associações precisam de apoio no que se refere à assistência técnica, tanto para melhorar às condições de produção, como também para melhorar

os procedimentos organizacionais internos. E que a maturidade do capital social local está sendo construído aos poucos e se reflete, na afirmação da maioria dos membros de que as associações continuarão existindo mesmo quando o Projeto Renascer acabar.

Pode-se acrescentar a isso a contribuição que o Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC tem dado na divulgação de conceitos ligados à questão ambiental e também o fomento a discussão de assuntos de meio ambiente nas pautas e nas conversas informais durante as reuniões, estimulando a transformação do Conselho num espaço de compreensão e gestão das questões ambientais locais. E nesse sentido FURRIELA (2002) recomenda:

“As autoridades competentes devem facilitar o acesso a toda informação relevante para o processo de tomada de decisão disponível. Os cidadãos devem ter acesso à informação de forma a garantir a melhoria da qualidade das decisões tomadas e de sua implementação e contribuir para o conhecimento geral do público sobre as questões ambientais”.

Pode-se afirmar que os membros das diretorias das associações comunitárias rurais e urbanas de Terezinha conhecem parcialmente os conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local e que o Conselho Municipal de Desenvolvimento - FUMAC está contribuindo na gestão ambiental local ao passo que estas questões são discutidas no âmbito da entidade, porém, o entrave está no repasse das informações aos membros das associações.

Portanto, é necessário que os pressupostos da gestão e educação ambiental, bem como a incorporação de procedimentos mínimos que garantam uma efetiva participação, sejam verdadeiramente implantados nos espaços abertos à cidadania. Enquanto esses direitos constarem apenas de dispositivos legais ou discursos políticos e não forem incorporados na prática das instituições governamentais e não-governamentais, não haverá participação efetiva dos segmentos representativos da sociedade.

Alguns Desafios Que Precisam Ser Superados

Entre os principais desafios destaca-se:

- ✓ Falta de inserção das políticas públicas de meio ambiente nos programas de combate a pobreza rural;
- ✓ Pouco conhecimento da problemática ambiental por parte dos técnicos que trabalham nos programas dos órgãos e secretarias municipais e estaduais;
- ✓ Falta de política de capacitações sistemáticas a respeito da temática de gestão e meio ambiente, captação de recursos, jurídico e administrativo para os conselhos FUMAC.

Recomendações

Alguns aspectos que podem ser considerados para reverter o quadro acima citado:

- ✓ Permitir a contratação de técnicos agrícolas com formação de gestão ambiental para atuação junto às comunidades;
- ✓ Minimizar a burocracia excessiva com relação à prestação de contas dos recursos principalmente em relação ao 1% repassado aos conselhos provenientes dos subprojetos PCPR, visando a facilitar a contratação de técnicos para a assistência técnica e ambiental para atuação nas comunidades;
- ✓ Trabalhar a agenda 21 no âmbito dos conselhos FUMAC;
- ✓ Melhorar a formação dos técnicos que assessoram os conselhos e supervisionam os projetos do PCPR com relação a temática ambiental;
- ✓ Criar mecanismos de informações sistemáticas a respeito da temática ambiental para os conselhos municipais FUMAC;

- ✓ Estabelecer um novo tipo de subprojeto denominado Subprojeto Produtivo Sustentável, visando estimular a articulação do PCPR com ações de preservação e conservação ambiental;

- ✓ Capacitar os membros do conselho FUMAC em conhecimento básico de diagnóstico e gestão dos recursos naturais locais;

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – **Perfil Municipal Terezinha**, Recife, 2003.

AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – **Mapa de Pernambuco Agreste Meridional**, Recife, Jan 2004.

AGENDA 21 – **O caso do Brasil: Perguntas e respostas**, Brasília, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, MMA, 1998, 40 p.

ALMEIDA, Jalcione – A problemática do desenvolvimento sustentável In: BECKER, D. F. (org) – **Desenvolvimento sustentável: Necessidade ou possibilidade?** 2ª ed., Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

ANDRADE, Lícia; SOARES, Geraldo & PINTO, Virgínia – **Oficinas ecológicas: Uma proposta de mudanças**, Petrópolis, editora Vozes, 1996.

ANDRADE, M. C. de - A seca: realidade e mito. Recife: Asas Pernambuco, 1985.

_____. - **A terra e o homem do Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANTUNES, Paulo de Bessa – **Direito Ambiental**, 6ª edição, revista ampliada e atualizada, Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2002.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de – **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan /Fase, 2002.

ATLAS ESCOLAR PERNAMBUCANO – **Espaço Geo-Histórico e Cultural**. João Pessoa, 2003.

_____ - **Brasil reinventar o futuro**, Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, 1995.

BARBIERI, Edison – **Desenvolver ou preservar o ambiente**, São Paulo: editora Cidade Nova, 1996.

BARROS, Henrique M. et al – **Gerenciamento participativo de estuários e manguezais**, editora universitária da UFPE, Recife, 2000

BECKER, Dinizar Fermiano et al (org.) – **Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?** 2ª edição, editora da UNISC, Santa Cruz do Sul, 1999.

BECKER, Howard S. – **Métodos de pesquisa em ciências sociais**, Editora Hucitec, Tradução de Marcos Estevão e Renato Aguiar, SP, 1993.

BERGAMASCO, Sônia M.P.P & ANTUNIASSI, Maria Helena R. - Ecodesenvolvimento e agricultura: Comentando o pensamento de Ignacy Sachs, In: VIEIRA, Paulo Freire (Org) – **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: A contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: PALLOTTI, Florianópolis: APED, 1999.

BEZERRA, M. C de L & VEIGA, J. E. da – **Agricultura Sustentável** – Brasília, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, 2000.

BEZERRA, M. C de L & MUNHOZ, T M T – **Gestão dos Recursos Naturais: Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira** – Brasília: IBAMA, 2000.

BOFF, Leonardo – **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Zied, Ed Ática, 1999.

_____ – **O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade**, 14ª edição, Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

BRANDENBURG. Alles – **Agricultura familiar, ONG e desenvolvimento sustentável**. Curitiba, Ed. Da UFPR, 1999.

BRUNDTLAND, G. H – **Nosso futuro comum**, 2ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BUARQUE, Sérgio C. – **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**, Rio de Janeiro, ed. Garamond, 2002.

BUTTEL, Frederick H. **A Sociologia e o Meio Ambiente: Um Caminho Tortuoso Rumo à Ecologia Humana**. São Paulo: Perspectivas, 1992.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes (org) – **Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local**. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2002 (coleção GT's Intercom, nº 13).

CAPORAL, Francisco Roberto – **Agroecologia: Enfoque Científico e Estratégico para Apoiar o Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: EMATER – RS/ ASCAR, 2002.

CAVALCANTI, Clóvis (org.) – **Desenvolvimento e natureza: Estudo para uma sociedade sustentável**, editora Cortez, SP, FUNDAJ, Recife, 1995.

CRIVELLARO, Carla V. L. – **Ondas que te quero mar: Educação ambiental para comunidades costeiras: mentalidade marítima: relato de uma experiência**, Porto Alegre: GESTAL/ NEMA, 2001.

CRUZ, Anamaria da Costa – **Elaboração de Referências (NBR6023/2002)**, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Interciência: Niterói: Intertexto, 2002.

CUNHA, Luís Henrique & Coelho, Maria C. Nunes – Política e Gestão Ambiental, in CUNHA, Sandra B (org) – **A questão ambiental: diferentes abordagens**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DANANI, Claudia C – El nuevo rol de los municípios frente a la descentralización: Desafios, amenazas y cinco tareas en el marco de la innovación democrática, in **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, Ano XVIII, nº 54, Jul, 1997.

DIAS, Genebaldo Freire – **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002.

EDUCAÇÃO para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/ UNESCO, Brasília:Ed. IBAMA, 1999.

FERREIRA, Ângela Duarte D. (Org) – **Para pensar: Outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

FONTES, Ângela M. Mesquita & COSTA REIS, Heraldo (Coord) – **Orçamento público e desenvolvimento local**, Rio de Janeiro: IBAM/DES/NEL, 2002, 96p. Apoio: UNESCO e Programa Comunidade Ativa.

FRANCO, Augusto - **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 2ª Ed. Brasília: Instituto de Política. 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian. Lopes Martim, Editora Paz e Terra, 22ª edição, Rio de Janeiro, 1998, Coleção Educação e Comunicação, vol. I

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, **Censo 2000**, obtido via Internet. www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/censo2000

FURRIELA, Rachel Biderman – **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**, São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

FURTADO, Ribamar & FURTADO, Eliane – **A Intervenção participativa dos atores – INPA: Uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local Sustentável**, Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2000, 180p.

GADOTTI, Moacir – **Pedagogia da Terra**. 2ª ed, São Paulo: Petrópolis, 2001, Série Brasil Cidadão.

GEHLEN, V. (Coord). **Desastre, políticas públicas de desenvolvimento e vulnerabilidade de gênero**: suas implicações na pobreza rural e urbana. Recife, 1999. Anteprojeto integrado de pesquisa.

GOMEZ, Willian Héctor – Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo, In: BECKER, D. F. (Org.) – **Desenvolvimento sustentável: Necessidade ou possibilidade?** 2ª ed., Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter P. – Natureza e Sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade, In: QUINTAS, José Silva (org), **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. 2ª ed, série ampliada. Brasília: IBAMA, 2002. (Coleção Meio Ambiente, Série educação ambiental).

GUIMARÃES, Roberto P. - Desenvolvimento sustentável: proposta alternativa ou retórica neoliberal, in **Simpósio Internacional o desafio do desenvolvimento sustentável e a geografia política**, resumos expandidos, Rio de Janeiro: UFRJ Igeo, Depto de Geografia, 1995.

GUIMARÃES, Roberto P. – A ética da sustentabilidade e a formação das políticas de desenvolvimento, In: VIANA, Gilney (ORG) – **O desafio da sustentabilidade: Um debate sócioambiental no Brasil** – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001 – (Coleção Pensamentos Petista).

GUIMARÃES, Mauro – Educação Ambiental e a Gestão Para a Sustentabilidade in SANTOS, José E. dos & SATO, M – **A Contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**, São Paulo: Ed Rima, 2001.

GUIMARÃES, Mauro – Sustentabilidade e Educação Ambiental in CUNHA, Sandra B (org) – **A questão ambiental: diferentes abordagens**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GUTIÉRREZ, Francisco Et all – **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 2000.

HABERMEIER, Kurt – **Diagnóstico rápido e participativo da pequena produção rural: Como fazer**. Recife: SACTES/Centro Sabiá, 1995.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota – **Metodologias qualitativas na sociologia**, 2ª edição, editora Vozes, Petrópolis, 1990.

HOUTART, François & POLET, François – **O Outro Davos: Mundialização de resistências e de lutas**, São Paulo: Ed Cortez, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, [2000]. Disponível em:< [Http://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).> Acesso em: 10 dez. 2003.

JOVCHELOVITCH, Marlova – O processo de descentralização e municipalização do Brasil, in **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, Ano XIX, nº 56, Mar, 1998.

LAKATOS, Eva M. & ANDRADE MARCONI, Marina de – **Metodologia do trabalho científico**, 2ª edição, editora Altas S/A, SP, 1987.

LEIS, Héctor Ricardo - **A modernidade Insustentável, as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes: Santa Catarina: UFSC, 1999.

LIMA & SILVA, Pedro Paulo de, et all – **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

LIMA, Maria José de Araújo. **Ecologia humana: Realidade e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo – **Interesses Difusos: Conceitos e legitimação para agir**, 5ª edição, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

MANUAL DE OPERAÇÕES - Projeto de Combate a Pobreza Rural II, Projeto Renascer/ Secretaria de Planejamento do Estado de PE/ IICA, Recife, JUL, 2003.

MARRUL FILHO, Simão – Do desenvolvimento para além do desenvolvimento. In: QUINTAS, José Silva (org), **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 2ª ed, série ampliada. Brasília: IBAMA, 2002. (Coleção Meio Ambiente, Série educação ambiental).

MAPAS de Pernambuco, Macrorregião, obtido via Internet através do site <www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/cenco2000> em 12 de janeiro de 2004.

MERICO, Luiz Fernandes K. – Políticas Públicas para a Sustentabilidade, In: VIANA, Gilney (ORG) – **O desafio da sustentabilidade: Um debate sócioambiental no Brasil** – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001 – (Coleção Pensamento Petista).

MILARÉ, Edis - A participação comunitária na tutela do Ambiente in Magalhães, L.E. de (org.) – **A questão ambiental**, 1ª edição, Terragraph, SP, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert – **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MÜLLER, Geraldo – Desenvolvimento sustentável: notas para a elaboração de um esquema de referência; In: BECKER, D. F. (org) – **Desenvolvimento sustentável: Necessidade ou possibilidade?** 2ª ed., Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

NOBRE, Marcos & AMAZONAS, Maurício C. – **Desenvolvimento sustentável: A institucionalização de um conceito**, Brasília: Ed. IBAMA, 2002.

ODUM, Eugene P. – **Fundamentos de ecologia** – Tradução de Antônio Manuel de Azevedo Gomes, 4ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian / Lisboa, 1971.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de – **Tratado de metodologia científica: projeto de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertação e Teses**, 2ª ed. SP: Editora Pioneira Thonsom Leoming, 2001.

OLIVEIRA, Hercília M. C - **Organização das mulheres e estratégia de sobrevivência no Semi-Árido: O caso de Caraíbas – Arcoverde/PE**, Dissertação de Mestrado, Depto de Serviço Social, UFPE, Set, 2001a.

PEREIRA, Júlio César R. – **Análise de dados qualitativos: Estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**, 3ª ed. – São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 2001.

PHILIPPI JR, Arlindo – Educação Ambiental: Do passado e do presente para alcançar a sustentabilidade, In: PHILIPPI JR, Arlindo et al – **Educação ambiental: Desenvolvimento de cursos e projetos**, 2ª ed, São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública: Signus Editora, 2002.

PHILIPPI JR, Arlindo et all – **Municípios e meio ambiente: Perspectiva para a municipalização da gestão ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Município e Meio Ambiente, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - **Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável** – Município de Terezinha, MDA/SAF/PRONAF/IICA/LOCUS, Terezinha, DEZ. 2001.

QUINTAS, J. S. – **Educação ambiental e mobilização social**, texto apresentado na Mesa Redonda: Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização Social, do IV Fórum de Educação Ambiental, Guarapari, ES, de 05 a 08/08/1997.

RATTNER, Henrique – Desenvolvimento sustentável: Tendências e perspectivas, In: MAGALHÃES, Luis Edmundo – **A questão ambiental**. 1ª ed., São Paulo: Terragraph, 1994.

RICHARDSON, Roberto J. – **Pesquisa social: Métodos e técnicas**, São Paulo: ed. Atlas, 1999.

REIGOTA, Marcos – Por uma Filosofia da educação ambiental in Magalhães, L.E. de (org.) – **A questão ambiental**, 1ª edição, Terragraph, SP, 1994.

_____ - **O que é educação ambiental?** Brasiliense, SP, 1998.

SACHS, Ignacy - Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento, In: VIEIRA, Paulo Freire (Org) – **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: A contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: PALLOTTI, Florianópolis: APED, 1999.

_____ - **Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente**, tradução de Magda Lopes, SP, Studio Nobel – FUNDAP, 1993.

_____ - Qual desenvolvimento para o século XXI? In: Barrére, M. et al – **Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento**, SP, editora Nobel, 1992.

UNIDADE Técnica Regional do Projeto Renascer / PRORURAL de Garanhuns –
Dados Município Terezinha, Jan/2004.

SEKIGUCHI, Celso – Economia, Meio Ambiente e Sociedade no Brasil: Rumo a economia, política da sustentabilidade, In: VIEIRA, Paulo Freire (Org) – **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: A contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: PALLOTTI, Florianópolis: APED, 1999.

SEN, Amartya Kumar – **Desenvolvimento como liberdade**; tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo, Ed. Cia das letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia do trabalho científico**, 22ª edição revista e ampliada, São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA SÁNCHEZ, Solange S. – **Cidadania ambiental: nossos direitos no Brasil**. São Paulo: Humanistas (FFLCH) USP, 2000.

SILVA, Edna Maria do N da – **Participação e Cidadania: Atuação das ONGs no âmbito municipal: Um estudo de caso no município de Mirandiba – PE**. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Ciência Política, CFCH/UFPE, Recife, 2002.

SORRETINO, Marcos – Desenvolvimento Sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta, In: LOUREIRO, Carlos F. B et all – **Educação ambiental: repesando o espaço da cidadania**, São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Maria Luíza de - **Desenvolvimento de comunidade e participação**. Editora Cortez. 5ª edição, São Paulo, 1996.

SPOSATI, Aldaíza – Globalização da Economia e Processos de Exclusão Social, in **Capacitação em serviço social, Modulo I: Crise contemporânea, questão social e serviço social** – Brasília CEAD, 1999.

SUÁREZ, Mireya & LIBARDINI, Marlene – **Desenvolvimento rural com perspectiva de gênero: guia de coleta de informações ao nível local**. Brasília: IICA, 1995.

SUNKEL, Osvaldo – LOS DESAFIOS DE LA SUSTENTABILIDADE DEL DESARROLLO NACIONAL, In: VIEIRA, Paulo Freire (Org) – **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: A contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: PALLOTTI. Florianópolis: APED, 1999.

STEIN, Rosa Helena – A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias, in **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, Ano XVIII, nº 54, Jul, 1997.

TEIXEIRA, Elinaldo Celso – **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: Equip.; Salvador: UFBA, 2001.

VARGAS, Paulo Rogério, – O insustentável discurso da sustentabilidade, In: BECKER, D. F. (org) – **Desenvolvimento sustentável: Necessidade ou possibilidade?** 2^a ed., Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

VIEIRA, Liszt – **Os Argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

VIEIRA, Paulo Freire et al. – **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**, Editora PALLOTT/APED, Porto Alegre, 1998.

Diagnostico Sócio Ambiental do Município de Terezinha-PE

• Dados iniciais

Município:		RD:		Data da entrevista:	/ /
Nome Associação:					
Entrevistado:				Função na entidade:	
Entrevistador:					

• Renda familiar

1. Qual a renda mensal média que as famílias conseguem através da produção agrária (produtos do roçado, verduras, frutas, criação animal)?
<input type="checkbox"/> Menos de ½ salário mínimo <input type="checkbox"/> Entre ½ e 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> Entre 1 e 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> Entre 2 e 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> Mais de 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> Não Sabe
2. As famílias têm outras fontes renda? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe
3. Caso sim. Quais são as outras fontes de renda que as famílias tem?
<input type="checkbox"/> Aposentadoria <input type="checkbox"/> Salário Regular <input type="checkbox"/> trabalho Alugado <input type="checkbox"/> Serviço Prestado <input type="checkbox"/> Atividade comercial <input type="checkbox"/> remessa de familiar ausente <input type="checkbox"/> produção não – agrária <input type="checkbox"/> Não Sabe

• Condições de vida

4. A maioria das famílias possui água potável em suas casas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe
5. Caso sim, de que forma esta água é obtida? <input type="checkbox"/> cisterna <input type="checkbox"/> poço <input type="checkbox"/> encanada <input type="checkbox"/> barragem <input type="checkbox"/> N Sabe
6. A totalidade das casas possui energia elétrica? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe
7. Qual o tipo de fogão é comum? <input type="checkbox"/> Gás <input type="checkbox"/> lenha <input type="checkbox"/> carvão <input type="checkbox"/> Não Sabe
8. A maioria (+ 70%) dos moradores possui televisão em casa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe
9. Qual é o número aproximado de pessoas na comunidade? () Homens () Mulheres () idosos () jovens () crianças
10. A maioria das casas possui filtro de água para beber? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe
11. A maioria das famílias acha que estão melhor hoje, que há 10 anos atrás? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N Sabe
12. As famílias já passaram por momentos de muita necessidade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe
13. O que é feito com o lixo? <input type="checkbox"/> enterrado <input type="checkbox"/> queimado <input type="checkbox"/> jogado a campo aberto <input type="checkbox"/> recolhido
14. O que é feito do esgoto? <input type="checkbox"/> encanado <input type="checkbox"/> jogado no terreiro das casas <input type="checkbox"/> Não Sabe
15. Qual o destino dos dejetos? <input type="checkbox"/> fossa sanitária <input type="checkbox"/> fossa séptica <input type="checkbox"/> campo aberto <input type="checkbox"/> Não Sabe
16. Existe algum posto de saúde próximo à comunidade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe
17. Caso não, qual a distancia?

• Questões Ambientais / Desenvolvimento Local / Desenvolvimento Sustentável

18. As pessoas da comunidade utilizam algum tipo de recurso natural? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe
19. Caso sim. De que tipo?
<input type="checkbox"/> Madeira p/ construção <input type="checkbox"/> Madeira p/ confecção(ferramentas e utensílios) <input type="checkbox"/> Lenha p/ cozinha <input type="checkbox"/> Alimentos (frutas, mel) <input type="checkbox"/> Lenha p/ processar alimentos <input type="checkbox"/> Árvore p/ sombreamento <input type="checkbox"/> Forragens p/ animais <input type="checkbox"/> Produtos silvestre (tintas, resinas, etc) <input type="checkbox"/> Plantas medicinais
20. O (a) Sr (a) conhece ou já ouviu falar da agricultura orgânica? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe
21. As pessoas da comunidade conhecem a agricultura orgânica? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe
22. Caso sim, elas a utilizam? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe

23. Como?

24. O que o (a) Sr (a) entende por desenvolvimento sustentável?

25. O que o (a) Sr (a) entende por desenvolvimento local?

26. Na sua opinião, quais os principais problemas ambientais de Terezinha?

- | | | |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> Queimadas | <input type="checkbox"/> infertilidade do solo | <input type="checkbox"/> solos erodidos |
| <input type="checkbox"/> Assoreamento dos rios | <input type="checkbox"/> desmatamentos | <input type="checkbox"/> Implantação da monocultura |
| <input type="checkbox"/> Comércio de madeira | <input type="checkbox"/> aumento do número de pragas | <input type="checkbox"/> caça predatória |
| <input type="checkbox"/> Poluição dos rios/açudes | <input type="checkbox"/> o destino do lixo | <input type="checkbox"/> Outros, quais? |

27. Na sua opinião, quais as principais potencialidades ambientais de Terezinha?

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Solos férteis | <input type="checkbox"/> existência de mananciais | <input type="checkbox"/> localização geográfica |
| <input type="checkbox"/> Faz parte da bacia do Rio Paraíba | <input type="checkbox"/> agricultura de base familiar | <input type="checkbox"/> diversidade agrícola |
| <input type="checkbox"/> Área de mata | <input type="checkbox"/> Outros, quais? | |

• **Instrução (escolaridade)**

28. Qual a sua escolaridade?

29. Na sua opinião, em qual nível de escolaridade se enquadra a maioria dos moradores da comunidade?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Sabem ler e escrever (alfabetizados) | <input type="checkbox"/> Ensino fundamental I completo |
| <input type="checkbox"/> Não sabem ler e escrever (analfabetos) | <input type="checkbox"/> Ensino fundamental I Incompleto |
| <input type="checkbox"/> Ensino fundamental II completo | <input type="checkbox"/> Ensino médio completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino fundamental II incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto |

30. A totalidade das crianças da comunidade freqüenta a escola? Sim Não Não Sabe

31. Existe escola na comunidade? Sim Não Não Sabe

32. Caso não, qual a distancia aproximada da escola?

33. Existe transporte escolar fornecido pela Prefeitura? Sim Não Não Sabe

34. Quantas crianças acima de 7 anos estão fora da escola aproximadamente na comunidade?



Foto 1: Oficina realizada com os membros do Conselho FUMAC, cujo tema foi Desenvolvimento Organizacional Participativo – DOP.



Foto 2: Oficina realizada com os membros do Conselho FUMAC, cujo tema foi Desenvolvimento Organizacional Participativo – DOP.



Foto 3: Oficina realizada com os membros do Conselho FUMAC, cujo tema foi Desenvolvimento Organizacional Participativo – DOP.



Foto 4: Trabalho em grupo durante a oficina do DOP.



Foto 5: Membros do Conselho FUMAC durante oficina do DOP.



Foto 6: membros do Conselho FUMAC durante reunião ordinária.



Foto 7: Ao fundo núcleo escola onde costuma ocorrer reuniões da associação.



Foto 8: Sede do PSF, onde ocorre as reuniões de associação.



Foto9: Núcleo escolar onde ocorre reunião de associação.



Foto 10: Vista da praça na frente da Igreja de Santa Terezinha, centro da cidade.



Foto 11: Vista da praça e ao fundo do prédio da rodoviária.



Foto 12: Vista ao fundo do prédio da Prefeitura Municipal de Terezinha.



Foto 13: Vista de estrada vicinal e do açude poluído próximo a cidade



Foto 14: Vista do açude com uma mancha verde escuro de poluição nas margens.



Foto 15: Close da mancha verde proveniente da poluição no açude.



Foto 16: banheiro construído pelo Projeto Renascer no Sítio Santo André.



Foto 17: Vista da casa com banheiro construído pelo Projeto Renascer no Sítio Santo André



Foto 18: Vista de plantação de mandioca



Foto 19: Diretoria da ABECUSTE durante aplicação do questionário.



Foto 20: Aplicação do questionário na Associação São Francisco de Assis.



Foto 21: Vista da casa da Secretária da Associação São Francisco de Assis



Foto 22: Painéis utilizados na oficina do DOP com os membros do Conselho FUMAC



Foto 23: Painéis utilizados na oficina do DOP com os membros do Conselho FUMAC.

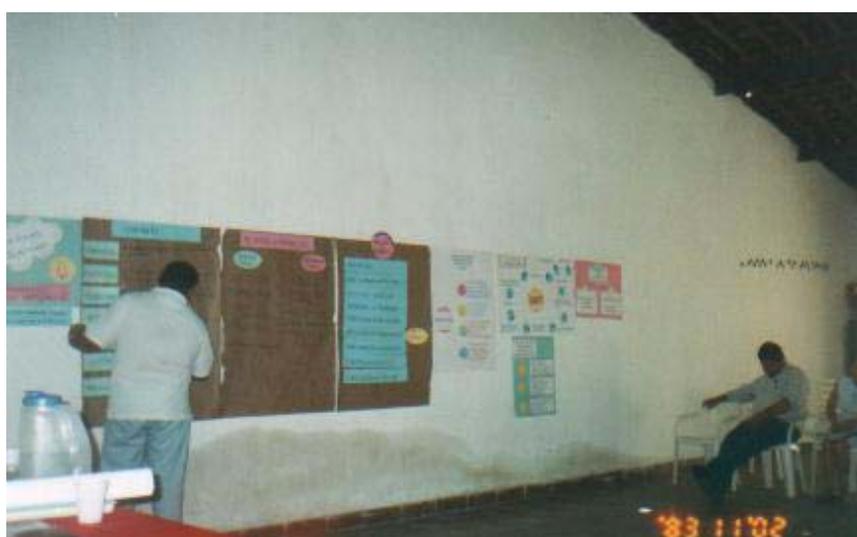


Foto 24: Vista dos painéis utilizados na oficina do DOP.



Foto 25: Reunião ordinária do Conselho FUMAC.



Foto 26: Grupo de trabalho do Conselho FUMAC, elaborando plano de atividades.



Foto 27: Vista de terreno baldio onde se depositam lixo, alo lado do açude.



Foto 28: Vista de vala utilizada onde corre o esgoto, próximo ao açude.